

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TADEU LUCIANO SECO SARAVALLI

**REDES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL:
O PROGRAMA CIDADES DO PACTO GLOBAL DA ONU EM BIRIGUI-SP**

MARÍLIA

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TADEU LUCIANO SECO SARAVALLI

**REDES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL:
O PROGRAMA CIDADES DO PACTO GLOBAL DA ONU EM BIRIGUI-SP**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, campus de Marília, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof.º Dr.º Marcelo Fernandes de Oliveira

MARÍLIA
2020

S243r

Saravalli, Tadeu Luciano Seco

Redes de cooperação técnica internacional: O programa Cidades do Pacto Global da ONU em Birigui - SP : Redes de cooperação técnica internacional: O programa Cidades do pacto global da ONU em Birigui - SP / Tadeu Luciano Seco Saravalli. -- Marília, 2021
143 f. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Marcelo Fernandes de Oliveira

1. Ciências Sociais. 2. Relações internacionais. 3. Cooperação internacional. 4. Políticas públicas. 5. Municípios. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

TADEU LUCIANO SECO SARAVALLI

**REDES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL:
O PROGRAMA CIDADES DO PACTO GLOBAL DA ONU EM BIRIGUI-SP**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, campus de Marília, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof.º Dr.º Marcelo Fernandes de Oliveira
Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília

Prof.º Dr.º Marcelo Passini Mariano
Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Franca

Prof.º Dr.º Diego de Melo Conti
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Centro de Economia e Administração

Marília, 9 de dezembro de 2020.

À Jovaine, minha companheira de aprendizagem, com quem escolhi dividir a minha vida e tem sido meu maior arrimo emocional e material; além de que sua sabedoria exemplifica e me inspira à postura de um aprendiz.

AGRADECIMENTOS

É imprescindível este espaço para agradecer àqueles que dividiram seu tempo, estimularam minha jornada de pesquisa e estiveram ao meu lado colaborando para o fechamento deste ciclo, afinal, tantas pessoas foram essenciais nesta caminhada.

Inicialmente, agradeço a todos os professores das disciplinas que cursei do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências, que compartilharam seus conhecimentos, enriquecendo nossa visão para uma interpretação científica e madura da vida. Em especial, ao professor orientador Marcelo Fernandes de Oliveira, minha eterna gratidão.

Agradeço aos professores Marcelo Mariano, Diego Conti, Karina Mariano (suplente) e Humberto Dantas (suplente) que aceitaram o convite para a arguição de minhas bancas de qualificação e defesa. Os dois primeiros, em nosso primeiro encontro, ambos, me colocaram questões importantes para a elaboração deste trabalho final. Os suplentes foram fonte de pesquisa ante o legado editorial sem precedentes para nosso trabalho. Às minhas primas docentes, Sandra Eli e Eliane Saravali, que são referência no curso de pedagogia da UNESP.

À Patrícia Ellen da Silva, Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, que concedeu a oportunidade de ser membro da Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à amiga Ana Paula Fava, Coordenadora Executiva da referida Comissão, onde obtive grande aprendizagem para a presente pesquisa.

À Regina Esteves, Diretora-Presidente da Comunitas por reconhecer nosso esforço e propósito junto ao desenvolvimento sustentável das cidades e sensibilidade nestes valores.

Aos amigos Américo Sakamoto, Ademar Bueno, Clara Magalhães, Danilo Antão, Eliane Demarchi, Felipe Machado, João Campanilli, Leonardo Lima, Luís Antônio, Marcelo Balotti, Márcio Catarin, Maria de Fátima, Murilo Lemos, Renato Alves, Ricardo Anido, Tiago Lotto, Thaís Prates, Thiago Folgueiral e Suzana, cada qual à sua maneira, pela fonte de incentivo na materialização desta pesquisa.

À minha família, meu pai Judas Tadeu (*in memorian*), minha mãe Maria Aparecida e meus irmãos, Ricardo, Rafael e Gabriel, pelo carinho na convivência familiar e experiência de vida. Aos meus sogros Wanderley (*in memorian*) e Jovina, pelos estímulos e solidariedade. Aos meus cunhados Evandro, Silvia e Maria Isabel pelo companheirismo. Em especial, ao Alan, meu cunhado, pelos valiosos aconselhamentos científicos, decorrentes de sua notável carreira acadêmica, sem os quais essa pesquisa não seria realizada. Aos meus sobrinhos, Sarah, Ana Elisa, Leandro e Ana Laura, que serão os futuros cidadãos do mundo.

Por fim, minha gratidão e todo o meu amor à minha companheira Jovaine.

“... os deuses semelhantes a forasteiros de outras terras sob aspectos variados, percorrem as cidades”.

(Homero, *in* Odisséia, XVII, 485-486)

RESUMO

Redes de Cooperação Técnica Internacional (CTI) podem trazer benefícios para a entidade ou entes subnacionais, especialmente, aos municípios. A literatura especializada indica que essas redes criam um maior fluxo de conhecimento entre os atores envolvidos, gerando melhorias na infraestrutura humana. Além dos baixos custos de implementação, também são capazes de promover a absorção das tecnologias adquiridas levando à interdependência, sobretudo pelas instituições locais. Para discutir com maior profundidade o papel da CTI, este trabalho de natureza exploratória e qualitativa tem como objetivo realizar uma discussão teórica sobre o tema a partir da experiência da cidade de Birigui, no interior de São Paulo, a qual faz parte do Programa Cidades do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Partindo da hipótese de que a maior implementação de ações e práticas sustentáveis em governos locais relaciona-se com a expansão de cooperações internacionais a partir de estratégias de presença local de instituições promotoras globais, a pesquisa estrutura-se nas reflexões sobre conceitos de interdependência complexa, rede de cidades e cooperação internacional desenvolvidos por autores como Keohane, Nye e Castells. Adicionalmente, a partir de métodos de análise de conteúdo de Bardin, foram coletados e analisados documentos institucionais e entrevistas com atores envolvidos, buscando observar o papel da CTI no enfrentamento de desafios urbanos complexos, notadamente, na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os dados revelaram que após a análise em três fases e a inferência do conjunto documental, a hipótese aventada inicialmente foi refutada.

Palavras-chave: Cooperação Técnica Internacional. Interdependência Complexa. Programa Cidades. Pacto Global. Birigui.

ABSTRACT

International Technical Cooperation Networks (CTI) can bring benefits to the entity or subnational entities, especially to the municipalities. The specialized literature indicates that these networks create a greater flow of knowledge among the actors involved, generating improvements in human infrastructure. In addition to low implementation costs, they are also capable of promoting the absorption of acquired technologies leading to interdependence, especially by local institutions. To further discuss the role of CTI, this exploratory and qualitative study aims to conduct a theoretical discussion on the theme from the experience of the city of Birigui, in the interior of São Paulo, which is part of the Cities of the Programme Global Compact of the United Nations (UN). Starting from the hypothesis that the greater implementation of sustainable actions and practices in local governments is related to the expansion of international cooperation based on strategies of local presence of global promoting institutions, the research is structured on reflections on concepts of complex interdependence, network of cities and international cooperation developed by authors such as Keohane, Nye and Castells. Additionally, using Bardin's content analysis methods, institutional documents and interviews with stakeholders were collected and analyzed, seeking to observe the role of CTI in facing complex urban challenges, notably in the implementation of the Sustainable Development Goals (SDGs). The data revealed that after the analysis in three phases and the inference of the documentary set, the hypothesis initially suggested was refuted.

Keywords: International Technical Cooperation. Complex Interdependence. Cities Programme. Global Compact. Birigui.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Símbolo dos 17 ODS da ONU.....	68
Figura 2 – Símbolo do modelo Melbourne do Programa Cidades do Pacto Global da ONU.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Discriminação de cada princípio do Pacto Global da ONU com seu respectivo conceito.....	64
Quadro 2 – Discriminação de cada ODS com seu respectivo conceito.....	68
Quadro 3 – Relação dos documentos públicos pesquisados.....	92
Quadro 4 – Informações e dados da Fase 1 – Inserção internacional e visibilidade (2016).....	96
Quadro 5 – Informações e dados da Fase 2 – Parcerias, práticas sustentáveis e comprometimento do Município (2017-2018).....	99
Quadro 6 – Informações e dados da Fase 3 – Limitações do Programa Cidades e uso de nova metodologia para implementação dos ODS (2019-2020).....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias atribuídas ao município de Birigui no IEGM do TCE-SP de 2017.....	101
--	-----

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ACIB	Associação Comercial e Industrial de Birigui
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BC3	Business Council on Climate Change
B3	Brasil Bolsa Balcão
CBPG	Comitê Brasileiro do Pacto Global
CCP	Cities for Climate Protection
CDC/CBV	Convenção sobre Diversidade Biológica
CDI	Centro de Difusão Internacional
CDP	Conscientização, Divulgação e Pontuação
CEO	Chief Executive Officer
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CGLU	Cidades e Governos Locais Unidos
CNM	Confederação Nacional de Municípios
COE	Comunicado de Engajamento
COOPERTRABI	Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Birigui
COP	Conferência das Partes
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CQNUMC	Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTI	Cooperação Técnica Internacional
C40	Cities Climate Leadership Group
EACDH	Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos
ESG	Environmental, Social and Governance
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
FMCU	Federação Mundial das Cidades Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONARI	Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GRI	Global Reporting Initiative
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICLEI	International Council of Local Environmental Initiatives
IDEB	Índice de Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEGM	Índice de Eficiência da Gestão Municipal
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
HLFP	Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas
IFSUD	Multi - Partner Implementation Facility for Sustainable Urban Development
MERCOCIDADES	Mercado Comum das Cidades
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
NAFTA	Acordo de Livre - Comércio da América do Norte
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEА	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAM	Programa Alimentar Mundial
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUD-ART	Programa de Articulação de Redes Territoriais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRI	Princípios para o Investimento Responsável
PRME	Princípios para Educação Executiva Responsável

RMIT	Royal Melbourne Institute of Technology
SER	Responsabilidade Social Empresarial
SINBI	Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui
TCE-SP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNOPS	Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos
USP	Universidade de São Paulo
VLR	Voluntary Local Review
VNR	Voluntary National Review
UN-HABITAT	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA E REGIMES INTERNACIONAIS: REVISÃO CRÍTICA DA LITERATURA.....	20
2.1 Os reflexos da globalização no sistema internacional.....	20
2.2 A perspectiva teórica da interdependência complexa.....	24
2.3 Revisitando a teoria dos regimes internacionais.....	32
3 PARADIPLOMACIA E REDES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL DE CIDADES.....	38
3.1 Compreensão teórica e caracteres da paradiplomacia.....	38
3.1.1 Debate jurídico quanto à legitimidade da paradiplomacia.....	42
3.2 Redes de cooperação técnica internacional de cidades: uma visão colaborativa em um mundo interdependente.....	47
3.3 Ambiente favorável à cooperação técnica internacional.....	55
3.3.1 Cooperação técnica internacional no sistema ONU.....	59
4 O PROGRAMA CIDADES DO PACTO GLOBAL DA ONU.....	62
4.1 O Pacto Global da ONU: um organismo em rede.....	62
4.2 O Programa Cidades do Pacto Global da ONU.....	69
4.2.1 O modelo Melbourne: o método para atuação multissetorial da sociedade local.....	73
4.2.2 O City Scan: uma ferramenta de diagnóstico para cidades.....	78
4.2.3 City Partnerships Challenge: plataforma técnica com investimentos para projetos de alto impacto.....	83
4.3 O Programa Cidades do Pacto Global da ONU em Birigui - SP.....	87
4.3.1 Metodologia de análise.....	88
4.3.2 Fase 1 – Inserção internacional e visibilidade (2016).....	93
4.3.3 Fase 2 - Parcerias, práticas sustentáveis e comprometimento do município (2017-2018).....	96
4.3.4 Fase 3 – Limitações do Programa Cidades e uso de nova metodologia para implementação dos ODS (2019-2020).....	99
4.3.5 Análise de conteúdo.....	107
5 CONCLUSÃO.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
APÊNDICE A – Entrevista Pedro Felício Estrada Bernabé.....	125

APÊNDICE B – Entrevista Cristiano Salmeirão.....	129
APÊNDICE C – Entrevista Eliel Robson Lemes Ribeiro.....	135
APÊNCICE D – Entrevista Luiz Carlos Vitoretti.....	141

1 INTRODUÇÃO

As redes de Cooperação Técnica Internacional (CTI) vêm crescendo no campo de estudo das Relações Internacionais. Nas últimas décadas, muitos esforços teóricos e estudos de casos têm colaborado na expansão desse objeto de pesquisa. Este trabalho está pautado na revisão teórica, com pesquisa bibliográfica e estudo de campo, buscando assim contribuir na implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos governos municipais do Brasil com o apoio de uma rede de CTI, a partir das investigações desta temática com o exemplo de parceria entre um ente municipal brasileiro numa rede de CTI, o Programa Cidades, que é o braço urbano do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Pacto Global da ONU é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, um organismo internacional, que atua em rede de cooperação anunciado pelo ex-secretário geral das Nações Unidas, Sr. Kofi Annan, no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, na reunião de 31 de janeiro de 1999 e oficialmente lançado em 26 de julho de 2000 no Escritório da ONU em Nova Iorque. O escopo do Pacto Global é a defesa e o comprometimento das empresas em relação a 10 princípios voltados para os Direitos Humanos, Direito ao Trabalho, Meio Ambiente e Combate à corrupção. Posteriormente, após a Cooperação das Partes (COP) 21, o Pacto Global incorporou também os 17 ODS. Em 2003, foi criado o programa Cidades do Pacto Global da ONU foi concebido com o foco na área governamental urbana, com atuação em rede de cooperação técnica internacional oferecendo ferramentas para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Desta forma, a pesquisa, parte, portanto, da seguinte pergunta problema: como a rede de CTI estabelecida entre o programa Cidades do Pacto Global da ONU e o município de Birigui-SP tem colaborado na implementação local dos ODS?

O objetivo principal da pesquisa é investigar como a rede de CTI estabelecida entre o programa Cidades do Pacto Global da ONU e o município de Birigui tem colaborado na implementação, em âmbito local, dos 10 princípios e dos 17 ODS com base no modelo Melbourne. Foram definidos como objetivos específicos:

- a) Discutir teoricamente a cooperação técnica internacional com relação ao papel das redes de cidades, a lógica de funcionamento da ordem mundial globalizada e a dinâmica da interdependência complexa;
- b) Detalhar os mecanismos e as etapas do modelo Melbourne aplicadas no município de Birigui, na implementação dos princípios do programa Cidades do Pacto Global da

ONU e dos 17 ODS;

- c) Identificar os efeitos da cooperação internacional entre o programa Cidades do Pacto Global da ONU e o município de Birigui na dimensão institucional e ambiental.

Nossa hipótese é de que a maior implementação de ações e práticas sustentáveis em governos locais relaciona-se com a expansão de cooperações internacionais a partir de estratégias de presença local de instituições promotoras globais.

Para demonstrá-la o trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo a Introdução e a Conclusão. Na segunda seção realizamos uma análise dos principais aportes teóricos existentes sobre o tema, destacando a origem conceitual dos termos: a globalização, a teoria da interdependência complexa decorrente das reformulações dos atores no Sistema Internacional e os regimes internacionais. Neste ponto, foi estabelecida a origem conceitual dos referidos termos.

Num terceiro passo, foram discutidas questões teóricas e conceituais sobre a paradiplomacia, sua relação com a formação de redes de cidades de CTI e a cooperação como efeito dos demais tópicos.

Adicionalmente, na quarta seção buscou-se fazer uma análise do favorecimento no ambiente à CTI, seu conceito, posteriormente, foi descrita essa estrutura no sistema ONU, com destaque ao programa Cidades do Pacto Global. Com o fim de evidenciar práticas e o papel das redes de CTI de cidades existentes, foi focado numa sub-seção, o caso da cidade de Birigui, no interior do Estado de São Paulo, participante do programa Cidades do Pacto Global da ONU, para enfrentar os desafios urbanos complexos de implementação dos 10 princípios do Pacto Global e dos 17 ODS, que integram a Agenda 2030.

O município de Birigui merece evidência, pois, é signatário do referido programa desde 2016. Em uma fase inicial, o então Prefeito Municipal Pedro Felício Estrada Bernabé firmou a Carta de Compromisso, por meio do Ofício nº363/2016, enviado ao Secretário Geral da ONU tornando Birigui signatário do programa Cidades; para tanto, foram apresentadas as ações desenvolvidas pela municipalidade, destacando o Decreto nº 5.678/2016, que dispõe sobre o comprometimento em face dos 10 princípios do Pacto Global, assinado por todos os secretários municipais visando à institucionalização deste propósito, tudo, publicado no portal oficial desta rede de CTI.

Em seguida, o atual Prefeito Cristiano Salmeirão, deu continuidade ao compromisso municipal. E, em 2017 elaborou o Decreto nº 5.768/2017, que dispõe sobre a implementação dos 17 ODS, ocasião em que todos os seus secretários municipais também assinaram o

mencionado diploma legal, em sinal de assunção ao mesmo propósito.

Em 2018, renovou o Comunicado de Engajamento (COE) bienal apresentando as novas ações desenvolvidas pelo município. Em 2019, foi criada a Comissão Executiva Municipal para a implementação dos 17 ODS, por meio do Decreto nº 6.472/2019. Em 2020, o município de Birigui novamente renovou o COE da cidade. Estes pontos foram tratados ao longo da quarta seção deste manuscrito.

A análise dos resultados dessa participação do município de Birigui no programa Cidades do Pacto Global da ONU foi apresentada na quarta seção e buscou-se verificar os benefícios da rede de CTI na colaboração da implementação dos princípios e ODS, em âmbito local.

Por fim, em termos metodológicos, o presente trabalho configura-se como de natureza exploratória e qualitativa e se utiliza do estudo de campo como método de abordagem de investigação (GIL, 1994). Para procedimentos técnicos adotou-se a revisão bibliográfica e documental, bem como coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro atores relacionados com o caso de Birigui (APÊNDICES A, B, C e D), procedida de análise do conteúdo (BARDIN, 2009), buscando estruturar os resultados a partir de categorizações, seguidas de inferências e interpretações dos dados amparados à luz da literatura explorada.

2 TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA E REGIMES INTERNACIONAIS: REVISÃO CRÍTICA DA LITERATURA

2.1 Os reflexos da globalização no sistema internacional

Inicialmente, apresentamos os conceitos de globalização, suas perspectivas teóricas e suas relações e reflexos num mundo interdependente, onde os regimes internacionais podem favorecer a inserção de atores subnacionais no Sistema Internacional, facilitando a cooperação técnica internacional em rede. Nosso objetivo central é discutir o referencial teórico à luz da fundamentação prática da construção de *locus* político democrático institucional que sustente a atuação juridicamente fundamentada de entes subnacionais nas redes de CTI.

Nas últimas décadas, uma característica marcante das relações internacionais é a ampliação da diversidade de agentes de interação entre os Estados-nacionais alinhados ao avanço tecnológico e das comunicações contribuindo para um mundo globalizado, onde se alterou o Sistema Internacional. Sistema de forma genérica é uma reunião de relações entre atores interdependentes submetidos a um modelo de regulação (PECEQUILO, 2004).

O Sistema Internacional não se delimita apenas aos esquemas verticalizados de condução da política externa. De fato, surgem novos e diversos agentes atuantes nas relações horizontais numa maior percepção das várias formas de interação geradas pelo crescimento e desenvolvimento tecnológico. Nesse prisma, a globalização ampliou as conexões dos atores internacionais, diminuiu as distâncias e fronteiras, resultando em novas interações transnacionais.

A globalização está ligada às reformas estruturantes e à ampliação dos fluxos transnacionais alterando a escala e o âmbito da interconexão global nas esferas das relações internacionais. O processo da globalização transformou as estruturas da vida política, social e econômica, como também o âmbito do Estado central e de suas relações com suas unidades federativas e com outros Estados. Realmente, a globalização ressaltou a relevância das relações internacionais e ampliou as interconexões entre as práticas internacionais e domésticas, criando novas dinâmicas de interdependência.

No contexto desta pesquisa, neste mundo interdependente, a repercussão da globalização no plano internacional reduziu a atuação dos Estados-nacionais (IANNI, 1994). Por consequência, a atuação local passou a ter um protagonismo ampliando a importância e representatividade das cidades em nível internacional (SASSEN, 1998).

De fato, a globalização proporcionou uma maior integração da economia internacional transformando as relações no próprio sistema capitalista com ampla atuação do sistema financeiro, posteriormente, com a atualização constante da tecnologia esse fenômeno se ampliou com grande ressonância em outros aspectos da vida também, onde acontecimentos positivos ou negativos que ocorrem num país ocasionam efeitos concretos em vários países. Harari (2018) apresenta dois exemplos, que são muito pertinentes quanto ao impacto de ações com enorme repercussão instantânea num mundo globalizado. O primeiro, em 2011, o caso de autoimolação de Mohamed Bouazizi, que desencadeou a Primavera Árabe. O segundo, em 2017, o caso das mulheres que denunciaram ocorrências de assédio sexual, originando o movimento #MeToo¹.

Para Giddens (1991), o conceito de globalização retrata a intensificação das relações sociais em escala mundial num mesmo tempo e espaço, ocasião em que cita para demonstrar essas ligações, a própria economia internacional. Certamente, isso se amplia a cada dia com o aprimoramento das interconexões da internet e redes sociais.

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A *transformação local* é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores – tais como dinheiro mundial e mercados de bens – operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão. (GIDDENS, 1991, p. 69-70).

Neste prisma, Barbosa (2011) defende que a globalização está relacionada com a ascensão da internacionalização do capitalismo em escala mundial, com novos caminhos de investimento internacional.

A globalização poderia encontrar suas origens no início da década de 1990, quando passa a afetar praticamente todos os países do antigo Terceiro Mundo e do ex-bloco socialista. Isto significa que se abriu, de uma hora para outra, uma fronteira inesperada e excepcional para a acumulação de capital, enquanto nos países onde já estava presente o capitalismo criou novos espaços para o investimento, a partir da privatização e da abertura dessas economias. (BARBOSA, 2011, p. 34).

¹ HARARI, Yuval Noah. **21 Lições para o Século XXI**. 1ª ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2018.

Em oposição a esse panorama, o mercado global também gerou uma ampliação das desigualdades sociais e pobreza². Desse modo, a desigualdade deve ser entendida como parte inerente da nova configuração econômica decorrente da globalização. Neste aspecto, há o entendimento também de que, ante este ciclo de universalização do capitalismo, existem Estado-nacionais, que estão perdendo soberania sobre suas fronteiras e até mesmo sob a condução de políticas sociais, neste mundo globalizado (IANNI, 1994).

Adicionalmente, vozes também se levantam contra os reflexos da globalização no Sistema Internacional em face dos efeitos colaterais da transmissão em massa decorrente da pandemia da Covid-19, nos anos 2019-2020. No entanto, Harari (2020) defende justamente que é a cooperação entre os povos que atuará como antídoto contra a epidemia e vai além ao ratificar a defesa da globalização nesta situação, por meio de uma ampla cooperação global.

Muitos culpam a globalização pela pandemia do coronavírus, e dizem que a única maneira de evitar novos surtos é des-globalizar o mundo. Construir muros, restringir viagens, reduzir o comércio. No entanto, enquanto a quarentena a curto prazo seja fundamental para frear epidemias, o isolacionismo de longo prazo levará ao colapso econômico sem oferecer proteção real contra doenças infecciosas. Exatamente o oposto. O verdadeiro antídoto para a epidemia não é a segregação, mas a cooperação. [...] Neste momento de crise, a luta crucial ocorre dentro da própria humanidade. Se essa epidemia resultar em maior desunião e desconfiança entre os seres humanos, será a maior vitória do vírus. Quando os humanos brigam, os vírus se fortalecem. Por outro lado, se a epidemia resultar em uma cooperação global mais estreita, será uma vitória não apenas contra o coronavírus, mas contra todas as doenças futuras. (HARARI, 2020, p. 1-8).

Daí porque, investigar a globalização é um grande desafio para as ciências sociais porque é necessário pensar a sociedade de forma global. Em verdade, o paradigma clássico das ciências sociais fundamentado na reflexão sobre a sociedade nacional passa a ser inoperante para entender a constituição desta nova realidade que se apresenta. A sociedade global se estabelece como o novo objeto das ciências sociais e seu estudo requer a elaboração de novas análises (IANNI, 1994).

Uma questão analisada nesta sociedade global é que há centros de poder como grandes conglomerados e corporações transnacionais, que possuem condições de atuar de forma global sofisticada, independente do regime político, se impondo aos interesses dos Estados-nacionais. Essas redes de articulações dos conglomerados e corporações demonstram que a

² Diante da constatação dos efeitos negativos de desigualdade econômica e social decorrente da globalização, o Pacto Global da ONU foi anunciado pelo ex-secretário geral das Nações Unidas, Sr. Kofi Annan para que as empresas multinacionais e ou transnacionais contribuíssem para avançar na prática da responsabilidade social corporativa, na busca de uma economia global sustentável e inclusiva.

partir das noções interdependência, o que se apresenta é uma fase de declínio da hegemonia do Estado-nacional. (IANNI, 1994). Os Estados-nacionais sofrem a influência de grupos de interesses de instituições privadas que articulam os mecanismos internos em busca de seus próprios benefícios. São verdadeiras facções que interferem em decisões políticas governamentais, muitas vezes, em contradição com o interesse nacional (PECEQUILO, 2004).

Essa perspectiva das funções de estrutura de poder dos conglomerados e corporações transnacionais é ratificada por Arrighi quando menciona que a atuação do capital global atinge todos os Estados-nacionais fortes e fracos, independentemente de sua posição e hegemonia de poder: “[...] atividades de busca do lucro não são contidas pelas fronteiras”. (ARRIGHI, 2003, p. 14).

Neste contexto da globalização econômica, política e sanitária; a localidade ou a cidade se entrelaça com os espaços nacionais ante a realidade de uma cooperação global, as cidades ampliam seu papel em todos os aspectos. Na realidade, o local e o global tornam-se altamente interconectados (IANNI, 1994). Da mesma forma, o entendimento da socióloga Saskia Sassen (1998) vai ao encontro do posicionamento Ianni (1994) e Harari (2020) na perspectiva de uma ampla cooperação global, pois, nessa nova realidade as cidades tem uma relevância fundamental, elas são “[...] lugares-chaves para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas e globais”. (SASSEN, 1998, p.35).

As pessoas vivem e trabalham nas cidades onde se localizam as unidades produtivas e serviços especializados e financeiros. Os grandes conglomerados e corporações transnacionais desenvolvem suas linhas estratégicas de aporte de investimentos nestas localidades com alianças locais para a ampliação da produção em escala mundial.

Certos aspectos da dispersão territorial da atividade econômica podem ter levado a alguma dispersão dos lucros e das propriedades. Grandes empresas, por exemplo, aumentaram a subconcentração de pequenas empresas espalhadas pelo mundo, e muitas empresas nacionais, nos países recentemente industrializados, cresceram rapidamente graças aos investimentos realizados por empresas estrangeiras e ao acesso aos mercados mundiais, frequentemente por meio de acordos com empresas multinacionais. (SASSEN, 1998, p. 39).

Desta forma, a internacionalização da cidade se inicia no âmbito econômico, através da conexão do capital global com as estruturas locais, onde ocorre “[...] o desenvolvimento de canais e redes sociais”. (SASSEN, 1998, p. 24).

Incluir as cidades nesta análise acrescenta duas importantes dimensões ao estudo da internacionalização econômica. Em primeiro lugar, essa inclusão introduz, no conceito de Estado-Nação, uma variedade de componentes que podem ser significativos para a compreensão da atividade econômica internacional. Em segundo lugar, desloca o enfoque do poder exercido pelas grandes corporações em relação aos governos e as economias para o âmbito das atividades e arranjos organizacionais necessários à implementação e manutenção de uma rede global de fábricas e operações ligadas à prestação de serviços e mercados. (SASSEN, 1998, p. 16).

Nesse sentido, a cidade que tem essa característica de atuação na economia global é intitulada com a expressão “cidade global”, a qual se define pela conjugação de dispersão geográfica das atividades econômicas e integração dos sistemas, que está no centro econômico atual e que colabora para a função estratégica desempenhada pelas grandes cidades (SASSEN, 1998). Para tanto, as cidades que buscam os recursos e investimentos destas corporações transnacionais desenvolvem planos estratégicos para esta finalidade, “moldadas por suas motivações e estruturação de oportunidades” (KEATING, 2004, p. 66) (Tradução nossa).

Portanto, a globalização impactou a desigualdade social e tecnológica ao redor do mundo, mas foi fundamental para inclusão das cidades nas relações econômicas e políticas transnacionais como novos atores na agenda internacional principalmente para atuação em redes de interdependência complexa, com atuação em conjunto de forma colaborativa, consequência de um movimento de descentralização do poder estatal, fundamentado na construção de um mundo interdependente.

2.2 A perspectiva teórica da interdependência complexa

Num primeiro momento, como vimos na subseção anterior, a análise deste tema demonstra como a interdependência complexa gerou o aprofundamento de um mecanismo de governança global e a mudança da função do Estado nacional propiciando a novos atores, entes subnacionais, notadamente aos municípios, a viabilidade de atuação na esfera internacional, por meio da cooperação internacional³ (KEOHAE; NYE, 2012).

Neste cenário, a Relações Internacionais possui diferentes aportes teóricos que investigam a atuação de atores internacionais. No Século XX, mais precisamente no período entre os anos 40 até meados da década de 1970, o Realismo foi a perspectiva predominante,

³ Este processo pela integração internacional nasce na mesma época das bases iniciais da estruturação do Mercado Comum Europeu, que foi considerada por um bom tempo, antes do Brexit, como um modelo referência no âmbito de integração internacional.

base teórica desenvolvida por Hans Morgenthau apresentada na obra “A política entre as nações: a luta pelo poder e a paz”, datada de 1948.

Pela Teoria do Realismo, o Estado é unitário, sendo certo que é a teoria que mais centraliza a posição do Estado no Sistema Internacional, destacando-o como o único, que detém capacidade para a realização de ações internacionais. Nesta visão, é ao Estado central quem compete o poder decisório sobre a força militar e a celebração de acordo de paz e tratados internacionais, concedendo a exclusividade de decisão entre a paz e a guerra (MORGENTHAU, 2003).

Ocorre que, considerando a transformação na posição dos atores subnacionais, há a reformulação do Sistema Internacional. Essa capacidade de atuação dos atores subnacionais implica que a interdependência complexa se torne uma fonte de poder. Nesta perspectiva, Robert Keohane e Joseph Nye, estabeleceram por meio da Teoria da Interdependência Complexa uma relação específica para melhor contradizer a Teoria Realista e identificar as matrizes da política internacional também reformulada e a maneira como atingem o comportamento dos atores no Sistema Internacional.

A base teórica dos autores é apresentada na obra: “Power and Interdependence”, originalmente publicada em 1977. Para Keohane e Nye (2012), o conceito de poder: “[...] pode ser pensado como a habilidade do ator de fazer com que outros façam alguma coisa que em outras circunstâncias não fariam (e sob um custo aceitável para o ator)”. (KEOHANE; NYE, 2012, p. 10) (Tradução nossa).

Neste aspecto conceitual, Poder possui duas dimensões inseridas na Interdependência: Sensibilidade e Vulnerabilidade. Para os autores quanto à sensibilidade, eles defendem que: “[...] os graus de capacidade de resposta dentro de uma estrutura política, o quão rápido mudanças em um país trazem custos de mudanças em outro país [...]”. (KEOHANE; NYE, 2012, p. 10). (Tradução nossa). Já vulnerabilidade, eles citam que: “[...] como a responsabilidade de um ator de sofrer custos impostos por eventos externos até mesmo quando políticas tenham sido alteradas”. (KEOHANE; NYE, 2012, p. 11). (Tradução nossa). Keohane e Nye (2012) destacam a maior relevância da vulnerabilidade, pois, o país nessa condição terá mais aptidão e sucesso no Sistema Internacional, definindo as regras do “tabuleiro de xadrez”.

Adicionalmente, o poder na interdependência possui nuances distintas. Nye (2004) conceituou o termo *soft power* como a habilidade de influência sob os outros a realizar o que quer pela admiração ao invés da força: “Se eu conseguir levá-lo a querer fazer o que eu quero,

não precisarei obrigá-lo a fazer o que você não quer”. (NYE, 2004, p. 37). Já o termo *hard power* é a coerção militar ou econômica para obtenção de seus propósitos.

Noutro prisma, na obra “Power and Interdependance”, os autores apresentam um novo olhar sobre o fenômeno para além das fronteiras nacionais, ampliando assim as estruturas de entendimento das Relações Internacionais. O fundamento mais relevante dessa teoria é o conceito de interdependência, onde há uma relação dependente mútua entre atores interligados. Nas palavras dos autores: “A Interdependência se refere, na política mundial, a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre Estados ou até entre atores em diferentes países”. (KEOHANE; NYE, 2012, p. 7). (Tradução nossa)

Os autores argumentam não ser mais possível pensar o Sistema Internacional exclusivamente do ângulo dos Estados nacionais, isto porque vários fatores propiciaram à ascensão de atores sub-estatais e não-estatais, à medida que desempenhavam funções mais relevantes que os Estados centrais em áreas específicas. Eles estabelecem uma comparação entre as duas teorias e, posteriormente, retratam o processo político e o impacto das transações internacionais, as quais vão ao encontro do entendimento de Giddens (1991), quando uma só tomada de decisão, ante as conexões das redes sociais, afetam vários atores em que a interdependência ocorre. “Onde existirem custos recíprocos (embora nem sempre simétricos) dos efeitos das transações, haverá interdependência”. (KEOHANE; NYE, 2012, p. 8). (Tradução nossa)

Na análise de Keohane e Nye (2012), eles colocam em xeque, três pressupostos do Realismo: a) que os Estados são prevaletentes e atuam com coerência; b) que os realistas acolhem que a força pode ser utilizada e é um mecanismo efetivo de política e c) que os realistas tomam para si uma hierarquia nos assuntos da política internacional, priorizando os temas ligados à segurança militar.

A partir deste contraponto, Keohane e Nye (2012) contestam a Teoria Realista e constroem o conceito da interdependência complexa, fundamentada em três características: a) existência de canais múltiplos que viabilizem as relações entre os variados atores internacionais; b) inexistência de hierarquia entre os assuntos da agenda e c) papel menor da força militar, onde há prevalência da interdependência complexa.

A presença de múltiplos canais conectam a sociedade em redes, em razão do avanço tecnológico e a diminuição das distâncias geradas pelo fenômeno da globalização. Tal fato amplia as relações entre os entes estatais, transnacionais e não-governamentais (KEOHANE; NYE, 2012). Em verdade, a presença de canais múltiplos de relacionamento apresentados por Keohane e Nye (2012) gera mudanças nos padrões de interesse dos entes, considerando que

um ator transnacional, poderá atuar de acordo com seu interesse próprio ou acompanhar definições de um Estado nação ou indo contra ele. No entanto, os canais múltiplos favorecem a cooperação entre os atores internacionais, pois, sob a perspectiva da interdependência complexa os atores exercem o poder não de forma coercitiva, mas adotam um comportamento de reciprocidade com o objetivo de proporcionar benefícios para todos, ou seja, há espaço para que os atores internacionais desenvolvam o *soft power*, inclusive os entes subnacionais.

Keohane e Nye (2012) mencionam sobre os canais múltiplos.

Múltiplos canais conectam sociedade, incluindo laços informais entre elites governamentais, bem como arranjos formais de escritórios estrangeiros; laços informais entre elites não governamentais (face a face e por meio de telecomunicações) e organizações transnacionais (como bancos multinacionais ou corporações). Esses canais podem ser resumidos como relações interestaduais, transgovernamentais e transnacionais. (KEOHANE; NYE, 2012, p. 21).

Deste modo, a presença dos canais múltiplos altera a relevância da função das organizações internacionais. Isto porque, elas são muito importantes, pois auxiliam a construção de uma agenda internacional e funcionam na formatação de grupos de iniciativa política. Mesmo em momentos de desengajamento internacionais dos *players* globais mais relevantes, tais como os Estados Unidos da América neste momento histórico, as organizações internacionais continuam cumprindo seu papel institucional. Vide o desempenho da Organização Mundial da Saúde (OMS) no episódio da sustentação de estratégias globais para o combate da pandemia da Covid-19.

Na sequência, a segunda característica produz um adensamento das redes de interdependência complexa gerando a chamada globalização multidimensional. Os autores sustentam que a agenda das relações interestatais é constituída por diversos temas (globais e domésticos) e não é formada por hierarquias. Isto significa que os assuntos referentes à segurança militar não tem predominância, sendo certo que temas anteriormente delimitados à esfera doméstica (desastre ambiental, migração, terrorismo, entre outros) ultrapassam fronteiras e ocupam espaço nas agendas de assuntos internacionais⁴, ou seja, as agendas se tornaram mais diversas, onde na atualidade, a agenda do momento é a pandemia da Covid-19.

Segundo Keohane e Nye (2012).

⁴ Essa segunda característica citada por Keohane e Nye pode ser exemplificada no caso da migração da Venezuela na fronteira amazônica brasileira.

O progresso em lidar com a agenda tradicional não é mais suficiente. Um novo e sem precedentes tipo de tema surgiu. Os problemas de energia, recursos, ambiente, população, os usos do espaço e dos mares agora são classificados com questões de segurança militar, ideologias e rivalidades territoriais as quais têm tradicionalmente constituído a agenda diplomática. (KEOHANE; NYE, 2012, p. 22). (Tradução nossa).

A terceira característica é de que onde não há a utilização de força militar entre Estados nacionais ocorre a interdependência complexa. Ao contrário, decorrente das duas outras características consubstancia-se o desenvolvimento da transnacionalização e ampliação da cooperação. Isto porque, o que se evidencia é um fato inversamente proporcional, à medida que se amplia o uso do poder militar (*High Politics*), diminui o uso do poder econômico (*Low Politics*). “A força militar não é usada por governos para outros governos dentro da região, ou nas questões, quando prevalece uma interdependência complexa”. (KEOHANE; NYE, 2012, p. 21). (Tradução nossa).

Noutro aspecto, o equilíbrio de poder entre os países ocorre conforme os assuntos da agenda. Estados economicamente e militarmente mais fortes sobressairão em assuntos convergentes. Esse cenário amplia a complexidade do sistema internacional com coalizões mais complexas e formas distintas de poder. Por conseguinte, na arena internacional ocorrem conflitos entre os atores com interesses contrários (DI SENA JÚNIOR, 2003). A visão conservadora referente ao Sistema Internacional estabelecia que o poder militar dominava as demais formas de poder, isto é, os Estados-nacionais mais poderosos militarmente definiam os assuntos internacionais. No entanto, a reformulação na legitimidade de poder transformaram as relações estatais e interestatais complexas. Neste ponto, o *soft Power* definido por Nye (2004) contribui para que um ator internacional utilize do exemplo ou persuasão sobre outro para a realização daquilo, que em outras condições, não seria realizado, tudo, sem o uso da força.

Ao mesmo tempo, observa-se que os processos de ampliação e descentralização manifestaram-se na ação estatal diante do fenômeno da globalização, o que levou à diminuição do espaço de atuação dos Estados nacionais e ao decréscimo do seu poder de decisão no plano internacional (IANNI, 1994). Dessa maneira, os indivíduos ou instituições passam a transcender as fronteiras nacionais, projetando valores para a comunidade global, formando uma nova consciência social em escala mundial. Os temas ultrapassam a fronteira física e política do Estado (KEATING *apud* VIGEVANI; WANERLEY, 2004). No mesmo sentido, a atuação política do ator subnacional torna-se cada vez mais um tema de complexas redes, pois não se pode delimitar tão somente ao Estado, considerando que transborda a

fronteira nacional e os limites do público e do privado.

Nesse sentido, Keohane e Nye (2002) ao publicarem a obra “Power and governance in a partially globalized world”, novamente tratam da questão da interdependência, mas ampliam o debate para a discussão do conceito de governança global. A obra traz para o século XXI, as ideias desenvolvidas em “Power and Interdependence”, a mesma tese é novamente reiterada: os autores reafirmam que, embora o Estado continue sendo ator central, as transformações pelas quais o mundo passou, em especial, a emergência da governança global, demandaria uma rede de cooperação extensiva, que tornaria menos efetivas formas hierárquicas de regras (KEOHANE; NYE, 2002).

Keohane e Nye (2002) defendem o entendimento de que a governança global é um processo natural e não hierárquico.

A regulamentação e a interpretação das regras na governança global se pluralizaram. As regras não são mais uma questão apenas de estados ou organizações intergovernamentais. Empresas privadas, ONGs, subunidades de governos e as redes transnacionais e transgovernamentais resultantes, todas desempenham um papel, normalmente com autoridades estaduais centrais e organizações intergovernamentais. Como resultado, qualquer padrão emergente de governança terá que ser conectado em rede, e não hierárquico, e deve ter objetivos mínimos, em vez de altamente ambiciosos. O “minimalismo em rede” busca preservar os processos democráticos nacionais e compromissos liberais incorporados, permitindo os benefícios da integração econômica. (KEOHANE; NYE, 2002, p. 214). (Tradução nossa).

De certa forma, “Power and governance in a partially globalized world” é uma atualização da obra de 1977. Os autores entendem que a ordem internacional deve ser garantida pelas organizações internacionais e a força deve ser utilizada de forma restrita. Os autores entendem que há os Estados chamados “avançados”, os liberais industrializados, a responsabilidade pela manutenção da ordem internacional através das instituições e estruturas de governança e os demais que são desqualificados, considerados fora do sistema internacional. Assim, essas desigualdades mencionadas na obra são o que autorizam os “avançados” terem prerrogativas especiais para criarem organizações internacionais (ESTRE, 2017).

Daí porque, quando Keohane (2004) apresenta “The Preventive Use of Force”, a academia fica perplexa com a proposta do autor pela criação de uma coalização democrática, com autoridade superior ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em verdade, Keohane apenas propõe aquilo que consta de forma implícita nas obras “Power and Interdependence” de 1977 e “Power and governance in a partially globalized world” em 2002, ou seja, uma

hierarquia entre os liberais no sistema internacional e os outros Estados subjugados numa instância inferior. Dessa forma, para Keohane (2004), ordem e hierarquia são complementares e não excludentes, por isso, inexistem qualquer incompatibilidade com as obras mencionadas acima, pois, a força militar é colocada a favor das organizações internacionais (ESTRE, 2017).

Divergentemente, Di Sena Júnior (2003) defende que a atuação das organizações internacionais possui defeitos e falhas, uma vez nesta perspectiva, um exemplo de poder hegemônico norte-americano perante os demais países foi a criação da própria ONU.

O balanço do atual cenário internacional, à luz da significância dos conceitos de agente e estrutura, onde aquele é capaz de influenciar na estrutura, da mesma forma que esta atinge o agente, autoriza-nos a afirmar a partir deste aporte teórico quanto à possibilidade de que um ente municipal tenha legitimidade para a realização de cooperação técnica internacional. E, dessa maneira, por meio da CTI, pode influenciar na política externa de um Estado e na estrutura das relações internacionais contemporâneas marcadas pela dinâmica da interdependência complexa, onde atores diversos tem papel relevante em cada circunstância específica.

É que nesta nova distribuição do poder, os Estados-nacionais ficaram mais enfraquecidos e a interdependência complexa se aprofundou com a globalização. Isso se observa na pluralização, ou seja, multinacionais e ONG's ampliaram suas atuações nas redes globais (SARFATI, 2005). Dessa maneira, é fato que uma conexão entre empresas de países distintos, ou entre uma agência internacional e um ente subnacional, pode proporcionar um novo formato nas relações internacionais, como também uma reconstrução do Sistema Internacional, sob novas diretrizes. Da mesma forma, a interdependência também proporcionou aos gestores públicos dos municípios a utilização de novos mecanismos de gestão para a resolução dos problemas de sua cidade. Os referidos mecanismos, muitas vezes, são acionados, por meio de redes de CTI. Held (2001), também afirma a relevância da globalização em todo esse processo.

A globalização é fenômeno espacial fundado num *continuum* com 'o global' numa ponta e o 'o local' na outra (...). Ela envolve uma extensão e um aprofundamento das relações sociais e das instituições no espaço e no tempo de tal modo que, por um lado, as atividades diárias estão crescentemente influenciadas por fatos que acontecem do outro lado do globo e, por outro lado, as práticas e decisões de grupos ou comunidades locais podem ter significativas repercussões globais. (HELD, 2001, p. 13).

Como se vê, para se obter poder em um mundo interdependente é necessário que se construa uma agenda, que exista uma união entre as estratégias, que existam relações transnacionais e transgovernamentais e que haja o crescimento das organizações internacionais governamentais (KEOHANE, 1988).

Cumprido ressaltar, que o processo de cooperação internacional é o efeito primordial da interdependência, onde é possível a resolução de problemas com características de transnacionalidade. Outro efeito é a diminuição do poder central estatal, sendo certo que as decisões do Estado-nação são influenciadas pelas redes dos demais atores, que impactam o conceito de soberania e o conceito de legitimidade. Expansão das forças transnacionais reduz o controle que cada governo pode exercer sobre as atividades de seus cidadãos e dos outros povos (HELD; MCGREW, 2001).

Da mesma forma, vale destacar, que no entendimento de Keohane e Nye (2012), a cooperação internacional é essencial na solução dos problemas políticos estatais com a participação de atores não estatais. Isto se evidencia conforme a ampliação da quantidade de regimes, organizações e instituições internacionais criadas no término do século XX. Este fato contribui para ampliar a atuação do poder local na dimensão internacional. Daí porque, os municípios buscam políticas de cooperação técnica para desenvolverem essa função estratégica nas relações internacionais. Nessa visão, a atuação em rede constrói uma internacionalização eficiente e apta para as cidades solucionarem os dilemas locais.

Neste arranjo institucional e atuação de novos atores no Sistema Internacional incluindo a participação de instituições internacionais houve a necessidade da observação de regras que preconizam a previsibilidade entre todos os envolvidos nesta convivência internacional (KRASNER, 1983). Para Keohane e Nye (2012), os regimes internacionais tem papel fundamental para a realização de melhores efeitos nas relações de interdependência e para isso devem sofrer constante aprimoramento, inclusive para o sucesso da atuação das organizações internacionais.

Os regimes internacionais devem ser incorporados em acordos entre Estados ou tratados, assim como os acordos monetários internacionais desenvolvidos em Bretton Woods em 1944, ou eles podem evoluir de acordos formais propostos que nunca foram implementados, como foi o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que derivou da Organização Internacional do Comércio proposta após a Segunda Guerra Mundial. (KEOHANE; NYE, 2012, p. 17). (Tradução nossa)

Finalmente, o que se observa, é que nestas relações horizontais no Sistema Internacional, o ente subnacional busca parceiros que complementem suas necessidades, a fim de que a cooperação seja uma maneira de conquistar seus interesses, porém, necessita de regulação e normas para a boa convivência entre todos os atores internacionais.

2.3 Revisitando a teoria dos regimes internacionais

A ampliação da complexidade das relações entre os Estados-nacionais no cenário internacional, decorrente da globalização, leva à perspectiva de diminuição dos conflitos com regras internacionais e a pretensão da manutenção da paz no âmbito internacional gera o debate sobre a função dos regimes internacionais, orientando a necessidade da normatização para as boas relações na cooperação internacional.

O que se observa é que as organizações internacionais ampliam sua importância e se constituem como pilares de variados regimes na área de segurança, da política econômica e do desenvolvimento sustentável. A função dessas organizações transmuda-se em estruturas de referência para a facilitação da cooperação entre os Estados e entre os entes subnacionais, não-governamentais e transnacionais. Entende-se que essas instituições, contribuem para a criação de um ambiente mais propício à cooperação, por meio da fixação de padrões de comportamento que contribuem para a conexão destes atores internacionais visando à construção de um ambiente de partilha mútua e aprendizagem (KEOHANE, 1998).

Na década de 1980, a pesquisa sobre regimes internacionais mudou de tentativas de descrever os fenômenos de interdependência e regimes internacionais para uma análise mais detalhada das condições sob as quais os países cooperam. Como ocorre a cooperação entre os estados soberanos e como as instituições internacionais os afetam? Do ponto de vista do realismo político, tanto a confiança depositada pelos Estados em certas instituições internacionais e a explosão em seu número eram intrigantes. Porque deveria existir instituições internacionais em um mundo dominado por Estados soberanos? Esta questão parecia sem resposta se as instituições eram vistas como opostas ou acima do estado, mas não se fossem vistas como dispositivos para ajudar os Estados a cumprir seus objetivos. A nova pesquisa sobre instituições internacionais rompeu decisivamente com o legalismo - a visão de que o direito pode ser eficaz independentemente das condições políticas, bem como do idealismo associado às origens do campo. Em vez disso, os estudiosos adotaram os pressupostos de realismo, aceitando que o poder do Estado relativo e interesses concorrentes eram fatores-chave na política mundial, mas ao mesmo tempo, tirar novas conclusões sobre a influência das instituições no processo. As instituições criam a capacidade para os Estados cooperarem de maneiras mutuamente benéficas, reduzindo os custos de fazer e fazer cumprir acordos - o que os economistas chamam de "custos de

transação". Eles raramente se envolvem na aplicação centralizada de acordos, mas eles fazem reforçar práticas de reciprocidade, que fornecem incentivos para os governos manterem seus próprios compromissos para garantir que outros o fazem também. Mesmo os Estados poderosos têm interesse, na maioria das vezes, em seguir as regras de instituições internacionais, uma vez que a conformidade geral com as regras torna o comportamento de outros Estados mais previsível. (KEOHANE, 1998, p. 83).

Há a definição de regime internacional como um acervo de princípios, regras, normas e procedimentos, que amparam as tomadas de decisões ao redor das quais caminham as pretensões dos atores em uma área específica das relações internacionais. Os regimes são aqui conceituados como variáveis intervenientes, que intermedeiam a relação entre fatores causais como poder, valores, interesse e os resultados e/ou comportamentos alcançados por eles (KRASNER, 1983).

De acordo com Krasner (1983), as variáveis causais, os fatores que possibilitam a formação dos regimes são: a) O interesse (desejo de maximizar a função de uma parte quando esta função não inclui a utilização de outra parte); b) O poder político (que segue duas orientações, uma que persegue o bem comum, e outra, que procura maximizar interesses particulares dos atores); c) Normas e princípios (características definidoras de um regime); d) Os usos e costumes (padrões regulares de comportamento atuais e práticas antigas) e) O conhecimento científico (que permite um consenso em torno do assunto objeto de negociação).

Como se vê, os princípios, sendo a razão de ser de um regime internacional, não estão, em si, sujeitos à alteração direta. A principal fonte de alteração de um regime é, segundo Krasner (1983), sua forma estrutural, ou seja, suas regras e procedimentos de tomada de decisão.

Sob outro olhar, segundo a teorização de Keohane (1984), os princípios estão ligados às convicções sobre causalidade e justiça e definem, em geral, os propósitos que os integrantes de um regime internacional buscarão perquirir. Essa definição infere, ainda, estudos sobre três elementos: princípios, normas e processo decisório. Keohane (1984) menciona que, os princípios dos regimes monetários e de comércio do pós-guerra enfatizaram o valor dos padrões abertos e não discriminatórios nas transações econômicas internacionais. O princípio de um regime ambiental deverá se focar em iniciativas sustentáveis para a gestão compartilhada de bens públicos ambientais comuns.

As normas de um regime internacional, por sua vez, contêm afirmações claras que indicam aos membros do regime o que pode ser considerado como comportamento legítimo

ou ilegítimo, definindo responsabilidades e obrigações. As regras, por sua vez, são mais específicas, indicam em detalhes as obrigações e direitos dos membros – como é o caso das cláusulas do protocolo de Quioto, por exemplo – e podem ser alteradas mais facilmente do que as normas e princípios, já que pode até mesmo haver mais de um conjunto de regras sobre um certo assunto. Finalmente, procedimentos de tomada de decisão estão no mesmo nível de especificidade das normas, mas se referem diretamente a prescrições objetivas, fornecendo maneiras de implementar princípios e alterar regras.

Princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão são os quatro componentes dos regimes, e é justamente a simbiose entre eles que lhes confere legitimidade. Todos esses componentes tem a função de prescrever certas ações e coibir outras, e implicam obrigações, mesmo que não sejam reforçadas por um sistema legal formal (KRASNER, 1983).

É relevante destacar também a definição de regimes de Keohane e Nye (2012): “conjuntos de arranjos de governança que incluem redes de regras, normas e procedimentos que regulam comportamentos dos atores e controlam os seus efeitos”. (KEONANE; NYE, 2012, p. 19).

Dessa maneira, pode-se pensar em regimes em termos de injunções menos ou mais específicas. Existem injunções que são suficientemente específicas para que violações a elas sejam facilmente identificáveis e para que mudanças nelas possam ser claramente observadas, tanto como são suficientemente significantes para que acarretem mudanças no comportamento dos atores. É justamente nessas injunções intermediárias, que causam consequências políticas, que se identifica a essência dos Regimes Internacionais (KEOHANE, 1998).

Segundo Keohane (1998), os regimes surgem porque os atores da política mundial acreditam que, por meio deles, serão capazes de firmar acordos benéficos que não seriam possíveis de outro modo. Ou seja, prenunciam que os regimes facilitarão a cooperação, antecipando os efeitos e guiando as ações daqueles que buscam estabelecê-los.

Regimes não são construídos para reforçar acordos, mas para estabelecer expectativas mútuas estáveis sobre o padrão de comportamento dos atores em longo prazo e para desenvolver relações que ajudem as partes a adaptar suas práticas às novas situações de incerteza. Como princípios e regras ajudam a reduzir a variação de comportamentos esperados, a incerteza tende a diminuir, favorecendo a cooperação. Entretanto, diminuir as incertezas não significa, necessariamente, aumentar o bem-estar global. Regimes podem ser

usados para a busca de interesses particulares ou mais amplos. O que garante que os regimes sejam eficientes e legítimos, por outro lado, é a conformidade dos atores (KEOHANE, 1998).

Por fim, os regimes, bem como as instituições que os incorporam, não devem ser encarados como elementos de uma ordem “além do Estado” ou como “quase governos” no âmbito internacional. De acordo com Keohane (1998), os arranjos de um regime devem ser vistos, principalmente, como frutos do autointeresse dos atores. No entanto, Regimes também podem afetar interesses estatais, já que a noção de autointeresse é elástica e altamente subjetiva. Percepções de autointeresse dependem tanto das expectativas dos atores quanto às consequências prováveis de ações particulares quanto como de seus valores fundamentais. Regimes, certamente podem afetar expectativas e podem afetar também valores.

Longe de ser contrariada pela visão de que o comportamento internacional é largamente moldado pelos poderes e interesses, o conceito de Regime Internacional é consistente tanto com a importância dos poderes diferenciais quanto como com uma visão sofisticada de autointeresse. Teorias de regimes podem incorporar *insights* realistas sobre o papel de poderes e interesses, enquanto também podem indicar a inadequação de teorias que definem interesses de uma forma tão estreita que falham em levar em conta o papel das instituições (KEOHANE, 1984).

O estudo das organizações e instituições internacionais está conectado ao estabelecimento de uma possível ordem internacional, onde o tema ganha destaque no momento em que os Estados passam a buscar uma solução para os conflitos. Um exemplo do pensamento idealista foi a criação da ONU, em 1945, onde articulava-se para buscar a promoção da segurança por meio da atuação de uma instituição internacional, hábil para mediar os conflitos internacionais e promover a cooperação entre as nações, sendo esse um dos papéis das organizações e instituições internacionais.

Após a Segunda Guerra Mundial houve uma ascensão de regimes e instituições internacionais, pois, o conflito revelou ao cenário internacional, a realidade da disputa de poder entre os Estados. Logo após o fim do referido conflito mundial, o papel efetivo da ONU em promover a paz internacional coloca em confronto abordagens realista e institucionalista.

Diante deste fato, a cooperação e a coexistência entre os Estados tornam-se uma realidade em face da interdependência dos seus atores indispensável para a sua sobrevivência e desenvolvimento. Por sua vez, a ONU teria como finalidade promover a cooperação internacional e a resolução de conflitos internacionais através do mecanismo de segurança coletiva internacional, em que todos os países concordariam sobre as ameaças à estabilidade

internacional e agiriam de forma coletiva, entendendo a segurança internacional como resultado da ação racional dos estados (KEOHANE, 1998).

Para os realistas, a ONU e outras organizações internacionais, apenas refletem o desequilíbrio do poder internacional. Em outras palavras, no exemplo da ONU, os países com assento permanente no Conselho de Segurança eram quem detinham legitimidade para decidir sobre a paz mundial, deixando os demais a mercê destes interesses.

Em meados da década de 1970, há um aumento no interesse acadêmico pelos estudos dos regimes internacionais, em razão das consequências decorrentes da crise do petróleo. Por conta da interdependência complexa conceituada por Keohane e Nye (2012), os problemas globais demandam uma maior coordenação política, que refletem no interesse pela formulação de mecanismos para ampliação da cooperação. A teorização dos regimes e instituições internacionais estabelece a partir de 1980, a atenção dos teóricos das Relações Internacionais para estudos mais aprofundados visando à conceituação de cooperação, incluindo as organizações internacionais (KRASNER, 1983).

Com o término da Guerra Fria, o debate sobre o papel das organizações e instituições internacionais sofreu um grande aprofundamento, porque anteriormente a estrutura de bipolaridade de poder refletia nas mesmas. Nos anos 90, em face do desenvolvimento da teoria da interdependência, tanto as organizações e instituições internacionais tradicionais ampliam sua influência no cenário internacional, como também blocos de integração (Mercado Comum Europeu) e aumenta o interesse por regimes internacionais, pois, geravam a percepção de serem mecanismos reguladores de estabilidade internacional, ou como protagonistas hábeis de propiciar a governabilidade mundial, por meio de sistemas democráticos de atuação.

No debate atual, dois pontos são objeto de análise: a efetividade e a legitimidade das organizações e instituições internacionais. É necessário ainda um certo amadurecimento no entendimento sobre a capacidade desses organismos tornarem efetivas suas decisões, muito embora se tenha reconhecimento de sua influência no cenário internacional. De outro lado, o segundo ponto é a baixa representatividade democrática, isto é, a atuação efetiva dos países nas decisões internacionais e o crescimento da influência de outros atores na definição do sistema internacional.

Nesse sentido, a Teoria dos Regimes pressupõe que, embora as características do Sistema Internacional, os Estados e os entes subnacionais podem se envolver em redes institucionais de sentido mais amplo, com regramentos que permitem a possibilidade de contribuição para a alteração de comportamentos. Daí porque, segundo a definição de Krasner

(1983), os regimes seriam “meios” para a convergência de expectativas entre atores, tendo, portanto, o *status* de variável interveniente sobre os comportamentos individuais dos Estados nacionais e entes subnacionais na atuação internacional.

Por fim, diante desta situação fática, os entes subnacionais como novos atores possuem a tendência de atuação na esfera internacional. Nessa perspectiva, à luz da discussão a literatura consolidou a paradiplomacia e as redes de CTI de cidades, as quais são essenciais à compreensão para a análise do objeto da pesquisa, a qual será tratada na próxima seção.

3 PARADIPLOMACIA E REDES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL DE CIDADES

3.1 Compreensão teórica e caracteres da paradiplomacia

Nesta seção, serão apresentados os debates e desdobramentos das questões teóricas e conceituais sobre a paradiplomacia e sua relação com a formação de redes de cooperação técnica internacional. Em seguida, discorreremos sobre características e classificação das CTI's.

A inserção dos governos subnacionais no Sistema Internacional, notadamente, a ação internacional das cidades nos últimos anos é um tema amplamente debatido por vários autores e, por conseguinte, conduz a um esforço teórico de reconhecimento do crescimento do fenômeno intitulado paradiplomacia. A paradiplomacia é considerada recente e teve seu desenvolvimento após o período da Guerra Fria. Ela representa uma alteração relevante nas relações internacionais e nos estudos da política externa. A expressão paradiplomacia se apresenta na literatura científica nos anos 1980, precisamente nos estudos do federalismo na descrição do relacionamento internacional dos Estados federados canadenses e americanos no contexto da globalização (PAQUIN, 2004).

No mundo globalizado, o aumento da interdependência entre as sociedades implicou no fato de que o Estado Nacional não é mais o único responsável pela mediação entre o mundo doméstico e internacional, sendo que os governos subnacionais podem buscar a sua própria inserção no sistema internacional, como tratado na seção anterior.

De outra forma, o que se observa é que as cidades, províncias e unidades federadas passaram a atuar para além dos Estados Nacionais, como também houve a formação de uma cadeia mundial de cidades globais que passaram a exercer papéis fundamentais nas relações de produção do modelo capitalista, agindo também de forma paradiplomática nas organizações internacionais.

Este novo fenômeno, nas palavras de Hocking, transformou-se no conceito de paradiplomacia:

A paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento do governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (*ad hoc*), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional. (HOCKING *apud* PRIETO, 2004, p. 251-252).

Na área de estudo das Relações Internacionais, a definição de paradiplomacia cunhada por Soldatos é “atividade diplomática desenvolvida entre entidades políticas não centrais situadas em diferentes Estados” (SOLDATOS apud DANTAS, 2011, p. 13). Outra definição para a inserção internacional dos governos subnacionais desenvolvida com a anuência do governo central é *paradiplomacia cooperativa*. Neste caso, autoriza-se que os governos subnacionais atendam seus objetivos internacionais, desde que eles não estejam em conflito com a política externa central (SOLDATOS, 1990).

Nesse sentido, a paradiplomacia evidencia ações externas do governo subnacional que não afrontam o Estado central. De outro lado, a expressão *protodiplomacia* é utilizada na atuação do governo subnacional ao buscar no cenário internacional, a independência em relação ao Estado central, que normalmente não se realiza de forma harmoniosa (MARX, 2008).

Há também outro termo utilizado para explicar a participação internacional dos governos subnacionais, que é *diplomacia federativa*. Este termo é utilizado somente em estruturas federativas. Enquanto a *paradiplomacia* é um conceito que pode ser utilizado onde a atividade paradiplomática pode se dar de forma paralela, coordenada ou complementar ao Estado (MARX, 2008), o termo *diplomacia federativa* representa uma atuação que se complementa a proposta política do governo central de auxiliar a atuação internacional dos entes federativos (GAYARD, 2007).

Diferentemente da diplomacia do governo central, que tem responsabilidades próprias de estados soberanos, a paradiplomacia é opcional e irá acontecer quando existir uma perspectiva de ganho para os governos subnacionais (HOCKING, 2004). A paradiplomacia permite que os governos subnacionais compartilhem experiências, promovam cooperação técnica, captem recursos financeiros e abordem problemáticas comuns de maneira conjunta (MESSING; LLORENTE, 2003).

As estratégias de inserção internacional dos entes subnacionais serão diferentes de acordo com suas motivações e oportunidades. Diferente da diplomacia que tem um interesse nacional, a *paradiplomacia* é mais “específica” e “delimitada” e tem um caráter mais “oportunista” e “experimental”. A paradiplomacia também se caracteriza por um alto grau de participação por parte da sociedade civil e do setor privado, com variações que dependem de fatores políticos e institucionais (KEATING apud VIGEVANI; WANERLEY, 2004, p. 66-67).

Destarte, diante dos entendimentos desses vários autores, Paquin (2004) classifica o fenômeno da paradiplomacia, conforme a forma descentralizada do foco central de atuação do

governo subnacional: a) paradiplomacia do comércio, b) paradiplomacia de integração regional e c) paradiplomacia identitária.

A paradiplomacia do comércio se desenvolveu com maior amplitude, em consequência da crise econômica das décadas de 70 e 80, onde os governos adotam uma atividade política, buscando a atração de investimentos de empresas estrangeiras. A economia global, por sua vez, aciona os interesses dos governos subnacionais para a instalação de empresas multinacionais e transnacionais em seus territórios, induzindo a uma concorrência entre estes entes. A consequência disso, naquele momento é que a ampliação da necessidade do crescimento das exportações, as regiões e as cidades mais estruturadas passam a atuar no cenário internacional, a fim de conquistar um novo marco de desenvolvimento econômico para sua localidade.

A paradiplomacia de integração regional está voltada ao fenômeno de internacionalização e de regionalização do cenário internacional. A atuação na integração regional possui a tendência de gerar uma transferência de soberania no plano regional, movimentando os governos subnacionais para a obtenção de uma interferência maior na arena regional. É o caso do Mercado Comum Europeu, que estimulou a paradiplomacia em rede e associações de governança cooperativa em nível regional, como também é possível citar os acordos do NAFTA - North American Free Trade Agreement, envolvendo os Estados Unidos da América, Canadá e México, assim como a rede Mercocidades.

Já a paradiplomacia identitária tem o nacionalismo como ponte de análise, pois, a atuação do governo subnacional internacionalmente pode identificar um elemento de formação de uma nação. A paradiplomacia pode fortalecer o nacionalismo dos movimentos subnacionais, abalando a estrutura nacional, buscando reconhecimento internacional, como também a manutenção de uma identidade cultural distinta. Alguns governos subnacionais que compartilham essa característica comum são: Quebec, Catalunha e o País Basco.

Noutro prisma, na dimensão geopolítica, pode-se observar a seguinte classificação: a) paradiplomacia regional transfronteiriça; b) paradiplomacia transregional e a paradiplomacia global (DUCHACEK, 1990).

A paradiplomacia regional transfronteiriça envolve as cidades da fronteira e consiste em contatos institucionais formais e informais. As relações entre esses entes subnacionais possuem características específicas decorrentes da proximidade geográfica. Há uma semelhança de problemas comuns e de possíveis soluções. A atuação paradiplomática regional transfronteiriça, em matéria de interesses comuns, pode conjugar governos regionais, municipais; como também empresas privadas e cidadãos. Algumas similaridades no

cruzamento de fronteira: combate ao tráfico e contrabando; movimentação de mercadorias; livre trânsito entre os cidadãos vizinhos e parcerias entre dos entes públicos e associações. Uma localização muito bem retratada é a área urbana de Uruguaiana no Brasil, que faz fronteira com a cidade argentina Pas de los Libres.

Já a paradiplomacia transregional é o termo usado para descrever relações entre entes subnacionais que não são vizinhos. Porém, os seus respectivos governos nacionais possuem uma relação de vizinhança. Neste caso, é necessário o protocolo diplomático em observância à legislação estrangeira concernente a agentes estrangeiros não-diplomáticos⁵. Noutro enfoque, tal qual o Estado-nacional como menciona Mariano e Mariano (2002), a coordenação política também é fundamental para um projeto de integração regional dos entes subnacionais, pois, a meta é comum visando à ampliação de lucros e diminuição de custos para alcançar objetivos estritamente econômicos atraindo oportunidades neste processo.

Isso ocorre para se evitar tensões com os representantes oficiais diplomáticos e consulares do Estado central. É o caso dos representantes de províncias canadenses nos Estados Unidos, que devem apresentar relatórios anuais junto ao Departamento de Justiça norte-americano.

A paradiplomacia global define a atuação dos governos subnacionais com governos centrais estrangeiros, mas também com instituições financeiras, multinacionais e centros culturais de outros países. Por exemplo, no ano de 2019, o Governo do Estado de São Paulo visando fortalecer as relações comerciais, articulou com o governo central da República Popular da China a instalação de escritório oficial de representação em Xangai.

É importante ressaltar nessa discussão os caracteres das razões que motivam a inserção internacional dos entes subnacionais. Para fins de classificação, é possível agrupá-las nas seguintes categorias: a) motivações econômicas, b) motivações culturais, c) motivações políticas e d) motivações conforme novos temas da agenda internacional (PAQUIN, 2004).

Motivações econômicas são os principais motivos que explicam a projeção internacional dos governos subnacionais, destacando a ação dos municípios. Um ponto interessante indica a busca prioritária pelas empresas tecnológicas com o objetivo para busca de investimentos, transferência de tecnologia e pesquisa.

As motivações culturais são promovidas pelas regiões que possuem seu próprio idioma e cultura visando à atração de recursos e apoio no cenário internacional. É o caso da Catalunha que tem promovido seu idioma nos departamentos de espanhol das universidades

⁵ É o caso dos representantes de províncias canadenses nos Estados Unidos da América, que devem apresentar relatórios anuais junto ao Departamento de Justiça norte-americano.

estrangeiras e tem obtido o reconhecimento dos idiomas não-estatais nas instituições europeias.

As motivações políticas são àquelas comuns em locais que visam à projeção exterior para auxiliar a construção nacional de uma região. As regiões, especialmente aquelas com identidades históricas ou culturais diferenciadas, também podem utilizar suas diásporas para melhorar sua influência política em outros países e para captar recursos. A comunidade emigrante irlandesa tem desempenhado um importante papel em muitas ocasiões no conflito da Irlanda do Norte e no processo de paz.

Há também as motivações conforme novos temas da agenda internacional, que são as razões que mais crescem para a inserção dos governos subnacionais. Elas consistem no aproveitamento de novas possibilidades para a atuação dos governos subnacionais junto ao comércio internacional e na busca de investimentos estrangeiros. Há justificativas também para atuação dos referidos entes nas *low politics*, as quais podem impactar os entes subnacionais, tais como: mudança climática, terrorismo, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

3.1.1 Debate jurídico quanto à legitimidade da paradiplomacia

No que concerne, à legitimidade é oportuna a análise de algumas particularidades para a atividade internacional das unidades subnacionais, destacando-se os questionamentos sobre a legalidade da atuação internacional das unidades subnacionais, uma vez que elas não são sujeito do direito internacional, mas são atores, pois participam de cooperação internacional, acordos econômicos, culturais e etc.

Um dos aspectos mais difundidos das relações internacionais tem sido seu foco no Estado como o ator principal na arena internacional. O pressuposto de que os Estados interagem por meio de governos expressam o ‘interesse nacional’, ou seja, que a política internacional está interessada na busca do poder, e que a questão principal na agenda internacional assume a forma de segurança militar, tende a fazer as atividades internacionais das regiões e de outras localidades parecerem, na melhor das hipóteses, uma irrelevância para o ‘mundo real’ da política internacional, ou na pior das hipóteses, uma perigosa aberração. Aqui, o pressuposto-chave é de que o principal requisito na condução da política externa é a coerência, e isso, por sua vez, exige forte controle central. (HOCKING, 2004, p. 81).

A convicção de que as relações entre Estados é uma prerrogativa da soberania e de que os governos subnacionais num Estado federado, são somente autônomos, subsidiária a ideia de que os governos subnacionais não poderiam firmar compromissos em nível internacional, não em termos legais. Contudo, o que se observa é que vários Estados federados permitem a atuação internacional dos governos subnacionais, desde que essas ações sejam geridas por um ente federal. A paradiplomacia é o meio pelo qual contempla os anseios dos governos subnacionais atuarem internacionalmente (PRAZERES, 2004 apud DESSOTTI, 2011).

A importância do estudo das ações internacionais dos governos subnacionais, isto em função da ampliação dessas iniciativas, inclusive em termos mundiais. Um fato relevante é a divergência quanto aos poderes dos entes federados assumirem compromissos internacionais e outro é a responsabilidade do Estado nacional em face dos compromissos assumidos pelos seus entes. Há ainda a questão sobre os modelos de federação e confederação, apresentando observações sobre os questionamentos quanto à aplicação destas teorias às experiências políticas deflagradas pelos Estados (PRAZERES, 2004 apud DESSOTTI, 2011).

Não há, entre os diversos tipos de organizações federativas, oposição estanque e irreduzível. A confederação de estados, assim como o Estado federal, não existe em estado puro, senão em gabinetes dos teóricos; a complexidade das realidades sociais à rigidez das classificações. (PRAZERES, 2004, p. 307 apud DESSOTTI, 2011, p. 95).

Outro aspecto importante é que há uma tendência dos teóricos do Direito Internacional a aceitar a atuação internacional dos subnacional, desde que esta liberdade seja expressamente definida no texto constitucional (DESSOTTI, 2011).

No mesmo sentido, é o entendimento de Gambini (2008) ao mencionar que a as unidades subnacionais não são consideradas como sujeitos de Direito Internacional, mas diante da ação internacional as consideram como novos atores internacionais (GAMBINI, 2008 apud DESSOTTI, 2011).

Na atualidade, o Direito Internacional continua regulando as relações entre as Nações, entretanto, apesar de não atribuir vigência e eficácia à ação internacional de governos subnacionais, não mais se abstém de ao menos monitorá-las, pois hoje, além dos Estados, das Organizações Internacionais, da Santa Sé, as unidades subnacionais são consideradas não como sujeitos de Direito Internacional, mas como os ‘novos atores internacionais’, ainda que careçam da devida regularização jurídica internacional e muitas vezes, da regularização jurídica interna e de seus próprios Estados (GAMBINI, 2008, p. 20 apud DESSOTTI, 2011, p. 95).

Como se vê, no Direito Internacional Público, apenas os Estados soberanos eram considerados pessoas jurídicas de direito público externo. Já na ordem internacional é o Estado, ou o Estado soberano, que beneficia de uma capacidade genérica, podendo ser titular de todos os direitos que essa ordem venha a prever, e todos os demais sujeitos se encontram submetidos a uma regra de especialidade ou de limitação (MIRANDA, 2004, p. 190).

No Brasil, por força dos artigos 1º e 18 da Constituição Federal de 1988, são considerados membros autônomos da Federação as “unidades federativas”: Municípios, Distrito Federal, Estados federados e a União.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Na realidade, a Constituição Federal de 1988 conferiu pela primeira vez na história do país o *status* federativo aos municípios, pois, inexistia tal previsão nas Constituições anteriores. No entanto, o Direito Internacional e o Direito brasileiro não contemplam, em sua origem, atividades paradiplomáticas como uma forma de relação política reconhecida, na medida em que ambos questionam a admissibilidade jurídica do estabelecimento de relações externas por entidades subnacionais.

De fato, a Constituição Federal de 1988, na distribuição de competências, estabeleceu a centralidade da União na tomada de decisões e atuação no âmbito internacional, não prevendo, expressamente, a possibilidade de que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desenvolvam e mantenham relações internacionais formais; exceto nas situações de operações externas de natureza financeira, tornando-se condição prévia a autorização do Senado Federal porque os demais entes federados não possuem personalidade jurídica de direito público externo e, por conseguinte, a responsabilidade de eventuais dívidas causadas nessas operações financeiras com entes estrangeiros é da República Federativa do Brasil. É o que se extrai do artigo 21 (inciso I), artigo 84 (incisos VII e VIII) e artigo 52 (inciso V), todos do texto constitucional.

Artigo 21. Compete à União:

I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.

[...]

Artigo 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

[...]

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

[...]

Artigo 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

[...]

VII – manter relações com Estados estrangeiros [...];

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais sujeitos a refendo do Congresso Nacional. (BRASIL, 1988).

Contudo, a evolução da interpretação do texto constitucional indica que a ausência de um dispositivo expresso que garanta aos entes subnacionais brasileiros a possibilidade de estabelecer relações internacionais formais não desqualifica a referida atuação internacional dos mesmos. Isto ocorre pelo teor da fundamentação do parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, que decidiu pela inadmissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 475/2005), conhecida como “PEC da Paradiplomacia” apresentada pelo Deputado Federal André Costa (PDT-RJ), que pretendia acrescentar o parágrafo único no artigo 23 do texto constitucional com a seguinte menção.

Art. 23. [...]

Parágrafo único. Permitir que Estados, Distrito Federal e Municípios possam promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes subnacionais estrangeiros, mediante prévia autorização da União. (BRASIL, 2005). (grifo nosso)

Destaca-se do mencionado parecer, cuja relatoria foi do Deputado Federal Ney Lopes (PFL-RN), que a liberdade de celebrar atos é decorrente da autonomia prevista no artigo 18 e não consta qualquer impedimento que os impeça, sendo possível a celebração de atos internacionais pelos entes, no âmbito da respectiva competência, respeitando-se o ordenamento do artigo 52 referente ao Senado Federal, ou seja, concluiu pela desnecessidade de acrescentar o texto da proposta de emenda na Constituição Federal para “legalizar” a atuação paradiplomática no Brasil.

Pelo exposto, opino pela inadmissibilidade da PEC nº 475, de 2005, por promover a subversão da ordem federativa ao restringir a autonomia estatal prevista no artigo 18 da Constituição da República⁶. (BRASIL, 2006).

⁶Trecho da parte final do parecer da PEC nº 475/2005, de relatoria do Deputado Federal Ney Lopes (PFL-RN), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, o sistema de interpretação do texto constitucional permite a prática paradiplomática brasileira, que evidencia o crescimento da inserção de novos atores no Sistema Internacional. As características únicas do Estado brasileiro, enquanto federação trina, o permite atuar internacionalmente com suas cidades e Estados, como também por temáticas diante da atuação da própria União, no limite das respectivas competências.

A atuação dos entes subnacionais brasileiros pode ser analisada diante de toda a teoria e hermenêutica abordadas anteriormente, agregando características que compõe uma inserção internacional constituída e independente do Sistema Internacional. Além de possuir casos de diversas formas de estabelecimento desta inserção, desde projetos de cooperação, atos internacionais, participação em redes mundiais e em organismos internacionais como a ONU.

O que se observa é que os governos subnacionais brasileiros passaram nas últimas décadas a protagonizar um papel cada vez mais ativo no cenário internacional, quer seja, como fomentador de uma nova agenda política externa, quer seja, como implementadores de suas próprias políticas, quer seja como defensores de seus próprios interesses locais (PRAZERES, 2004 apud DESSOTTI, 2011).

Destaque-se ainda que uma importante parcela de indicadores de crescimento no Brasil foi produzida em decorrência da ação direta dos governos subnacionais, precisamente os municípios, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a descentralização das políticas sociais para a esfera municipal. Houve também a descentralização do debate político acerca das responsabilidades do Estado em face dos anseios das demais unidades da Federação, gerando, por conseguinte, a ampliação da agenda política externa dos municípios com a agenda da política nacional.

A atuação dos entes subnacionais, enquanto atores internacionais, não é consenso nas Relações Internacionais. Contudo, a prática da paradiplomacia por estes entes é fato consolidado, que demonstra no caso dos municípios a superação dos obstáculos tais como: a inexistência de uma área de atuação nas relações internacionais na estrutura administrativa da prefeitura; a carência de recursos financeiros para esta finalidade; falta de pessoal qualificado para atuar na área de relações internacionais e o pouco conhecimento dos governos municipais sobre os benefícios que esta atuação pode trazer para as cidades.

Deve se destacar a iniciativa paradiplomática pioneira no Brasil, que foi a criação da assessoria estadual internacional do Estado do Rio de Janeiro, em 1983 (PAQUIN, 2004). Atualmente, podemos mencionar o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONARI), uma associação civil que apoia vários municípios em todo o país para o aprimoramento da atuação da paradiplomacia.

Em verdade, há uma grande diversidade de ferramentas paradiplomáticas existentes, as estruturas ministeriais construídas por entidades subnacionais e voltadas para as relações internacionais, a abertura de representações e de delegações, além do envio de missões de estudo e de prospecção ao estrangeiro, a participação de feiras comerciais, de fóruns internacionais, o financiamento de campanhas de relações públicas para incremento de exportações e atração de investimentos e de centros de decisões, a realização de visitas oficiais com outros líderes regionais ou de países soberanos, a decisão de políticas bilaterais e multilaterais, a instituição de cooperações regionais ou transregionais, ressaltando que muitas regiões participam ainda de delegações dos seus países para encontros institucionais internacionais como da ONU, OMC, União Europeia e Unesco (PAQUIN, 2004).

Neste propósito, os municípios atuam como componentes do Estado, por meio da participação em programas de cooperação internacional federais na busca de investimentos para a cidade; como também em prol dos seus próprios interesses influenciando de forma autônoma os regimes e organismos internacionais, sendo certo que nesta modalidade utiliza-se o auxílio de redes de cidades, que proporcionam a oportunidade de conexão com outras regiões, troca de conhecimentos e soluções por meio da cooperação internacional. Em suma, os governos subnacionais buscam captar recursos e visibilidade, por meio de políticas de mapeamento de oportunidades junto a diversas redes e organismos internacionais buscando a internacionalização de práticas que possibilitem a solução dos problemas locais.

3.2 Redes de cooperação técnica internacional de cidades: uma visão colaborativa num mundo interdependente

Neste mundo globalizado e interdependente com canais múltiplos, a atuação internacional dos governos subnacionais se projeta ampliando a participação de novos atores no Sistema Internacional e possibilita novas conexões em complexas redes. A tecnologia ao diminuir as distâncias e ampliar o acesso e a velocidade da informação, multiplica exponencialmente as interconexões nas relações institucionais e negociais desses atores sociais. Esse novo mundo tecnológico e globalizado ampliou as relações entre pessoas, empresas, cidades e organizações propiciando um maior relacionamento que facilita a alteração do comportamento para a atuação em redes (CASTELLS, 2005).

Esse tema é de extrema relevância para a exata compreensão do *modus operandi* do programa Cidades, pois o Pacto Global da ONU se apresenta em seu portal oficial como “A

networked-based organization”, ou seja, “Uma organização baseada em rede” (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2020).

Há a definição de rede como um conjunto de nós interconectados (CASTELLS, 2005). Os nós no presente trabalho são as cidades signatárias, as empresas, a academia e outros parceiros que integram o programa Cidades. Um objetivo comum é o que une os nós e forma a rede. Os signatários do programa Cidades do Pacto Global estão unidos a partir de objetivos comuns numa relação cooperativa voltada para solução de problemas urbanos complexos. Neste prisma, vale transcrever o conceito de rede de Marteleto (2001), que trata da estrutura das redes, às quais definem as limitações de interação, por conseguinte, influenciando nos comportamentos, escolhas e opiniões dos indivíduos.

A análise de redes estabelece um novo paradigma na pesquisa sobre a estrutura social. Para estudar os comportamentos ou as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas nas quais eles se inserem, a unidade de análise não são os atributos individuais (classe, sexo, idade, gênero), mas o conjunto das relações que os indivíduos estabelecem através das suas interações uns com os outros. A estrutura é apreendida concretamente como uma rede de relações e de limitações que pesa sobre as escolhas, as orientações, os comportamentos, as opiniões dos indivíduos. (MARTELETO, 2001, p. 72).

Portugal (2007), por sua vez, destaca como uma contribuição para as ciências sociais o fato de que a análise estrutural das redes permite deslocar o olhar para as relações sociais, onde a análise deve ser realizada com os atores, como também com o conjunto de laços que os interligam, sendo certo que, na busca pelos objetivos comuns há relações simétricas de amizade, qualificando o comportamento em rede como colaborativo ou cooperativo.

As estruturas sociais podem ser representadas como rede – como conjunto de *nós* (ou membros do sistema social) e conjunto de laços que representam suas interconexões. [...] Usualmente, os estruturalistas tem associado (nós) com indivíduos, mas eles podem igualmente representar grupos, corporações, agregados domésticos ou outras coletividades. Os (laços) são usados para representar fluxos de recursos, relações simétricas de amizade, transferências ou relações estruturais entre (nós). (WELLBEMAN; BERKOWITZ, 1991, p. 4 apud PORTUGAL, 2007, p. 6).

As redes também podem se relacionar com o capital social, que é o investimento que o indivíduo faz nas relações sociais com o objetivo de ter um ganho. Este ganho pode ser econômico, político, trabalho ou social. A partir dos recursos da rede, existem alguns elementos que permitem aos atores terem acesso a benefícios, são eles: informação,

influência, credenciais e reforço. Os laços sociais permitem que os atores: a) tenham informações úteis sobre oportunidades; b) tenham relações com agentes que tomam decisões importantes; c) estejam credenciados a ter acesso a determinados recursos; e d) sejam reconhecidos e apresentem uma identidade (LIN, 2001a apud PORTUGAL, 2007).

A diversificação do conceito de redes na atualidade demonstra que, nas sociedades complexas, existem vários espaços de contatos, intercâmbios e circuitos sociais, que diferem, substancialmente, da ideia de um ator político, econômico ou social; organizado e monolítico. Todavia, um novo tipo de rede tem surgido atualmente nos diversos setores de atividade. Trata-se um novo fenômeno, no qual organizações e indivíduos se articulam com a finalidade de aliar interesses em comum, ou resolver um problema complexo, ou ainda ampliar o raio de alcance de suas ações (O'TOOLE, 1997).

As organizações que se articulam em rede reconhecem que não podem alcançar determinados objetivos de forma isolada e necessitam somar seus recursos aos de outros parceiros. Migueletto (2001), ao estudar as organizações em rede, apresenta o seguinte conceito para rede.

A rede é um arranjo organizacional formado por um grupo de atores, que se articulam – ou são articulados por uma autoridade – com a finalidade de realizar objetivos complexos, e inalcançáveis de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição de autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, se articulam em diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada. O poder é fragmentado e o conflito é inexorável, por isso se necessita de uma coordenação orientada ao fortalecimento dos vínculos de confiança e ao impedimento de dominação. (MIGUELETTTO, 2001, p. 48).

Na organização em rede, há a necessidade de uma coordenação de interdependências. Os atores sociais buscam compreender de forma compartilhada a realidade social, privilegiando os sujeitos e o seu conhecimento dos problemas. Neste formato, a rede utiliza as modernas tecnologias de informação para viabilizar a articulação virtual dos indivíduos e organizações (SCHERER-WARREN, 1997).

Os elementos que compõem a estrutura organizacional da rede são: os atores, as percepções, as relações, os recursos e as regras. Os atores são os nós da rede. As percepções representam como os atores enxergam a realidade. As relações significam os vínculos que são estabelecidos na rede, na busca de um objetivo comum. Os recursos disponibilizados pelos atores: informações, conhecimento, recursos financeiros ou até mesmo, *status*, experiência e legitimidade. As regras, que têm fundamento na teoria dos regimes, como vimos na seção

anterior, são construídas para auxiliar na estabilidade do padrão de comportamento colaborativo e cooperativo esperado dos atores.

Na coordenação das redes, que apresenta a característica não hierárquica, observa-se que o coordenador deve ter um papel de mediador. O coordenador tem o papel de promover a cooperação, eliminar os obstáculos enfrentados e buscar a efetividade dos projetos. Na participação das cidades em redes, a proposta é que a interação entre os governos subnacionais contribua para o crescimento e desenvolvimento econômico. Uma das lógicas da rede é que a ação cooperativa entre as cidades permite a troca de conhecimentos o que acelera a geração de inovações (DOMÈNECH, 2003).

As iniciativas de desenvolvimento local pressupõem uma capacidade de identificação das potencialidades da cidade, em termos de recursos disponíveis, o que determinaria sua capacidade de atração e retenção de investimentos, e um comportamento colaborativo ou cooperativo, envolvendo os governos municipais, as empresas e a comunidade local.

A economia urbana e a geografia econômica utilizam o termo redes de cidades para referir-se a uma interpretação da economia no espaço no qual os nós são as cidades, conectadas por vínculos de natureza socioeconômica (*links*), por meio dos quais se intercambiam fluxos de distintas naturezas, sustentados sobre infra-estruturas de transportes e comunicações. (DOMÈNECH, 2003. p. 2).

As redes de cidades podem ser caracterizadas a partir de alguns elementos como: a natureza da externalidade da rede, o âmbito da rede, o princípio de formação e intercâmbio, entre outros. Observando-se a natureza da externalidade da rede, as redes de cidades podem ser divididas: redes de complementariedade, redes de sinergia e redes de inovação (DOMÈNECH, 2003).

As redes de complementariedade “se dão entre centros especializados que se complementam”, a relação permite que se “alcancem economias de aglomeração”, assegura-se “uma área de mercado suficientemente grande para cada centro”. As redes de sinergia são aquelas em que “o elemento chave é que a sinergia” é obtida a partir da “cooperação” entre centros com “orientação produtiva similar”. As redes de inovação representam um tipo específico de rede de sinergia, onde a cooperação é programada “com o objetivo de alcançar a massa suficiente para abordar um projeto ou para obter uma externalidade que seja mais rentável” (DOMÈNECH, 2003, p. 21-22 apud DESSOTTI, 2011, p. 108).

Quanto ao âmbito, elas podem ser redes de âmbito local, regional, nacional ou internacional. As redes de âmbito local se dão entre cidades vizinhas, em um espaço reduzido. As redes de âmbito regional ou nacional possuem um campo de interação maior e nas redes mundiais a interação é internacional.

As cidades podem participar e formar também dois tipos de redes. A primeira é uma rede interna que representa a relação da cidade com um conjunto de atores de seu território e a segunda é uma rede externa que representa a relação com outras cidades do território nacional, regional ou mundial (BORJA; CASTELLS, 1997).

As redes rompem o modelo rígido de ajudas regionais e estatais para entrar em uma área de reconhecimento de interesses particulares em distintos âmbitos regionais e em uma identificação das cidades e regiões como atores ativos na construção de um espaço internacionalizado, aceitando a lógica em rede no lugar de pirâmide. Em nível territorial, as redes abrem uma nova forma de organização territorial que representa a fragmentação de uma hierarquia baseada essencialmente nas funções urbanas (de direção, comerciais, políticas, etc.), estabelecendo novos critérios de organização. Desta forma, se estruturam espaços de relação e espaços regionais definidos pelos núcleos urbanos que os formam e não pelas delimitações administrativas. A superposição de redes, e, portanto, de espaços de relação, inclui um elemento a mais de complexidade a estas novas tendências organizativas. A nova organização territorial emergente se baseia em fluxos e está definida por atores, neste caso, as cidades. (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 323).

Como se observa as redes podem ser consideradas uma forma de organização de entidades, instituições ou indivíduos que se relacionam entre si, de acordo com uma articulação fundamentada na horizontalidade buscando alcançar, de forma conjunta, objetivos comuns predefinidos, isto é, as cidades envolvidas em uma rede mantêm relações baseadas na confiança construída em torno de um interesse comum.

A participação em redes representa para as cidades uma estratégia para inserção no mercado internacional e uma estratégia de melhoria da sua competitividade, em um contexto de globalização e de avanço nas tecnologias de informação (BORJA; CASTELLS, 1997).

Nesse sentido, o conceito de rede envolve três elementos: a) o elemento rede: surgem novos tipos de relações de longa distância entre cidades similares e parcerias, com característica semelhante ou diversa; b) o elemento externalidade rede: a participação nas redes permite o aproveitamento de ganhos de escala em relações complementares e dos efeitos sinérgicos nas atividades cooperativas; c) o elemento cooperação: a base das redes de cidades é o relacionamento cooperativo (CAPELLO, 2000).

Segundo Borja e Castells (1997), os principais objetivos das redes de cidades são:

i) estruturação de um sistema de *lobby* frente a terceiros; ii) consolidação de espaços territoriais, econômicos, políticos, demográficos, etc, mínimos que permitam a geração e utilização de economias de escala e de aglomeração, assim como o desenvolvimento de infra-estrutura e atividade ponta; iii) a inserção em um sistema internacional que permita o acesso e utilização de um volume crescente de informação e o intercâmbio de experiências e tecnologias; iv) a obtenção de funções de liderança; v) a inserção de cidades, através das redes, em espaços de atuação superiores; vi) inserção nos sistemas de financiamento internacional. (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 321).

Além disso, as redes podem representar um sistema complementar de solidariedade internacional e de aplicação de políticas redistributivas, uma vez que as cidades mais avançadas podem colaborar com a solução de problemas de cidades menos desenvolvidas, mesmo que essas ações sejam bastante limitadas na prática (BORJA; CASTELLS, 1997).

Noutro prisma, as características centrais das redes de cidades são: a) a relação entre as cidades assume um caráter horizontal, não existindo uma hierarquia; b) alcance geográfico global ou regional; c) agilidade, tanto pelo seu caráter horizontal, quanto pela utilização dos meios de comunicação; d) riqueza de atores onde a atuação não se limita aos governantes, mas a um conjunto de atores que são inseridos no cenário internacional; e) democratização do conhecimento, pois, as redes viabilizam um compartilhamento de informações, além disso, por meio das redes, cidades menores podem participar da cooperação internacional; f) aproximação entre os membros. Daí porque, a rede que se afasta destes caracteres se afasta do seu temperamento colaborativo podendo deflagrar um caráter competitivo (MARX, 2008).

As redes de cidades, ainda que sejam formadas por atores coletivos, normalmente têm como referência pessoas físicas, que alimentam a rede com informação, que estabelecem relações como os outros membros e que participam em encontros virtuais ou presenciais. Frente a isto não podemos deixar de pensar que existem elementos subjetivos e intrínsecos que podem influir na rede. Devem-se dar relações de complementaridade, de cooperação ou de busca de bem comum a todos ou, por outro lado, no sentido hobbesiano, pode ser que se estabeleça um sistema competitivo, normalmente expresso pelo mercado, com pouca transparência e com subgrupos dentro da rede que podem desvirtuar os seus objetivos. (MARX, 2008, p. 185).

Nesse sentido, os diferentes objetivos e as diferentes características das cidades envolvidas permitem uma tipologia das redes de cidades. Vanessa Marx (2008) apresenta uma caracterização das redes de cidades a partir de três elementos: espaço geográfico, composição e objetivos; e motivações. A forma de organização e os objetivos das redes são estabelecidos a partir de seus estatutos. Quanto ao espaço geográfico as redes podem ser nacionais,

regionais ou mundiais. Já no que diz respeito à sua composição, as redes podem ser constituídas somente pelos governos locais ou podem ser mistas, onde são aceitos outros atores (universidades, representantes da sociedade civil, etc.). Os objetivos e motivações das cidades se relacionam a alguns aspectos comuns como apresentarem a mesma dimensão e, conseqüentemente, os mesmos problemas; buscarem o reconhecimento em uma estrutura de integração regional; procurarem um ambiente de discussão de temáticas comuns, como: meio ambiente, tecnologia da informação, questões econômicas, cultura, entre outras (MARX, 2008).

Em relação ao meio ambiente, por exemplo, vale destacar o entendimento de Rachel Biderman (2012), que apresenta que a formação de redes globais de municípios é essencial para atuação em conjunto com o objetivo do desenvolvimento do tema para a formação de políticas internacionais visando à preservação ambiental.

Apesar do engajamento na busca de soluções para o problema ter se configurado histórica e juridicamente de forma a incluir apenas atores multilaterais e Estados no sistema da ONU, há diferentes atores e críticos que defendem a importância da ação conjugada com outros atores relevantes, que incluem desde coalizões de Estados, governos subnacionais, organizações não governamentais, entidades do setor produtivo, dentre outros. Nesse contexto, tem se formado vários tipos de agremiações de atores no nível subnacional para busca de soluções diferenciadas em prol do equilíbrio climático planetário. Alguns atores transnacionais, em particular redes de ação transnacionais integradas por municípios, formaram-se nas últimas décadas, para atuar em conjunto, tais como o programa do International Council of Local Environmental Initiatives (ICLEI), Cities for Climate Protection (CCP), o International Solar Cities Initiative, Energie-Cités, Climate Alliance e C40. (BIDERMAN, 2012, p. 123).

Por outro lado, os principais critérios que se apresentam para classificação das redes: o âmbito espacial de atuação; as funções se são redes que buscam a formação de *lobby*, a cooperação técnica, econômica e a troca de experiências e sua origem (BORJA; CASTELLS, 1997).

Cardarello e Rodrigues (*s.d.*) ressaltam também os objetivos das redes globais.

[...] As redes globais têm como principal objetivo capacitar seus membros, por um lado incrementando o fluxo de comunicação entre governos locais e por outro fortalecendo seu peso como interlocutores frente aos governos nacionais ou organismos internacionais. Além disso, buscam facilitar o acesso a fontes nacionais e internacionais de financiamento e [...] transformar-se em um eficaz difusor de suas próprias atividades. No que diz respeito ao intercâmbio, [...] pretendem contribuir para [...] o desenvolvimento sócio-econômico local e regional e por último distinguir os fatores que contribuem para a

implementação de experiências exitosas [...]. (CARDARELLO; RODRIGUES, (s.d.), p. 46).

Uma referência em redes globais é a CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos). A CGLU é a maior rede de cidades, segundo dados da própria entidade, possui membros em mais de 127 países dos 191 países membros da ONU e mais de 1000 cidades membros diretos (UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS, 2018). A CGLU foi criada em maio de 2004, a partir da fusão da IULA (União Internacional de Autoridades Locais) e FMCU (Federação Mundial das Cidades Unidas). Conforme artigo 2º de sua Constituição Estatutária, sua missão consiste:

Artigo 2º. A missão da Organização Mundial é ser a voz unida e representação mundial dos governos locais autônomos e democráticos, promovendo seus valores, objetivos e interesses, através da cooperação entre os governos locais, e ante a vasta comunidade internacional. (UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS, 2018). (Tradução nossa)

O que se observa é que as redes de CTI de cidades se tornaram um caminho para inserção internacional dos governos subnacionais, para o crescimento da cooperação entre as cidades e para discussão e difusão dos problemas locais e globais de interesses das localidades. Dessa maneira, as redes representam uma evolução no paradigma da organização das atividades humanas, porque se ocupa da gestão compartilhada e democrática, da autonomia e da participação dos atores integrantes, alcançando legitimidade em nível local e internacional com uma nova proposta para a ação estratégica.

Neste contexto, a interdependência gera a construção da agenda internacional que amplia a união dos indivíduos membros da rede. Os problemas globais necessitam de coordenação política, que refletem no interesse pela formulação de mecanismos para ampliação da cooperação. O desafio da coordenação dos projetos em rede está relacionado ao fato de que as organizações devem atuar para o desenvolvimento da própria rede, conciliando ações que buscam alcançar um objetivo comum de forma cooperativa.

Tomaél (2008) nos apresenta que a cooperação é o condutor central que sustenta a rede e promove o desenvolvimento sustentável.

A inserção em redes desenvolve nas organizações a capacidade de reagir às mudanças ambientais. Guimarães, Gramkow e Filipon (2003) afirmam que isso ocorre em decorrência do estabelecimento de relações que tem como condutor central a cooperação, que sustenta a rede e promove o desenvolvimento sustentável local e regional. (TOMAÉL, 2008, p. 3).

A partir de toda a teorização do tema debatido, neste ponto o programa Cidades, se apresenta como organismo internacional que atua em rede de CTI integrando vários atores sociais. Sua atuação como um organismo internacional, que se rege por regras com ausência de hierarquia, que legitimam a rede e guia a adequação do comportamento dos indivíduos às demandas que beneficiarão os signatários em ações promotoras da cooperação, mantendo a condição de autonomia e de uma relação de interdependência dos atores.

3.3 Ambiente favorável à cooperação técnica internacional

Nesse retrato, os estudos teóricos da globalização, interdependência, paradiplomacia e redes destacam a importância dos regimes internacionais para criar condições favoráveis à cooperação. Para Keohane e Nye (2012), em que pese a interdependência possa ser fonte de conflitos, por meio das organizações internacionais seria possível administrá-los, de maneira a autorizar que os Estados colham os benefícios de um sistema internacional integrado.

Dessa maneira, pretende-se demonstrar como a cooperação internacional pode ser explicada, abarcando as condições da interdependência, mas também dos regimes internacionais para enfrentar, inclusive os problemas decorrentes das assimetrias de poder, na busca de uma forma de cooperação entre os atores internacionais com uma atuação em rede.

Isto ocorre também porque há maior interação entre os atores internacionais na cooperação em rede, pois, eles estão voltados para um mesmo propósito num ambiente de compartilhamento (TOMAÉL, 2008).

Observa-se, na atualidade, que o relacionamento visando à cooperação tornou-se ponto central da nova forma organizacional e passou a ocupar papel relevante nos empreendimentos modernos. A cooperação está relacionada, quase sempre, ao desenvolvimento que gera e a interação. A participação em redes sociais, a cooperação, as parcerias e a adoção de redes de comunicação possibilitam a interação. A interação leva ao compartilhamento, impulsiona os fluxos de informação e de conhecimento que são decorrentes do movimento de uma rede e determinados pelos vínculos que se configuram e reconfiguram. (TOMAÉL, 2008, p. 1).

Keohane (1984), por sua vez, entende que a formação de um regime tem correlação com o nível de politização ou de presença do tema na agenda internacional. Os organismos e instituições de um regime interagem e criam um padrão de interesses comuns, por consequência, também um ambiente favorável para o crescimento da cooperação

internacional, a fim de que as contribuições das instituições (redução de custos de transação, de incertezas, criação de regras gerais para a ação) possam fazer uma grande diferença (KEOHANE, 1984).

É relevante evidenciar que, o ato de cooperar pode ser compreendido como um processo de interação que viabiliza a ajuda mútua e a consecução de múltiplas tarefas, possibilitando o desenvolvimento de uma esfera de conformidades e coordenações políticas. Este posicionamento requer dos Estados, das organizações ou dos indivíduos em questão, a adequação de seus comportamentos às demandas e às opções daqueles que se beneficiarão das ações promovidas pelo processo de cooperação (GALDINO, 2005).

A Constituição Federal de 1988 elevou a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade ao rol dos princípios norteadores da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais (art. 4º, inciso IX), como também orientou quanto à integração econômica, política e social com os povos da América Latina (art. 4º, Parágrafo único).

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;**
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, 1988). (grifo nosso)

Neste aspecto, vale lembrar que o texto constitucional estabelece nos artigos 1º e 18 que organização político-administrativa da República Federativa do Brasil é constituída pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios. Como vimos na seção anterior, o ente municipal é considerado uma unidade federativa no Brasil, por conseguinte, também é regido pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), por sua vez, conceitua cooperação técnica internacional.

[...] Desta forma, a cooperação técnica internacional configura-se como um instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países. Para contribuir para o processo de desenvolvimento socioeconômico, a cooperação técnica enseja o compartilhamento de conhecimentos entre um organismo internacional e um país, ou entre países, em bases não comerciais, com vistas a alcançar-se objetivos previamente definidos e acordados entre as partes (consubstanciados em um “Documento de Projeto”), em um tema específico. [...] (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2012).

Vale dizer que a conceituação de cooperação internacional se aplica ao Estado nacional como também aos entes subnacionais, não-governamentais e transnacionais. A partir da investigação do tema, observa-se a classificação de quatro tipos conceituais de cooperação internacional: a) cooperação internacional vertical, b) cooperação técnica *tout court*, c) cooperação internacional horizontal e d) cooperação internacional descentralizada (OLIVEIRA; LUVIZOTTO, 2011).

O primeiro tipo trata-se da cooperação internacional com relação vertical, que decorre de uma perspectiva constituída após 1945, com término da Guerra. É assistencial e cuida-se de realizar a transmissão de conhecimentos e suporte técnico originários dos Estados ricos para os Estados em desenvolvimento. Essa cooperação se integra na ideia da inserção municipal passiva no contexto internacional.

Numa segunda categoria, a cooperação técnica *tout court*, torna possível o relacionamento de parceria entre os Estados ricos e os Estados em desenvolvimento visando solucionar enfrentamentos domésticos destes últimos, por meio de consultorias especializadas para colaborar em suas localidades. Nesta cooperação, os Estados ricos colaboram para a diminuição da interferência constante de assessores e peritos estrangeiros, a fim de auxiliarmos esforços locais. Essa cooperação é um tipo híbrido, onde os municípios podem atuar tanto de forma ativa, como também de forma passiva.

A cooperação internacional horizontal, por sua vez, advém do conjunto de práticas cooperativas entre Estados em desenvolvimento. Ela integra além das relações de conexão Norte-Sul, também àquelas relações Sul-Sul. Essa cooperação proporciona aos municípios do Brasil uma atuação internacional ativa. Um caso para exemplificação é a atuação brasileira na cooperação internacional, que se deflagrou nas operações de *state-building* na República Democrática do Timor-Leste (GALDINO, 2005).

Achamada cooperação internacional descentralizada nasce das reformulações no sistema internacional. Esse tipo de cooperação traz caracteres do terceiro tipo delimitando-se das particularidades própria do Estado. Isso porque, os Estados dos países em

desenvolvimento, por conta de suas fragilidades decorrentes das movimentações complexas da interdependência, não conseguem em tempo hábil dar resposta às complexidades do cotidiano nas localidades. As cidades, por sua vez, perceberam a união como um mecanismo eficaz na busca de alternativas comuns às suas necessidades. As razões para essa iniciativa são várias como: visibilidade nacional e internacional, articulação política, captação de recursos financeiros, entre outros (OLIVEIRA; LUVIZOTTO, 2011).

Aos poucos, o surgimento da atuação subnacional em rede se desenvolve, pois, facilita a construção de soluções estratégicas com o compartilhamento de dados entre os municípios, os cidadãos, os organismos internacionais e as mais variadas instituições políticas, jurídicas, sociais e econômicas da localidade.

Carrino (2003) apresenta alguns atributos particulares da cooperação descentralizada.

Um sistema organizado de parcerias territoriais para o desenvolvimento e a solidariedade entre as comunidades locais do sul e do norte, com o objetivo de tornar os próprios atores, de forma coordenada, em direção aos objetivos e com os métodos e desenvolvimento humano, tanto a nível local como procurando articulações em nível nacional e internacional. (CARRINO, 2003, p. 4). (Tradução nossa).

Nesse prisma, vale destacar que em 2012, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, por meio da Subchefia de Assuntos Federativos, e o Ministério das Relações Exteriores, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) lançaram o Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul visando fomentar uma maior participação dos entes subnacionais (municípios e consórcios públicos municipais) na agenda da cooperação internacional do Governo brasileiro (BRASIL, 2012).

O que se observa é que a cooperação internacional descentralizada estabelece uma forma de cooperação mais participativa em que se reconhecem atores não governamentais como parceiros importantes nas relações internacionais. Ela visa fortalecer a participação da população nas ações de desenvolvimento orientadas para a exploração de complementaridades e reforço de instituições internacionais e redes globais na perspectiva do desenvolvimento local (OLIVEIRA; LUVIZOTTO, 2011).

É relevante destacar também que as cooperações internacionais com suas características e implicações ocorrem no âmbito entre os Estados-nacionais, governos subnacionais, transgovernamentais, incluindo as agências e escritórios do sistema ONU.

3.3.1 Cooperação técnica internacional no sistema ONU

Os princípios, conceito e objetivos de cooperação internacional foram bem definidos pelas Nações Unidas no século passado delineando a essência do espírito de cooperação entre os seus signatários. A participação em cooperação internacional supõe o exercício dos pilares da Carta da ONU. A Carta da ONU de 1945 estabelece nos artigos 55 e 56 em seu capítulo IV, os princípios de cooperação internacional no âmbito econômico e no âmbito social. O objetivo central consiste em criar condições de estabilidade e bem-estar. A cooperação internacional, por sua vez, pode ser: cooperação humanitária; cooperação militar; cooperação tecnológica; cooperação científica, entre outras.

Artigo 55. Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos: a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e c) o respeito universal e efetivo à raça, sexo, língua ou religião.

Artigo 56. Para a realização dos propósitos enumerados no Artigo 55, todos os Membros da Organização se comprometem a agir em cooperação com esta, em conjunto ou separadamente. (UNITED NATIONS, 2020). (Tradução nossa)

Na sequência, a Resolução n° 200 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1948, alterada pela Resolução n° 1383/1959, conceituou cooperação técnica internacional como um processo que tem por finalidade assessorar determinados países para que estes possam alcançar seu desenvolvimento econômico e social.

As atividades que integram este processo podem ser divididas da seguinte forma: formação de técnicos, fornecimento de instalações concebidas para auxiliar os governos na obtenção de pessoal técnico, equipamentos e suprimentos; e outras atividades que propiciem o bem comum para desenvolvimento do país ou ente subnacional beneficiário. Nesse sentido, a partir do entendimento de Keohane (1998) a ascensão dos organismos internacionais se fundamenta pela constituição de regimes relacionados com os temas na agenda internacional, que contribuem para a cooperação internacional. Deste modo, mesmo os organismos internacionais, que não se delimitam à área estratégico-militar, podem atuar em rede: na área econômica, área política, área ambiental, à área do desenvolvimento sustentável e até a área da saúde.

A área econômica, estabelecida após a Segunda Guerra, formou um conjunto de normas e instituições com a finalidade de normatizar e regular as relações de comércio e finanças internacionais. Na área econômica é possível citar a emergência das seguintes instituições internacionais: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual tem incumbência de promoção da estabilidade do sistema financeiro internacional; o Banco Mundial, visando ao desenvolvimento econômico e a Organização Mundial do Comércio (OMC), sucessora do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), com o objetivo de supervisionar e liberalizar o comércio internacional. Na área política, uma instituição que tem como premissa a estabilidade política e econômica entre Estados de uma determinada região é a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Na área ambiental, o tema integra a agenda e gradativamente destaca as políticas públicas e práticas empresariais dos países, incorporada inclusive pelas organizações e instituições internacionais, alcançando a esfera global. A título de exemplo, a Conferência de Estocolmo de 1972, representa um marco sobre o debatedos problemas ambientais e suas implicações globais. Da mesma forma, a Rio 92 evidenciou a importância que o tema ambiental teve nos vinte anos seguintes, ocasião em que criou e regulamentou a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) a Convenção sobre Diversidades Biológicas (CDC/CBV), a Declaração de Princípios sobre as Florestas e a Agenda 21.

Cabe ainda destacar que a CQNUMC desenvolve uma análise metódica do tema, promove todo ano, as intituladas COP (Conferências das Partes) visando ampliar a discussão entre os integrantes. No transcorrer do tempo, o tema ambiental expandiu cada vez mais os debates multilaterais em organismos e instituições orientados às questões econômicas e comerciais, estimulando o desenvolvimento sustentável como delineado na COP 21, realizada em 2015, onde o Acordo de Paris foi constituído com foco na mudança climática.

É oportuno também, destacar que já no ano 2000, nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente, Anticorrupção; foi criado o Pacto Global da ONU, que é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo com atuação em rede de cooperação com mais de 13 mil membros em quase 80 redes locais, que abrangem 160 países, que posteriormente, em 2015, incorporou os 17 ODS com 169 metas previstas na Agenda 2030 (REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL, 2020). Em 2003, surge como braço urbano voltado para os governos e cidades, o programa Cidades do Pacto Global.

No período do final de 2019 e durante o ano de 2020, não se pode deixar de destacar a atuação precisa da OMS, na orientação, monitoramento e auxílio na área da saúde sanitária

com alcance global, durante a pandemia da Covid-19, envolvendo o acompanhamento e diretrizes para os sistemas de saúde de praticamente todos os países do mundo.

Por derradeiro, nestes casos, parece ser extremamente relevante o debate sobre o papel das organizações internacionais como promotoras da cooperação em rede, incentivadoras de um sistema internacional multilateral, pois, constatamos espaço para que novos agentes influenciem no processo de tomada de decisões. Os regimes ultrapassam fronteiras e expandem para novas áreas com a ONU liderando decisões e integrando uma grande quantidade de atores internacionais que passam a atuar no sistema internacional, como o programa Cidades, que será tratado na próxima seção.

4 O PROGRAMA CIDADES DO PACTO GLOBAL DA ONU

4.1 O Pacto Global da ONU: Um organismo em rede

O programa Cidades é uma rede de CTI, o braço urbano do Pacto Global da ONU, criado com o foco na área governamental urbana, uma organização internacional em rede de CTI integrada à iniciativa voluntária, que conecta municípios em todos os continentes do mundo, com características de uma rede de interdependência complexa como descrevem Keohane e Nye (2012). Para melhor compreensão do programa Cidades é necessária uma breve digressão quanto à origem, objetivos e atuação do Pacto Global.

Como vimos na seção anterior, a ONU foi criada em 1945 e teve como princípios básicos estabelecidos na Carta das Nações Unidas a manutenção da paz e da segurança internacional, o desenvolvimento de relações amigáveis entre os países pela busca de soluções e problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural e humanitário (UNITED NATIONS, 2020). Em 1948, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que contém vários dispositivos dedicados aos ideais de liberdade, igualdade e a importância da fraternidade (MOLINA, 2011).

Como já debatido, a diminuição das fronteiras num mundo globalizado gerou o crescimento econômico, novas políticas externas e a procura permanente por melhores condições de desenvolvimento, mas também ampliou as desigualdades sociais, e seus efeitos se entrelaçaram. De forma geral, podemos observar três fatores principais inter-relacionados, que favorecem a constituição de redes, tanto no âmbito do setor privado quanto do setor público, quais sejam: o processo de modernização, o dinamismo do ambiente globalizado e o impacto das tecnologias de informação.

Em 2000, a ONU, ao analisar os maiores problemas mundiais e a falta de interação entre área econômica e social, estabeleceu oito Objetivos do Milênio (ODM), que deveriam ser adotados pelos Estados-membros das Nações Unidas e alcançados até 2015. São eles: 1) acabar com a fome e a miséria; 2) educação de qualidade para todos; 3) igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) redução da mortalidade infantil; 5) melhora da saúde das gestantes; 6) combate a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), malária e outras doenças; 7) promover qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e 8) todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO BRASIL, 2020). Diante desse panorama de crescente relevância sobre os efeitos do mundo global, além da implantação dos objetivos do milênio, faltava ainda alinhar o setor privado à

prática da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), na busca de uma economia mais sustentável e inclusiva.

Dessa constatação, resultou o “The United Nations Global Compact” ou “O Pacto Global das Nações Unidas”, anunciado pelo ex-secretário geral, Sr. Kofi Annan, no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, na reunião de 31 de janeiro de 1999 e lançado no ano 2000 no Escritório da ONU em Nova Iorque. Em 2020, o Pacto Global completou 20 anos de sua constituição.

O Pacto Global foi resultado de uma chamada efetuada, inicialmente, ao setor privado pelo Secretário-Geral das ONU, juntamente com algumas agências das Nações Unidas e atores sociais, para que as empresas multinacionais e ou transnacionais contribuíssem para avançar a prática da *responsabilidade social corporativa*, na busca de uma economia global sustentável e inclusiva, ampliando sua esfera de atuação também junto à área governamental. O que se evidenciou ao longo do tempo é que as empresas signatárias obtiveram vantagens competitivas, como é o caso das indústrias de telecomunicações (LAFFERTY, 2006).

O escopo do Pacto Global tem fundamento na Declaração Universal de Direitos Humanos, na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. A defesa é o comprometimento das empresas com os 10 princípios que tangem os Direitos Humanos, Direito do Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção (REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL, 2020). Importante destacar os 10 princípios do Pacto Global:

Quadro 1 – Discriminação dos 10 princípios do Pacto Global da ONU

Direitos Humanos	1) As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; 2) Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.
Direito do Trabalho	3) As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; 4) A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; 5) A abolição efetiva do trabalho infantil; 6) Eliminar a discriminação no desemprego.
Direito ao Meio Ambiente	7) As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; 8) Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; 9) Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.
Combate à Corrupção	10) As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Fonte: Adaptado da Rede Brasil do Pacto Global da ONU - <https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>

Os princípios são de ação voluntária, não são prescritivos, mas fornecem possíveis ações para incorporar questões de Governança Corporativa Social e Ambiental ou Environmental, Social and Governance (ESG), as quais podem influenciar as decisões de investimento⁷. As organizações que integram a iniciativa podem participar de projetos, ter acesso a ferramentas, a uma plataforma de conhecimento e a uma extensa rede de relacionamentos, assim como a *cases* nacionais e internacionais (ESTIGARRIBIA, 2020). De acordo com a Rede Brasil do Pacto Global (2020), ao citar relatório recente da Pricewaterhouse Coopers, até 2025, 57% dos ativos de fundos mútuos na Europa serão destinados a fundos que prestigiem os critérios ESG, alcançando o patamar de U\$\$ 8,9 trilhões, em relação a 15,1% no final de 2019; como também, 77% dos investidores institucionais pretendem deixar de comprar produto não ESG, nos próximos dois anos (REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL, 2020).

O Pacto Global busca a atuação de redes interempresariais, onde há a necessidade de aspectos e características das empresas com novas formas de organização: a cooperação em rede, as parcerias e as alianças (CÂNDIDO, 2001). Segundo Podolny e Page (1998), todas as formas de organização são rede do ponto de vista estrutural. Em 2005, o então Secretário-Geral da ONU, Sr. Ban Ki Moon, reuniu um grupo dos maiores investidores do mundo institucional para participar de um processo para desenvolver os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), que se tornou uma rede de investidores internacionais trabalhando juntos com o Pacto Global para colocar em prática princípios de investimento num sistema financeiro global sustentável e responsável, apoiados pelas Nações Unidas. O PRI reflete a visão de que meio ambiente, social e governança podem afetar o desempenho das carteiras de investimento e, portanto, devem receber as devidas considerações pelos investidores.

O que se observa é que o Pacto Global não é um instrumento regulatório, um código de conduta obrigatório ou um fórum para dirimir políticas e práticas gerenciais. O Pacto Global é um organismo em rede de cooperação internacional, que tem na iniciativa voluntária de autorresponsabilidade que procura fornecer diretrizes para a promoção do desenvolvimento

⁷ O movimento de exigência do mercado financeiro vem crescendo quanto à cobrança por melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) das empresas, como noticiado pela imprensa. Em meados do mês de maio de 2020, o Fundo Soberano do Banco Central da Noruega anunciou a exclusão da Vale S.A (ex-Companhia Vale do Rio Doce) de seus investimentos, em razão da avaliação de risco de contribuição para danos ambientais graves, resultado de repetidas violações de barragens como os desastres de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais. No mesmo mês, a Vale S.A criou metas de sustentabilidade e governança para balizar a remuneração de seus executivos e, principalmente, para reconquistar a confiança dos investidores. Disponível em: <https://exame.com/negocios/o-que-muda-com-as-novas-metas-de-sustentabilidade-para-remuneracao-na-vale/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras (REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL, 2018).

No processo de estruturação, o Pacto Global obteve o apoio de cinco importantes agências: o Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos (EACDH), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Na sequência, foi criado o Escritório do Pacto Global com sede em Nova Iorque, com a responsabilidade de coordenar a liderança, promoção e desenvolvimento da rede e manutenção da infraestrutura de comunicação do Pacto Global. Além disso, desempenha papel fundamental no avanço da agenda de parceria com todo o sistema das Nações Unidas e tem a responsabilidade global para a gestão da marca. O Escritório do Pacto Global é financiado por contribuições voluntárias dos governos para um fundo fiduciário da ONU (MOLINA, 2011).

Em 2007, foi lançado na Cúpula de Líderes do Pacto Global realizado em Genebra na Suíça, o Princípios para Educação em Gestão Responsável (PRME), que é o braço acadêmico do Pacto Global. O PRME foi desenvolvido numa força-tarefa internacional de 60 reitores, presidentes de universidades e representantes oficiais das principais escolas de negócios e instituições acadêmicas.

O PRME tem a missão de inspirar e defender a educação, pesquisa e pensamento em gestão responsável para lideranças globais; inspirado em valores internacionalmente aceitos e fornece uma estrutura de engajamento para instituições acadêmicas promoverem a sustentabilidade corporativa incorporando valores universais nos currículos e pesquisa. Atualmente há aproximadamente 600 instituições signatárias de 80 países, que se envolveram com a iniciativa. Nas palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Antonio Guterres, quanto à relevância da iniciativa na formação de líderes para o futuro: “A iniciativa PRME foi lançada para nutrir líderes responsáveis do futuro. Nunca esta tarefa foi tão importante. Liderança ousada e pensamento inovador são necessários para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (UNITED NATIONS PRINCIPLES FOR RESPONSIBLE MANAGEMENT EDUCATION, 2020). (Tradução nossa)

A liderança do Pacto Global é exercida atualmente pela Chief Executive Officer (CEO) e Diretora Executiva, a administradora queniana, Sra. Sanda Ojiambo, sucedendo a dinamarquesa, Sra. Lise Kingo, em 17 de junho deste ano. O Pacto Global visa tornar o processo de globalização mais inclusivo e, conseqüentemente, menos frágil, e promover os

principais mecanismos de envolvimento das lideranças, do diálogo político, de aprendizagem, de projetos e de parcerias. Em 2017, em conformidade com a Estratégia Global 2020, o Pacto Global realizou uma revisão de governança com o objetivo de adequá-lo ao propósito de mobilizar um movimento global de empresas e partes interessadas na sustentabilidade (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2020).

A estrutura do Pacto Global, cujo conselho é um elemento da maior importância subordinado à Assembleia Geral das Nações Unidas, dividindo funções de governo, cada segmento com tarefas diferenciadas: a) conselho do Pacto Global das Nações Unidas; b) escritório do Pacto Global da ONU; c) redes globais e redes locais; d) parceiros-chave e e) eventos de engajamento. A Rede Brasil do Pacto Global foi criada no de 2003, preside o Conselho das Redes Locais na América Latina e se tornou a terceira maior rede do mundo, com aproximadamente mil signatários (REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL, 2020).

É importante destacar que, entre 25 a 27 de setembro de 2015 na realização da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, coincidente com a comemoração dos 70 anos da ONU; houve a aprovação da Resolução A/RES/70/1 contendo os 17 ODS e 169 metas, que integram a Agenda 2030, os quais se fundamentam nos princípios: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Esta iniciativa liderada pela ONU envolveu seus 193 Estados-membros e a sociedade civil global. Em seguida, foi elaborado o Acordo de Paris, um tratado no âmbito da CQNUMC, aprovado na COP 21, realizada em 12 de dezembro de 2015, com medidas de redução de emissão de gases estufa a partir de 2020, a fim de conter o aquecimento global abaixo de 2°C, preferencialmente em 1,5°C, reforçando a capacidade dos países responderem ao desafio.

Nesta mesma linha de propósito, os objetivos e metas, bem como a agenda do Acordo de Paris foram incorporados no escopo do Pacto Global. Os 17 ODS foram adotados pelas Nações Unidas em 25 de setembro de 2015 visando acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos, sem deixar ninguém para trás.

Segundo a Rede Brasil do Pacto Global (2020), a relação dos ODS com os negócios está presente nas grandes empresas brasileiras e para comprovar essa realidade, num levantamento junto às empresas que integram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, 83% já integraram seus processos dos ODS ao seu planejamento e resultados (REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL, 2020).

Segue abaixo a figura com os símbolos, mundialmente, reconhecidos com os objetivos globais, que de forma sistêmica buscam atingir todas as áreas da vida humana e do planeta.

Figura 1 – Símbolo dos 17 ODS da ONU

Fonte: Nações Unidas Brasil(2020) - <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Quadro 2 – Discriminação de cada ODS com seu respectivo conceito

Objetivo 1. ERRADICAÇÃO DA POBREZA	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
Objetivo 2. FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
Objetivo 3. SAÚDE E BEM-ESTAR	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
Objetivo 4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
Objetivo 5. IGUALDADE DE GÊNERO	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
Objetivo 6. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
Objetivo 7. ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
Objetivo 8. TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
Objetivo 9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	Construir infraestrutura resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
Objetivo 10. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
Objetivo 11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
Objetivo 12. CONSUMO E REPRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
Objetivo 13. AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
Objetivo 14. VIDA NA ÁGUA	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
Objetivo 15. VIDA TERRESTRE	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
Objetivo 17. PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

“Fonte: Autor”

Na Cúpula dos Líderes realizada em 15 e 16 de junho deste ano, de forma virtual, em razão da pandemia da Covid-19, coincidente com a comemoração dos 20 anos do Pacto Global, foi lançado o “Progress Report 2020” ou “Relatório Anual do Progresso do Pacto Global 2020”, o qual traz evidências importantes quanto a real situação da implementação dos princípios e objetivos globais entre os signatários do setor empresarial, que por si só, é um norte para os governantes do setor público. O estudo revela que a grande maioria das empresas está movimentando esforços para integrar os 10 princípios nos seus negócios e 83% dos participantes estão tomando medidas para avançar nas metas globais (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2020).

Contudo, é relevante ressaltar também, que a pesquisa observou que 71% dos CEO’s concordam que os negócios podem desempenhar um papel fundamental na contribuição para os ODS, mas apenas 21% concordaram que estão desempenhando esse papel na atualidade. No estudo consta que, os objetivos globais que foram priorizados pelas empresas são o ODS8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS3 (Saúde e Bem-Estar), ODS12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS13 (Ação contra a Mudança Global do Clima). De outro lado, os objetivos globais que necessitam de maior atenção são: ODS1 (Erradicação da Pobreza), ODS2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS14 (Vida na Água) e ODS15 (Vida Terrestre) (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2020).

No referido evento, a ex-CEO do Pacto Global, Sra. Lise Kingo, menciona a sua seguinte fala, que consta também no estudo acima: “Com menos de 4.000 dias restantes até 2030, devemos intensificar e transformar o compromisso em ação. Agora é a hora de aumentar a ambição em relação aos ODS para pessoas, planeta e prosperidade e criar um novo normal”. (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2020, p. 6). (Tradução nossa)

O “Relatório Anual do Progresso do Pacto Global 2019” já informava que o mundo coletivamente ficou aquém das metas e destaca áreas críticas que exigem ação imediata em nível global, particularmente, a mudança do clima e nas desigualdades. Para que os compromissos assumidos em 2015 sejam concretizados até 2030, todos os segmentos devem

se mobilizar para que os resultados se realizem de forma exponencial, inclusive os governos. Espelhando as descobertas da pesquisa com os CEO's, menos de um terço das empresas pesquisadas em 2020, consideram seu setor em movimento rápido o suficiente para entregar ODS prioritários até 2030 (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2020).

Essas informações são altamente relevantes porque revelam aos governos, o cenário do engajamento/comprometimento do setor corporativo empresarial e os resultados obtidos nestes últimos vinte anos; norteando os esforços necessários de atuação no propósito do Pacto Global para os próximos dez anos. Daí porque, no caso do programa Cidades, a título de comparação, os CEO's são os governantes dos entes subnacionais que devem tomar conhecimento dessa situação fática para a tomada de decisões de políticas públicas e gasto do orçamento público nesta próxima década. Os governos podem se tornar um vetor de divulgação, implementação, engajamento dos ODS, no propósito da Agenda 2030, em várias cidades ao redor do mundo, ainda mais considerando todos os reflexos da pandemia da Covid-19 na gestão pública.

4.2 O Programa Cidades do Pacto Global da ONU

O programa Cidades lidera um modelo de capacitação para a realização de parcerias nas cidades voltada para o desenvolvimento econômico sustentável, equidade social e boa governança no ambiente urbano. Em 2003, o programa Cidades foi elaborado para fornecer estrutura aos governos para o desenvolvimento de uma gestão urbana e sustentável, por meio do modelo Melbourne. A partir dos desafios complexos que os ambientes urbanos enfrentam, o programa Cidades trabalha com a rede de signatários do Pacto Global da ONU para alcançar cidades e sociedades justas, inclusivas, resilientes e sustentáveis (ODS11), visando à implementação dos 10 princípios, incorporando também os 17 ODS, que integram a Agenda 2030, para ganhos absolutos destes entes subnacionais (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2019).

Não foi sem razão que o Pacto Global estendeu seu propósito para os governos subnacionais, principalmente, as cidades. Um estudo elaborado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Secretaria das Nações Unidas estima-se que 55,3% da população mundial vive em assentamentos urbanos. Até 2030, a projeção do referido estudo é de que 60% da população viva em áreas urbanas, além disso, pelo menos antes da pandemia da Covid-19, uma em cada três pessoas residirá em cidades com pelo menos meio milhão de

habitantes (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION, 2018).

Ao longo do tempo, notadamente, os municípios absorveram uma série de problemas complexos urbanos que torna relevante a compreensão pelos governantes quanto às tendências desta elevada urbanização e a necessidade da implementação dos princípios do Pacto Global e os 17 ODS da Agenda 2030. Atualmente, o programa Cidades, conta com 123 cidades ou governos signatários distribuídos em todo o mundo, da seguinte forma: África (1), Ásia (6), Europa (24), América Latina/Caribe (88), América do Norte (2) e Oceania (2)⁸.

Como menciona Meirelles (2006):

[...] o município, como unidade político-administrativa, surgiu de fato com a República Romana, interessada em manter a dominação pacífica das cidades conquistadas pela força de seus exércitos. Os vencidos ficavam sujeitos, desde a derrota, às imposições do Senado, mas em troca de sua sujeição e obediência às leis romanas, a República lhes concedia certas prerrogativas que podiam ser desde direitos privados até o privilégio de poder eleger seus governantes e dirigir a própria cidade. As comunidades que auferiam essas vantagens eram consideradas municípios. (MEIRELLES, 2006, p. 33).

Nesse sentido, o que se observa é que a forma de administrar as cidades talvez esteja dando seu salto mais distante desde que estas foram inventadas na antiguidade clássica. Daí porque, o principal efeito da interdependência complexa de Keohane e Nye (2012) é possibilitar o desencadeamento de um processo de cooperação técnica internacional, onde as redes podem compartilhar seus *cases*, informações e boas práticas que atualmente podem ser replicadas e isto se apresenta como uma alternativa para a ampliação de atuação dos limites das cidades, através da inserção internacional ativa.

Em face do atual cenário internacional, Mizuca (2019) afirma que os limites geográficos das cidades, é assunto de debate, pois, muitas atuam além de suas fronteiras:

A maioria das pessoas pode concordar que as cidades são lugares onde grande número de pessoas vive e trabalha; são centros de governo, comércio e transporte. Mas a melhor forma de definir os limites geográficos de uma cidade ainda é assunto de debate. Até o momento, não existem critérios internacionais padronizados para determinar os limites de uma cidade e, muitas vezes, várias definições estão disponíveis. (MIZUCA, 2019, p. 9-10).

⁸ UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME (2019). Disponível em: <https://citiesprogramme.org/participate/our-city-network/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

No início de 2001, a cidade de Melbourne, desenvolveu a proposta de valor de que as cidades deveriam ser permitidas e incentivadas a participar do Pacto Global. Melbourne argumentou e reconheceu a necessidade de desenvolver uma estrutura específica teórica voltada para sustentar a participação das cidades no diálogo internacional do Pacto Global, a partir de uma declaração clara de seu compromisso e suas características cívicas e corporativas. O Escritório do Pacto Global aceitou a proposta da cidade, que se tornou a primeira cidade do mundo signatária, em junho de 2001 (TELLER, 2003).

Neste prisma, naquele mesmo ano, o Pacto Global definiu que o programa Cidades teria sua sede na cidade de Melbourne, administrado por uma Secretaria Internacional, hospedada pela Royal Melbourne Institute of Technology (RMIT), numa parceria de pesquisa e aprendizado, com representação na sede do Pacto Global das ONU em Nova Iorque (TELLER, 2003).

O Secretariado Internacional do programa Cidades tem como seu Chefe, o Professor Andrew Butt, liderando uma estrutura com funcionários na Gerência de Operações, Gerência de Desenvolvimento de Projetos, Coordenação de City Scan e Coordenação Administrativa, todos, voltados para fornecer suporte aos signatários no engajamento da cidade, comunicação, pesquisa e facilitação no desenvolvimento de conhecimentos técnicos. Há também os Coordenadores Regionais de Ligação, que representam o programa Cidades em nível nacional, buscando o engajamento de novas cidades e interligam com os serviços oferecidos pelo programa; os Conselheiros Globais, que trabalham em estreito relacionamento com o Secretariado Internacional e são embaixadores do programa Cidades para a divulgação e promoção dos princípios e ODS para a conscientização sobre a relevância do programa e, por último, os pesquisadores urbanos, que são profissionais que possuem elevada formação acadêmica, apoiam o Secretariado Internacional e disponibilizam seus conhecimentos técnicos aos signatários para a prestação de serviços de assessoria técnica, pesquisa, capacitação, monitoramento e avaliação⁹.

O Secretariado Internacional do programa Cidades é o local que desempenha um papel central para fornecer serviços aos participantes municipais e regionais, facilitar os processos de engajamento e um papel de ligação com a sede do Pacto Global, em Nova Iorque. O Secretariado Internacional tem como atribuição a tradução e apresentação das ferramentas do programa Cidades aos signatários visando à obtenção de resultados, tais como: modelo Melbourne, City Scan e City Partnerships Challenge.

⁹ UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME (2019). Disponível em: <https://citiesprogramme.org/people/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

O programa Cidades divide os participantes em três níveis de engajamento, conforme seu comprometimento: cidade ou região signatária, cidade nível de liderança e cidade nível de inovação (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2019).

1) As cidades signatárias fazem parte de uma rede global de governos locais e regionais, trabalhando em conjunto para resolver desafios urbanos complexos e avançar nos ODS em suas localidades. O programa Cidades apoia esses governos por meio da conexão de cidades nesta rede internacional, que compartilha desafios semelhantes, fornecendo assessoria e apoio por meio de *webinar's*, publicações, auxílio às cidades, nas soluções de boas práticas do seu banco de dados e no processo de Comunicação sobre Engajamento.

2) As cidades e regiões de nível de liderança são cidades que estão ativamente engajadas com o programa Cidades para avançar nos 10 princípios e nos 17 ODS; tornando sua cidade ou região inclusiva, segura, resiliente e sustentável. A cidade nível de liderança utiliza: uma abordagem holística, colaborativa/participativa e formada por uma parceria multissetorial para implementação de projetos de desenvolvimento urbano sustentável. As cidades líderes conseguem isso, em razão da utilização das ferramentas e estruturas do programa Cidades.

3) As cidades e regiões nível de inovação lideram pelo exemplo. Elas demonstram inovação e liderança excepcionais na formação de cidades sustentáveis, por meio da colaboração e ação contínuas, que influenciam outras através de sua prática de desenvolvimento sustentável. O programa Cidades trabalha com cidades inovadoras, via convite, por um período de três anos, no apoio a projetos colaborativos multissetoriais que são gerenciados por uma força-tarefa do governo, setor privado, sociedade civil e academia, com participação ativa da comunidade, onde há uma estrutura negociada de taxa por serviço para aprofundar seu engajamento com os ODS e promover seu trabalho como exemplos de boas práticas em toda a rede (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2019).

O Secretariado Internacional do programa Cidades numa estrutura de conexão entre vários *stakeholder's*, que envolve o setor privado, a sociedade civil e especialistas acadêmicos; oferece ferramentas de diagnóstico, recursos, capacitação e apoio a projetos destinados às cidades visando facilitar parcerias multissetoriais que conectam governos locais e regionais para apoiar a implementação local dos ODS. Dessa maneira, os municípios ou governos regionais quando se tornam signatários do Pacto Global, em tese, podem ter acesso a esses mecanismos de solução dos problemas complexos locais.

4.2.1 O modelo Melbourne: O método para atuação multissetorial da sociedade local

Inicialmente, a metodologia do modelo Melbourne de colaboração intersetorial para enfrentar desafios urbanos complexos combina os recursos do governo, empresas e sociedade civil, a fim de encontrar soluções concretas para problemas sociais, econômicos e ambientais. O modelo foi a metodologia pioneira oferecida pelo programa Cidades aos governos subnacionais signatários. Teller (2003) apresenta o modelo Melbourne, que foi elaborado para que as cidades pudessem assumir o compromisso de engajamento junto ao Pacto Global.

No início de 2001, Melbourne desenvolveu a proposta de valor de que as cidades deveriam ser permitidas e incentivadas a se engajarem no Programa do Pacto Global. Melbourne argumentou que para uma cidade se engajar ela teria que fazer uma declaração clara de seu caráter cívico, cultural e corporativo; bem como motivar mudanças positivas e participar no diálogo internacional. O escritório do Pacto Global generosamente aceitou a proposta e Melbourne tornou-se a primeira cidade do mundo a aderir ao Pacto Global em junho de 2001. Tendo se engajado, Melbourne posteriormente reconheceu a necessidade de desenvolver uma estrutura específica para a cidade, projetada para sustentar qualquer base teórica que estava para ser construído com o Programa Cidades do Pacto Global.

O modelo Melbourne resultante, finalizado em abril de 2003, aborda esse problema por propor uma estrutura simples que catalisa e combina os recursos do governo, negócios e sociedade civil; a fim de encontrar soluções concretas para problemas urbano sociais, econômicos e ambientais aparentemente intratáveis. (TELLER, 2003, p. 134). (Tradução nossa)

O modelo Melbourne foi desenvolvido pelo Comitê de Melbourne e o governo local, a partir de 2001, à época da entrada no Pacto Global. Em síntese, a partir da formação de um Comitê formado pelo governo local, iniciativa privada e sociedade civil há a definição de um problema urbano complexo e, por meio da experiência implícita, conhecimento e inteligência social presente na cidade, juntamente com a atuação central do Secretariado Internacional, busca-se desenvolver soluções para superar os desafios de forma sustentável. Aprovado ser eficaz na cidade de origem, as soluções do projeto são disponibilizadas para outras cidades signatárias, proporcionando um trabalho colaborativo, que conecta o conhecimento global, tudo, para a formação de um banco de dados, que aproveita a rede neural de *cases de sucesso* para o compartilhamento entre as cidades (TELLER, 2003).

Ao tratar do modelo Melbourne, Teller (2003) defende que as adversidades, que ocorrem nas cidades têm suas próprias soluções: “[...] Elas são um cadinho para a criação de fenômenos sociais negativos, contendo os ingredientes com os quais podem lidar com os próprios problemas que elas criaram [...]” (TELLER, 2003, p. 134) (Tradução nossa).

Figura 2 – Símbolo do modelo Melbourne do Programa Cidades do Pacto Global da ONU



Fonte: Site do Programa Cidades do Pacto Global da ONU - <https://citiesprogramme.org/who-we-are/>

O que se observa é que o modelo Melbourne possui características similares à Governança Colaborativa entre os vários segmentos da comunidade local. Conti e Vieira (2020) trazem luz a esse tema.

É importante destacar que, os sistemas de Governança Colaborativa podem apresentar diferentes características e níveis de profundidade. Nos casos em que a cidade não possui a cultura de participação política, isso deve ser estimulado pelo governo local e pelas lideranças públicas. Além disso, para que o sistema de Governança Colaborativa obtenha sucesso, é fundamental que haja transparência, equilíbrio de poder e um constante processo de comunicação e feedbacks.

Os modelos de Governança Colaborativa podem ser estruturados em redes, possibilitando a troca de experiência e a construção de conhecimentos entre diversos atores sociais. Nesse sentido, os pesquisadores Heinrichs e Laws (2014), do Instituto de Governança e Sustentabilidade da Leuphana Universität Luneburg, argumentam que o desenvolvimento sustentável pode ser descrito como uma tarefa coletiva e ocorre somente por meio de interações e entre os diferentes setores e organizações da sociedade, formando-se uma grande teia de saberes e oportunidades para a definição de soluções sistêmicas. Os agentes políticos são uma outra peça importante na estruturação de modelos de Governança Colaborativa. Isso porque podem definir estratégias e ativar a população para que ela faça parte do planejamento e da gestão da

cidade. Do outro lado, as cidades podem criar estruturas regulatórias e institucionais que assegurem a participação da sociedade nos assuntos locais, dando maior durabilidade aos sistemas de governança.

As cidades que desejam adotar sistemas de Governança Colaborativa devem incluir estrutura técnica capaz de estruturar ferramentas e de facilitar processos participativos, no intuito de reduzir riscos e externalidades negativas que podem resultar de processos mal dimensionados. Dessa maneira, as cidades devem dispor de recursos financeiros e também capital técnico para implementação de modelos colaborativos. (CONTI; VIEIRA, 2020, p. 29).

De fato, muitas questões urbanas são universais em suas causas, impactos e ramificações. O modelo Melbourne procura garantir resultados concretos com o envolvimento das partes interessadas, por meio de projetos orientados e objetivos. O modelo compreende sete etapas: a) engajamento com o Pacto Global, b) engajamento com os princípios de Melbourne, c) projetos, d) avaliação do projeto, e) aprovação do projeto, f) implementação do projeto e g) relatório do projeto (TELLER, 2003).

O engajamento com o Pacto Global é a iniciativa de uma cidade ou governo para integrar o programa Cidades, tornando-se signatário. Este compromisso é assumido pelo Prefeito ou representante de maior senioridade do governo municipal, que em nome da cidade, estado ou distrito, possui legitimidade para expressar o comprometimento de seu governo em avançar os 10 princípios do Pacto Global e os 17 ODS, perante o Secretário – Geral das Nações Unidas, divulgando publicamente na plataforma do Pacto Global, seu compromisso e progresso de ações, por meio de um Comunicado de Engajamento (COE), a cada dois anos (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2019).

Teller (2003) reforça a importância do engajamento das cidades com as proposições sustentáveis apresentadas por Melbourne, na ocasião da assunção do seu compromisso junto ao Pacto Global. Muitas destas proposições, atualmente incorporadas pelos ODS.

Desenvolvido para auxiliar as cidades que desejam alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável, os princípios de Melbourne para cidades sustentáveis relacionam dez questões sociais, econômicas e ambientais relacionadas com a cidade e proposta de valor cultural (ver Box1). 1. Fornecer uma visão de longo prazo para as cidades com foco em sustentabilidade, respeito às futuras gerações, equidade econômica/política e respeito à sua individualidade; 2. Alcançar segurança econômica e social a longo prazo; 3. Reconhecer o valor intrínseco da biodiversidade e dos ecossistemas naturais visando sua proteção e restauração; 4. Permitir que as comunidades diminuam sua destruição ecológica; 5. Respeitar as características dos ecossistemas no desenvolvimento e nutrição de cidades sustentáveis; 6. Reconhecer e desenvolver as características distintivas das cidades, incluindo suas características e valores culturais, história e sistemas naturais; 7. Capacitar pessoas e promover a participação; 8. Expandir e permitir que as redes cooperativas trabalhem em direção a um objetivo comum e sustentável futuro;

9. Promover produção e consumo sustentáveis, através do uso apropriado de tecnologias ambientalmente saudáveis e gerenciamento eficaz da demanda e
10. Possibilitar a melhoria contínua, com base em responsabilidade, transparência e boas práticas de governança. (TELLER, 2003, p. 137-138). (Tradução nossa)

Os projetos, por sua vez, são os componentes centrais para a plataforma do programa Cidades. As questões urbanas complexas trazidas pelo governo, empresas e sociedade civil através dos projetos são desenvolvidas as soluções de uma forma cooperativa para os problemas sociais, econômicos e ambientais intratáveis. O projeto a ser adotado pode ser um já existente comprovado sua eficiência, adaptando-se às necessidades específicas de cada cidade; ou o desenvolvimeneto de um novo projeto que atenda aos critérios de ser único com possibilidade de replicabilidade em cidades que enfrentem situações semelhantes, ambos, devem ser inseridos no banco de dados do programa Cidades.

A avaliação do projeto se apresenta após que a natureza e os objetivos tenham sido precisamente identificados. No processo de avaliação se leva em consideração os indicadores de desempenho ambiental, social e econômico. Posteriormente, com fundamento na análise de avaliação, o projeto é aprovado pelas partes interessadas e o Secretariado, a fim de ser implementado. Na sequência, há a implementação do projeto pelas partes interessadas. Toda implementação deve estabelecer prazos, responsabilidades e marcos claros (TELLER, 2003).

Por fim, é elaborado o relatório do projeto, que será desenvolvido e refinado dentro da cidade de origem. Somente projetos bem-sucedidos e concluídos serão colocados no banco de dados do programa Cidades. O relatório completo utilizará as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), que é uma organização parceira do Pacto Global, que define uma estrutura de relatório comum com as diretrizespara relatórios sustentáveis (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2020).

Em 2004, a iniciativa amplamente detalhada intitulada “*Utility Debt Spiral Project*” foi implantado na cidade de Melbourne. O projeto obteve sucesso abordando o relacionamento entre o impacto das contas de serviços públicos nas políticas sociais mais amplas junto às pessoas em estado de vulnerabilidade, buscando mitigar os efeitos e o alcance nas classes mais desfavorecidas (COMMITTE FOR MELBOURNE, 2004).

Em 2005, o modelo Melbourne foi oferecido pelo Secretariado Internacional do programa Cidades aos municípios, participantes iniciais do Pacto Global. O programa Cidades destaca os projetos implantados em Porto Alegre (Brasil) e São Francisco (EUA), que produzem resultados permanentes há vários anos (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT – CITIESPROGRAMME, 2018).

Em 2007, o projeto “*The Vila Chocolate Sustainability*” se destacou de forma multissetorial, pois, trabalhou para reassentamento de aproximadamente 800 moradores da favela Vila Chocolate em Porto Alegre, uma das primeiras cidades a se tornar signatária do Pacto Global, em 2004. O objetivo principal do projeto era restaurar os recursos humanos, dignidade e proporcionar educação, treinamento e acesso a oportunidades de emprego para habilitar os membros da comunidade da Vila Chocolate a viver com independência em habitações dignas com posse da terra e melhorar o nível de cidadania. Em 2007, a Prefeitura de Porto Alegre formalizou a rede de cidadania fundamentada no projeto da Vila Chocolate. Um resultado significativo dessa inclusão social na Vila Chocolate é que os princípios e a abordagem que surgiram estão sendo aplicados em outras comunidades da cidade. Eles incluem as ligações legais de eletricidade e água na Vila Santo André; o desenvolvimento de uma usina de reciclagem cooperativa na Vila Santa Teresinha e o desenvolvimento de uma biblioteca comunitária na Região das Ilhas (UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2018).

Outro destaque citado pelo programa Cidades foi a cidade norte-americana de São Francisco, que realizou uma parceria inovadora com múltiplos atores e mais de 100 empresas locais comprometidas em reduzir a emissão dos gases de efeito estufa. Desta forma, foi constituído o projeto “*Business Council on Climate Change – BC3*” para tornar o município uma cidade modelo na administração climática, por meio da implementação do Plano de Ação Climática em 2004, estabelecendo metas de redução de gases de efeito estufa em 20% até o ano de 2012. O projeto buscou inspirar, rastrear e envolver o setor comercial e o setor residencial, duas de suas grandes fontes de emissão de gases de efeito estufa. Dezesesseis anos depois, o BC3 está consolidando São Francisco como um modelo de soluções climáticas locais, envolvendo grandes cidades, o setor corporativo nas melhores práticas e facilitando a colaboração de projetos. O BC3 está acelerando o progresso em direção às metas de '0-50-100-Raízes' da estratégia de ação climática da cidade. Os objetivos incluem: enviar zero resíduo para os aterros; atingir 50% de sustentabilidade na taxa de viagem em São Francisco (caminhada, ciclismo, transporte público ou outros meios que não automóveis particulares), enquanto eletrifica as demais viagens particulares de automóvel; atingir 100% de energia renovável; e plantar árvores, melhorar solos e expandir espaços verdes urbanos (UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2018).

Recentemente, no ano de 2016, a metodologia do modelo Melbourne foi utilizada pelo programa Cidades para iniciar uma parceria multissetorial com governos, empresas, sociedade civil e universidades para constituir o pólo de turismo sustentável intitulado

“*Projeto Angra Doce*”, no Brasil. O Estado do Paraná e o Estado de São Paulo firmaram um protocolo de intenções para investimentos no entorno da represa da Usina Hidrelétrica de Chavantes, na divisa entre os dois estados com o objetivo de incentivar o potencial turístico do local. O projeto envolve cinco municípios paranaenses (Ribeirão Claro, Carlópolis, Siqueira Campos, Jacarezinho e Salto do Itararé), dez municípios paulistas (Chavantes, Ourinhos, Canitar, Ipaussu, Timburi, Piraju, Fartura, Bernardino de Campos, Itaporanga e Barão de Antonina), além dos respectivos governos estaduais, todos, signatários do programa Cidades do Pacto Global da ONU¹⁰. Resultado desta iniciativa, no mês de dezembro de 2019, a região de Angra Doce foi instituída pelo Governo Federal como “Área Especial de Interesse Turístico”¹¹.

O que se observa é que, o programa Cidades possui características de uma rede de interdependência complexa como descrevem Keohane e Nye (2012), sendo certo que, inicialmente, por meio do modelo Melbourne apresentado por Teller (2003), quando tornou-se uma plataforma efetiva de uma rede de CTI de cidades para o aumento do escopo de possíveis soluções para problemas urbanos comuns às esferas municipais, como o compartilhamento de políticas de boas práticas em âmbito global, oferecendo, inclusive, possibilidade de visibilidade internacional, via captação de recursos externos.

4.2.2 O City Scan: Uma ferramenta de diagnóstico para cidades

Uma segunda ferramenta que o programa Cidades oferece é o City Scan, que possui uma Coordenação própria no Secretariado Internacional, para realizar o diagnóstico ou varredura de informações de indicadores da cidade, lançado em fevereiro de 2015. O City Scan apoia os governos locais a terem uma compreensão holística de seus desafios urbanos e de sustentabilidade. Esse mecanismo passou de ferramenta de comunicação e engajamento e exercício de autoavaliação, para ser veículo que facilita a identificação de oportunidades para o desenvolvimento de projetos urbanos sustentáveis, e fomentar a cooperação e o intercâmbio de conhecimento entre as cidades, dentro de um quadro totalmente alinhado com os ODS.

O City Scan auxilia as cidades na identificação dos problemas críticos que estão enfrentando e contribui na elaboração de estratégias e iniciativas para enfrentar esses desafios

¹⁰ UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME (2019). Disponível em: <https://citiesprogramme.org/wp-content/uploads/2019/10/brazil-2016-highlights-report.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

¹¹ Em 05.12.2019 foi publicada a Lei Federal nº 13.921 de 4 de dezembro de 2019, que institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico.

usando as lentes dos 10 princípios e dos 17 ODS, como também, procura identificar os pontos fortes de cada cidade e celebrar sua contribuição na promoção de projetos urbanos sustentáveis, equitativos e justos às comunidades (UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2018)

De acordo com o programa Cidades a pesquisa abrange três categorias principais de atividade municipal: a) desenvolvimento da cidade, b) sustentabilidade da cidade e c) governança da cidade. A partir dessas três categorias, as cidades devem informar 22 áreas de tópicos, divididas em 157 indicadores. Os dados são coletados em toda a cidade ou governo municipal pelo ponto focal designado para o programa Cidades. O City Scan também permite a identificação de compromissos com a rede de CTI e iniciativas lideradas pela cidade que influenciam a comunidade empresarial a ter melhores práticas ambientais e sociais.

O City Scan utiliza em sua metodologia a Voluntary Local Review (VLR), um conceito cunhado pela primeira vez pela cidade de Nova Iorque, que espelha a Voluntary National Review (VNR). As VNR's são relatórios apresentados pelos países ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas (HLPF) para relatar seus progressos na obtenção dos ODS. Os VLR's são uma forma valiosa de mapear estratégias e prioridades locais para os ODS, para comunicar pontos fortes, fracos e melhores práticas para as partes interessadas e para a comunidade; como também identificar oportunidades para acelerar o progresso local (UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2018).

Na primeira interação do City Scan, dezenove cidades participaram ao redor do mundo: Ahualulco (México), Barcelona (Espanha), Berlim (Alemanha), Cidade do Cabo (África do Sul), Jamshedpur (Índia), Leeuwarden (Países Baixos), Maribyrnong (Austrália), Melbourne (Austrália), Milpa Alta, (México), Milwaukee (EUA), Nilufer (Turquia), Oslo (Noruega), Pasto (Colômbia), Porto Alegre (Brasil), Pula Pola (Croácia), Rotorua (Nova Zelândia), Tolima (Colômbia), Wroclaw (Polônia) e Xlokk (Malta). O programa Cidades elaborou relatórios do estudo desta iniciativa, os quais podem ser destacados, da cidade de Barcelona e Milwaukee (UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2019).

No resumo do relatório *City Scan of Barcelona, Spain – City Scan Report 2015* foi elaborado um diagnóstico com pontos positivos e negativos de algumas características da cidade espanhola, sob a ótica dos princípios do Pacto Global, naquelas categorias mencionadas, ou seja: “Desenvolvimento da Cidade”, “Sustentabilidade da Cidade” e “Governança da Cidade”. O documento demonstra a necessidade do enfrentamento quanto à empregabilidade de jovens e o desemprego; o destaque da cidade em relação à premiação da

Bloomberg 2014 com Prêmio Desafio de Inovação pelo aprimoramento no bem-estar dos idosos; os avanços na área de resíduos sólidos e combate à corrupção, entre outros.

Barcelona é a segunda cidade mais populosa da Espanha depois de Madri e é a capital da comunidade autônoma da Catalunha.

Este relatório fornece informações sobre as atividades municipais da Prefeitura de Barcelona através das lentes dos Dez Princípios do Pacto Global da ONU nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Eles estão agrupados em Desenvolvimento da Cidade, Sustentabilidade da Cidade e Governança da Cidade.

[...]

Na área de Desenvolvimento da Cidade, Barcelona relatou enfrentar uma série de grandes desafios, incluindo a falta de oportunidades de empregos para jovens e, geralmente, altos níveis de desemprego. Ao mesmo tempo, existem mudanças demográficas significativas nos últimos anos, com a transição de Barcelona para uma sociedade em envelhecimento. Nesse contexto, o Conselho da Cidade iniciou o Projeto Cidade Amiga da Terceira Idade de Barcelona para incentivar a saúde e o bem-estar dos idosos. Além disso, o projeto Vincles BCN, projetado para aliviar o isolamento de idosos, venceu o Bloomberg 2014, Prêmio Desafio de Inovação.

[...]

No que diz respeito à Sustentabilidade da Cidade, o Conselho da Cidade de Barcelona relatou conquistas e ações nas áreas de gestão de resíduos, abastecimento de água e esgoto. Os principais desafios do Conselho estão relacionados à poluição do ar urbano e ao efeito estufa e emissões de gases da indústria e dos transportes. Essas questões estão sendo resolvidas através de medidas contidas no Plano de Energia 2011-2020 com foco na mudança climática e qualidade do ar.

[...]

Em termos de Governança da Cidade, o Conselho da Cidade de Barcelona relatou melhorias e ações em relação à provisão de infraestrutura de TI e desenvolvimento de equipe. O município trabalha em estreita colaboração com a Transparência Internacional para implementar medidas para combater a corrupção através do fornecimento de informações. (UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2019). (Tradução nossa).

Na sequência, o documento resultante da *City Scan of Barcelona, Spain – City ScanReport 2015* aponta os principais desafios e ações para a Prefeitura de Barcelona nas três áreas mencionadas acima. Na área do “Desenvolvimento da Cidade”, o estudo indica a necessidade de viabilizar melhorias na qualidade de vida das mulheres, discriminação, assistência social; na área do trabalho, necessidade de acesso a emprego local, os quais estão sendo elaborados Planos Municipais para geração de oportunidades. Na área da “Sustentabilidade da Cidade”, a poluição do ar e a crise no transporte foram questões diagnosticadas como problemas urbanos. Na área da “Governança da Cidade”, é preciso ampliação da transparência das políticas públicas e acesso à informação, entre outros.

Na Pesquisa *City Scan*, os princípios relacionados aos Direitos e Trabalho são abordados em Desenvolvimento da Cidade.

[...]

O Conselho da Cidade de Barcelona identificou 22 questões críticas nesta categoria, incluindo: direitos das mulheres, discriminação, pobreza, acesso às instalações esportivas, acesso e provisão de serviços de assistência social, acesso à moradia adequada, acesso à habitação social ou pública, acessibilidade e disponibilidade de habitação, acesso a serviços de apoio à habitação, persistência e/ou aumento da pobreza, acesso ao trabalho justo, acesso a emprego local, processo para estabelecer empresas locais, desemprego, acesso das mulheres ao emprego, oportunidades, disponibilidade de opções de transporte mais limpas, passagem segura de bicicletas e mobilidade segura de pedestres.

Estes estão sendo enfrentados através de uma série de medidas, incluindo o Plano de Inclusão Social de Barcelona, o Plano Municipal para Jovens e Adolescentes, o Plano de Saúde de Barcelona, Plano Municipal de Idosos e Plano Municipal pela Igualdade de Oportunidades para mulheres e homens.

[...]

Os princípios relacionados ao meio ambiente são abordados em Sustentabilidade da Cidade.

Em relação à Sustentabilidade da Cidade, o município identificou apenas 3 questões críticas. Estes são: níveis de poluição do ar, emissões de gases de efeito estufa da indústria e transporte. O município identificou vários pontos fortes da cidade na área de abastecimento de água potável e tratamento e disposição de esgotos.

[...]

A anticorrupção se enquadra na categoria Governança da Cidade.

Quinze questões críticas foram identificadas em relação à Governança da Cidade, incluindo acesso público à informação, responsabilidade do líder da cidade, transparência das políticas e processos de compras, responsabilização dos funcionários da cidade, relatórios públicos sobre objetivos urbanos, interesses e a capacidade da comunidade de se envolver com o governo, confiança no governo local, falta de formalidade de processos para o envolvimento da comunidade e falta de apoio do governo nacional. (UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2019). (Tradução nossa).

Da mesma forma, o resumo do relatório *City of Milwaukee, United States – City ScanReport 2015*” traz o diagnóstico de pontos positivos e negativos da cidade norte-americana com o mesmo método mencionado para a cidade de Barcelona. Na área de “Desenvolvimento da Cidade”, o estudo aponta que quase metade da população do município é de afro-americanos e eles são os mais afetados com o desemprego; quanto o acesso à saúde adequada toda a população da cidade sofre com este problema. Na “Sustentabilidade da Cidade”, o município é referência neste quesito, pois, possui um Plano de Sustentabilidade e lidera a implementação de eficiência energética e energia renovável. Quanto à “Governança da Cidade”, a cidade trabalha para ampliar o acesso às informações, participação popular e desenvolveu um programa de *Accountability*.

Milwaukee, a maior cidade de Wisconsin, é responsável por 10% da população do Estado. Este relatório fornece informações sobre como os Dez Princípios do Pacto Global são integrados às atividades municipais da Cidade de Milwaukee em relação ao Desenvolvimento da Cidade (incluindo direitos humanos e questões trabalhistas), Sustentabilidade da Cidade (meio ambiente) e Governança da Cidade (anticorrupção).

[...]

Na área de Desenvolvimento da Cidade, Milwaukee está enfrentando uma série de desafios sociais e econômicos. Por exemplo, os níveis de desemprego no município são relativamente altos em 7,4%, e a taxa de pobreza em 29% é uma das mais altas dos Estados Unidos. Os afro-americanos, responsáveis por 40% da população municipal são desproporcionalmente afetados por essas circunstâncias. O acesso a cuidados de saúde adequados é outra questão para grande parte da população, incluindo falta de cobertura de seguro de saúde, saúde nutricional deficiente e falta de acesso a atendimento odontológico. Em resposta, as autoridades municipais estão implementando uma ampla gama de programas projetados para tratar esses desafios.

[...]

No que diz respeito à sustentabilidade, a cidade de Milwaukee está apresentando um padrão muito alto com programas projetados para proteger, restaurar e revitalizar hidrovias urbanas, bem como terras e habitats que fazem parte do ecossistema urbano. O município adotou o plano de sustentabilidade ReFresh Milwaukee em dezembro de 2013, com o objetivo de transformar a cidade em um centro de inovação em sustentabilidade nos próximos 10 anos. A cidade de Milwaukee se tornou líder na implementação de projetos de eficiência energética e energia renovável, a iniciativa Energia Sustentável para todos foi reconhecida pelo do Secretário-Geral da ONU.

[...]

Em termos de governança, a cidade de Milwaukee necessita garantir que todos os cidadãos tenham o maior acesso possível às informações sobre assuntos do governo. Para garantir um envolvimento cívico adequado e acessível, a Prefeitura de Milwaukee adotou um Plano de Participação do Cidadão, que requer audiências públicas e participação dos cidadãos sobre o financiamento de propostas em todas as etapas dos programas de desenvolvimento comunitário. A cidade de Milwaukee também implementou o programa Accountability in Management (AIM) como uma ferramenta para relacionar as medidas de desempenho às práticas e desafios, que os departamentos municipais enfrentam para agregar valor aos cidadãos, empresas locais e visitantes. (UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2015). (Tradução nossa).

Em seguida, o resumo do relatório “*City of Milwaukee, United States – City ScanReport 2015*” indica os principais desafios e ações relacionadas aos princípios de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção, diagnosticados nas áreas supramencionadas.

Na Pesquisa *City Scan*, os princípios relacionados a Direitos Humanos e Trabalho são abordados em Desenvolvimento da Cidade.

Nesta categoria, a cidade de Milwaukee identificou 15 questões críticas, incluindo a pobreza e a participação de grupos minoritários, no tópico inclusão social e igualdade. Outras questões críticas incluíram acesso a atendimento odontológico, acesso a alimentos nutricionais, doenças relacionadas à nutrição, acesso a moradias adequadas, disponibilidade e acessibilidade econômica dos níveis de moradias e desemprego.

O município também identificou 6 pontos fortes da cidade nessa categoria, incluindo serviços de assistência materna e de saúde, organizações comunitárias, infraestrutura e recursos para atividades culturais, expressão artística na cidade e capacidade de responder a desastres.

[...]

Os princípios relacionados ao meio ambiente são abordados em Sustentabilidade da Cidade.

No que diz respeito à Sustentabilidade da Cidade, nenhum problema crítico foi identificado pela cidade de Milwaukee. Um total de 8 pontos fortes da cidade foram destacados nessa categoria, incluindo práticas sustentáveis na indústria, acesso a espaços verdes públicos, gestão da terra, cobertura de árvores nas ruas, acesso à água potável e segura, tratamento e esgoto e alternativas eficientes em energia.

[...]

A anticorrupção se enquadra na categoria Governança da Cidade.

Não foram identificados problemas críticos em relação à Governança da Cidade. Foram indicados 4 pontos fortes da cidade, incluindo a capacidade e as habilidades da comunidade para lidar com o município, o interesse da comunidade em se envolver com a cidade de Milwaukee, processos reconhecidos para o envolvimento da comunidade e processos em que o envolvimento da comunidade pode afetar a mudança. (UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2015). (Tradução nossa).

Nesse sentido, o programa Cidades, por meio do City Scan disponibilizou, antes da COP 21, uma plataforma que facilita o processo de coleta de dados e relatórios do progresso dos governos locais de dezenove cidades, incluindo Barcelona e Milwaukee referente ao princípios do Pacto Global e, posteriormente, foi ampliado para a análise dos ODS. O signatário deve contactar a Coordenação do City Scan para discutir a oportunidade de sua cidade realizar o diagnóstico.

4.2.3 City Partnerships Challenge: Plataforma técnica com investimentos para projetos de alto impacto

O City Partnerships Challenge é a terceira ferramenta do programa Cidades, lançada no Fórum Urbano Mundial, realizado em Kuala Lumpur, Malásia, em 13 de fevereiro de 2018. A ferramenta apoia, com investimentos, os governos das cidades, setor privado e organizações da sociedade civil para acelerar a implementação de projetos de alto impacto para alcançar os princípios do Pacto Global, os ODS e a Nova Agenda Urbana.

O City Partnerships Challenge foi concebido para colaborar no mecanismo do Multi-Partner Implementation Facility for Sustainable Urban Development (IFSUD), formado pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) em colaboração com um consórcio global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),

do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), Grupo Banco Mundial, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) e o Programa Alimentar Mundial (PAM); o qual foi ratificado pelos Estados-membros no 26º Conselho de Governo da UN-HABITAT, realizado em Nairóbi, Quênia, em maio de 2017 (UNITED NATIONS HABITAT, 2017).

No evento internacional acima, conforme a UN-HABITAT (2017), o IFSUD foi constituído como um fundo apoiado por múltiplos parceiros da ONU e do Banco Mundial, administrado pelo Escritório do Fundo Fiduciário de Parceiros Múltiplos da ONU, em Nova Iorque, que tem 5 pilares para os projetos de desenvolvimento urbano sustentável: ambiente de legislação favorável, assistência técnica/capacitação, investimentos/finanças, conhecimento/advocacy e parcerias com vários atores.

O IFSUD tem a missão de utilizar recursos do setor público e setor privado para acelerar a implementação eficaz, coordenada e baseada em resultados de soluções integradas de desenvolvimento urbano sustentável. A estrutura proposta pelo IFSUD é projetada para garantir o bom funcionamento do fundo, apoio político, responsabilidade compartilhada e robustez no gerenciamento de riscos (UNITED NATIONS HABITAT, 2017).

Um levantamento técnico efetuado pelo Escritório do Fundo Fiduciário de Parceiros Múltiplos da ONU, antes da pandemia da Covid-19, demonstrou que os ODS custem de US\$ 2 trilhões a US\$ 3 trilhões por ano em dinheiro público e privado para serem implementados até 2030. Outro dado constatado é que apenas US\$ 250 milhões foram investidos em desenvolvimento urbano sustentável na última década. Os referidos dados confirmaram a necessidade de um mecanismo de desenvolvimento urbano sustentável, que consolida a experiência de vários atores cooperativos e direciona investimentos escaláveis diretamente para os países e cidades de todo mundo, coordenado com a utilização de suporte técnico adequado para a implementação da agenda global. Desta forma, o IFSUD marca a primeira iniciativa verdadeiramente conjunta desde a adoção da Agenda 2030, dedicada à mobilização de investimentos transformadores em urbanização sustentável, como meio de alcançar os ODS e a Nova Agenda Urbana (UNITED NATIONS HABITAT, 2017).

Neste contexto, o que se observa é que o City Partnerships Challenge é uma plataforma técnica de parceria com várias partes interessadas, em apoio ao IFSUD para desenvolver as capacidades das cidades para identificar oportunidades de alto valor para o desenvolvimento urbano sustentável. A coordenação e o processo de entrega do City Partnerships Challenge está sob a liderança do programa Cidades.

Esse processo do City Partnerships Challenge utiliza oito etapas dividido em dois estágios para apoiar as cidades a identificar e promover o desenvolvimento de projetos em parceria. O processo baseia-se em quinze anos de aplicação de um sistema colaborativo, o modelo o Melbourne, para criar soluções em parceria a questões urbanas complexas.

As etapas do Estágio 1 concentram-se principalmente na capacitação de um líder de desenvolvimento urbano do governo local para apoiar e estabelecer uma força-tarefa, composta por membros do setor privado, diferentes níveis de governo e sociedade civil. Após uma avaliação de questões críticas relacionadas aos ODS em cada cidade participante, a força-tarefa é apoiada no desenvolvimento de casos de negócios, por equipes multidisciplinares de estudantes e um pesquisador relevante para a solução. As etapas do Estágio 2 se concentram em refinar ainda mais o desenvolvimento da solução numa "proposta em parceria" para implementação e financiamento. O *business case* é refinado por meio de um *sprint* de inovação com mais amplos parceiros potenciais, estudantes e pesquisadores para abordar barreiras críticas, permitindo necessidades e apoio para implementação. As etapas de implementação e avaliação garantem a continuidade do processo (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2019).

O City Partnerships Challenge traz parceiros do setor privado e da sociedade civil para apoiar os grupos de cidades. Os representantes das cidades trabalham em grupo de 10 a 20 cidades. Por meio da referida ferramenta do programa Cidades, há também a ampliação de relacionamentos com compartilhamento de conhecimento com outras cidades e organizações de outros setores. Após participar do City Partnerships Challenge, o objetivo é que a cidade tenha a capacidade e os parceiros locais para continuarem desenvolvendo e entregando projetos integrados e transformadores de desenvolvimento urbano em parceria.

O Secretariado Internacional fornece uma série de ferramentas e serviços para apoiar as cidades no City Partnerships Challenge. É possível citar: a) capacitação ao longo do processo; b) orientação e revisão no diagnóstico da cidade; c) mentoria para identificar e criar oportunidades de valor com parceiros; e) ferramentas de tomada de decisão para priorizar o desenvolvimento de negócios dos projetos preferidos; g) orientação para a criação de sistemas de governança transparentes; h) aconselhamento sobre o desenvolvimento de projetos multissetoriais; h) revisão e orientação sobre sistemas de investimentos; i) reconhecimento e visibilidade local e internacional; e j) um gerente de relacionamento da equipe do Secretariado Internacional. A contrapartida das cidades é fornecer: a) um líder local para ser o ponto focal e um líder sênior, ambos, com dedicação de dois dias por semana, durante o período de dois

anos e b) aporte financeiro de US\$ 20.000,00/ano neste período para apoiar a iniciativa (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2019).

De acordo com o programa Cidades, o primeiro processo de seleção para o City Partnerships Challenge 2018 teve o período de inscrição para os interessados entre 13 de fevereiro a 5 de outubro de 2018. O processo seletivo estabelecia critérios para participação que apontavam algumas condições: a) população da cidade ou grupo de cidades maior que 20.000 habitantes; b) taxa de crescimento populacional indicativa de pressões para mudanças na urbanização; c) preferência por consórcio de cidades; d) representação proporcional desejada de 50% de municípios regionais/rurais e 50% de municípios metropolitanos; e) qualidade dos líderes locais indicados; f) potencial de implementação dos ODS e g) foco em projetos convergentes para a Nova Agenda Urbana (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2019).

O City Partnerships Challenge 2018 foi financiado pela Realdania, uma organização filantrópica com cerca de 149.000 membros, que busca melhorar a qualidade de vida no ambiente urbano. Desde 2000, a Realdania apoiou mais de 3.200 projetos, com um total de 17 bilhões de coroas dinamarquesas. O processo de implementação do City Partnerships Challenge permite uma capacitação de dois anos centrado num projeto de desenvolvimento urbano sustentável multissetorial¹².

Na data de 7 de novembro de 2018, em Madri na Espanha, num evento simultâneo com o Fórum da CGLU, o programa Cidades informou, que recebeu mais de 150 solicitações de adesão à plataforma e apresentou os selecionados para início do projeto em janeiro de 2019 e conclusão em dezembro de 2020. No City Partnerships Challenge 2018 entre os selecionados há cidades e regiões de 10 países diferentes, incluindo o Brasil, pois, houve a aprovação da seleção do Governo do Estado do Paraná com a participação conjunta de 11 municípios paranaenses (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2018). Nas palavras da Sra. Rosane de Souza, diretora regional do programa Cidades para a Região Sul do Brasil.

O acordo tem o objetivo de desenvolver capacidades nos municípios para capacitar e apoiar o desenvolvimento de projetos sustentáveis e inovadores, além de viabilizar parcerias estratégicas do setor privado, de agências e programas da ONU e ter acesso a fundos nacionais e internacionais. Ela complementa: Outro foco importante é que o City Partnerships se propõe a

¹²UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME (2019). Disponível em: https://citiesprogramme.org/wp-content/uploads/2019/10/city-partnerships-challenge-eoi_v2.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

acelerar a implementação de projetos totalmente conectados com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que fazem parte da Agenda 2030 da ONU. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2018).

O City Partnerships Challenge mobiliza e capacita o governo local para atrair investimentos privados para projetos transformadores voltados para o desenvolvimento urbano sustentável, por meio de parcerias com a iniciativa privada e sociedade civil.

De fato, o programa Cidades percebendo a necessidade de melhorar sua estrutura no Brasil ante a aderência ao tema dos ODS dos municípios brasileiros, assinou memorando de entendimento com a Universidade de São Paulo (USP) para a implantação do escritório regional do programa no âmbito da América Latina, sediado no Centro de Difusão Internacional (CDI), localizado no campus da USP em São Paulo, o qual foi inaugurado em outubro de 2017 (CRUZ, 2017). Na mesma época, por meio de outro memorando firmado com a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) foi inaugurado também em outubro de 2017, o escritório regional voltado para a Região Sul do Brasil, localizado na sede da companhia paranaense em Curitiba, Estado do Paraná (PARANÁ, 2017).

Por fim, deve-se observar que, a atuação e articulação do escritório regional do programa Cidades sediado em Curitiba pode ter sido fundamental para a escolha do Estado do Paraná e de onze municípios paranaenses selecionados no City Partnerships Challenge 2018. E, a melhor estruturação desta organização pode oferecer as ferramentas e conhecimento que possui para colaborar na implementação dos ODS junto aos municípios brasileiros, por conseguinte, ampliando a atuação internacional dos mesmos.

4.3 O Programa Cidades do Pacto Global da ONU em Birigui – SP

A presente subseção deste trabalho apresenta os materiais e métodos utilizados, os dados coletados e a análise dos resultados obtidos, com foco na rede de CTI do programa Cidades do Pacto Global da ONU, a partir do qual realizamos a análise da sua relação e atuação no município de Birigui, Estado de São Paulo.

A análise da participação de Birigui no programa Cidades se amolda ao cenário de ascensão das relações interdependentes de Keohane e Nye (2012) decorrente do avanço tecnológico num mundo globalizado, onde as cidades passam a ter um protagonismo de inserção no sistema internacional conforme Soldatos (1990), atuando em complexas redes de

forma interconectada na busca de soluções urbanas como conceitua Castells (2005), mesmo não possuindo o ente municipal, uma estrutura administrativa própria para essa finalidade.

Nesse sentido, Birigui está localizada na região da alta noroeste do Estado paulista há aproximadamente 500 quilômetros da capital; surgiu e cresceu a partir da Estrada de Ferro Noroeste, perfazendo em 2020, 109 anos. A cidade possui uma população estimada para 2020 de 124.883 pessoas, tem o Produto Interno Bruto (PIB) per capita ano referente a 2017, o valor de R\$ 26.071,64 e o prefeito municipal para o mandato 2016-2020 é o senhor Cristiano Salmeirão (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

A cidade é reconhecida como “capital brasileira do calçado infantil” decorrente da produção de aproximadamente 52 milhões de pares de calçados para 2019, contando com quase 300 empresas nesta atividade (SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS E VESTUÁRIO DE BIRIGUI, 2017). No entanto, na última década, Birigui diversificou suas atividades econômicas com o aumento da produção de soja e transformadores elétricos atingindo quase o mesmo patamar das atividades voltadas para a produção de calçados na balança comercial de exportações do município do ano 2018 (MINAS GERAIS, 2020).

Deve-se destacar que o município de Birigui possui o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,78 (2017), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Anos iniciais do ensino fundamental foi de 7,3 (2017), esgotamento sanitário adequado de 97,3% (2010) e mortalidade infantil de 14,67 óbitos por mil nascidos vivos (2017) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Diante dos indicadores econômicos e sociais positivos mencionados acima, o município de Birigui busca a rede de CTI, programa Cidades, para implementar políticas públicas de paradiplomacia no desenvolvimento das metas dos 17 ODS, sendo um dos municípios paulistas pioneiros no compromisso com o Pacto Global.

4.3.1 Metodologia de análise

A pesquisa analisou a estrutura organizacional do programa Cidades, levando em consideração a espinha dorsal da organização, conhecida por princípios e objetivos globais, bem como o referencial teórico para analisar a implementação dos 17 ODS no município de Birigui. Sobre a definição da coleta de dados, nesta dissertação, optou-se por utilizar, como técnica a entrevista semiestruturada, a observação e a análise de conteúdo de sites institucionais e documentos públicos municipais, tais como ofício, normas e etc.

Além da constatação de que a forma de coletar os dados do trabalho está em conformidade com a pesquisa é necessário verificar a representatividade dos entrevistados (GIL, 2009). Neste quesito para coletar as informações empíricas, a definição foi pela alta direção pública que firmou o compromisso como signatário do programa Cidades no ano de 2016; pelo sucessor e atual mandatário público com poder de decisão, o qual renovou compromisso nos anos de 2018 e 2020; o Presidente da Comissão Municipal Executiva para implementação dos ODS e o Diretor Executivo de uma empresa local signatária do Pacto Global, todos, diretamente associados com o tema da dissertação. A pesquisa fundamentou o rol de participantes para fins metodológicos.

Importante registrar que, as perguntas elaboradas para a diretorias regionais dos escritórios do programa Cidades foram focadas na forma de ampliação de atuação da organização para auxiliar o município de Birigui. Contudo, mesmo com o encaminhamento, via *e-mail* institucional da UNESP, dos convites aos representantes do programa Cidades para a realização da entrevista, não se obteve sucesso no aceite, por conseguinte, as referidas perguntas ficaram sem respostas, prejudicando eventuais argumentos sob a perspectiva da rede de CTI para confrontação com os demais materiais e dados coletados.

Dessa maneira, após a fase de negociação para o aceite dos respectivos convites foram realizadas de forma clara a explicação do objetivo da pesquisa e dos propósitos da investigação. Entretanto, em virtude das recomendações da OMS referente ao distanciamento social decorrente da pandemia da Covid-19, foi esclarecida sua forma virtual (audiovisual) de gravação, onde todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Como mencionado anteriormente, foram definidos três técnicas para coleta de dados: entrevista semiestruturada, a observação e a análise de documentos públicos. Todos esses elementos de investigação da pesquisa contribuíram no resultado deste trabalho.

A primeira a ser utilizada foi a entrevista:

A entrevista é provavelmente a mais importante dentre as técnicas utilizadas no âmbito das ciências sociais. Há autores que lhe atribuem valor semelhante ao tubo de ensaio da Química ou ao microscópio na Microbiologia. De fato, por sua flexibilidade, é adotada como técnica fundamental da coleta de dados em pesquisas abordando os mais diversos domínios da vida social. Nos estudos de caso, tem sido indubitavelmente a técnica mais utilizada. (GIL, 2009, p. 62).

Trata-se de uma técnica de coleta de dados onde a interação entre o entrevistado e o entrevistador é altamente relevante para o bom desenvolvimento da realização nesta inter-

relação, ainda mais quando efetivada de forma virtual, ou seja, à distância. Em todas as entrevistas, logo no início, o objetivo foi novamente explicado para a coleta de dados, pois, o bom trato é imprescindível para o sucesso deste procedimento. As entrevistas, por sua vez, se pautaram por perguntas diretas, onde os entrevistados vão explorando ao longo do seu curso.

Quanto aos representantes e ex-representante do município de Birigui, os pontos de interesse foram pautados da seguinte forma: a motivação para se tornar signatário do programa Cidades; os benefícios gerados com membro desta rede de CTI; a motivação para a renovação do compromisso, por meio da apresentação dos COE's e a influência do programa Cidades na implementação dos 17 ODS no âmbito do executivo municipal. No que se refere à empresa local signatária do Pacto Global, o ponto de interesse foi a motivação para se tornar signatária.

O referencial teórico utilizado para a criação das perguntas partiu do entendimento da rede de interdependência complexa de Keohane e Nye (2001), a atuação em rede estabelecida por Castells (2005) e o comportamento colaborativo em rede mencionado por Portugal (2007). Nas palavras de Martins: “[...] tanto o roteiro de entrevista como orientações para uma conversação devem estar ancorados em suporte que está dando suporte teórico ao estudo [...]”. (MARTINS, 2008, p. 27).

A segunda técnica de coleta de dados foi a observação: “[...] nada mais é que o uso dos sentidos para adquirir os conhecimentos necessários para viver o dia a dia. Mas, representa uma das mais importantes estratégias para a obtenção de dados na investigação científica. (GIL, 2009, p. 71).

A referida técnica possibilitou a aproximação entre a pesquisa e o fenômeno estudado, na medida em que antes da pandemia da Covid-19, o pesquisador pode percorrer departamentos e realizar visitas na Prefeitura Municipal de Birigui. Os registros das observações foram realizados nos momentos citados acima, por meio de notas por escrito.

Os aspectos da atuação interdependente do ente subnacional na rede de CTI para serem observados foram definidos também nos estudos teóricos de Keohane e Nye (2001), Krasner (1983), Castells (2005), Portugal (2007), Harari (2018) entre outros, com a finalidade de análise: a) detalhar os mecanismos e as etapas do modelo Melbourne aplicadas no município de Birigui, na implementação dos princípios do programa Cidades e dos 17 ODS; e b) identificar os efeitos da cooperação internacional entre o programa Cidades e o município de Birigui na dimensão institucional e ambiental. Ao ter estabelecido os aspectos observados na pesquisa, procurou-se identificar e observar os atos ou ações desenvolvidas por Birigui na implementação dos 17 ODS decorrentes da relação cooperativa com o programa Cidades.

Já a terceira técnica de coleta de dados utilizada foi a análise de documentos públicos. “Quando, por exemplo, o pesquisador analisa documentos elaborados no âmbito de uma organização, passa a ter informações que o auxiliam na coleta de dados mediante observação ou entrevista”. (GIL, 2009, p. 76).

Explicando melhor, a documentação foi importante para complementar as informações obtidas na entrevista e na observação. De posse das informações foi possível a seleção das mesmas. A primeira fase foi a realização das transcrições das entrevistas gravadas de forma audiovisual nas plataformas Google Meet e ZOOM. A observação, por sua vez, foi selecionada com base nas notas por escrito das áreas, as quais foram possíveis de serem investigadas. A consulta e aferição de informações relevantes e específicas foram pesquisadas em sites institucionais. Em se tratando, dos documentos públicos, um total de onze foram selecionados para análise e interpretação, devido às suas relações com os estudos de todo o referencial teórico, bem como com a hipótese de que o município de Birigui implementaria os 17 ODS, por meio da cooperação internacional com o programa Cidades. Os documentos públicos pesquisados constam do quadro abaixo.

Quadro 3 - Relação dos documentos públicos pesquisados

1	Ofício nº 363/2016 da Prefeitura Municipal de Birigui endereçada ao Secretário – Geral da ONU firmando o compromisso com o Pacto Global da ONU, assinado em 9 de maio de 2016.
2	Decreto nº 5.678, de 13 de setembro de 2016, que dispõe sobre a institucionalização, o apoio e a divulgação dos princípios do Pacto Global da ONU, no âmbito do município de Birigui.
3	COE do município de Birigui apresentando as ações desenvolvidas ao programa Cidades, em agosto de 2016.
4	Relatório de Destaques 2016 do programa Cidades.
5	Decreto nº 5.768 de 14 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a institucionalização da Agenda 2.030 com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas, o apoio e a divulgação no âmbito do município de Birigui.
6	Lei nº 6.405 de 4 de agosto de 2017. Institui o Fundo Municipal de Meio Ambiente do Município de Birigui e dá outras providências
7	COE do município de Birigui apresentando as ações desenvolvidas ao programa Cidades, em 22 de fevereiro de 2018.
8	Voto do Conselheiro Renato Martins da Costa da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), referente às contas anuais do exercício de 2017 (TC-006825.989.16-3).
9	Acórdão da Segunda Câmara do TCE-SP, que julgou às contas anuais referente ao exercício de 2017 (TC-006825.989.16-3).
10	Decreto nº 6.472 de 14 de novembro de 2019, que cria a Comissão Municipal Executiva, as Coordenações Específicas de Diagnóstico, de Indicadores, de Relatório ou Report e de Engajamento e de Grupos de Trabalho visando à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2.030.
11	COE do município de Birigui apresentando as ações desenvolvidas e a metodologia para implementação dos ODS, por meio de parceria com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), apresentado em janeiro de 2020.

“Fonte: Autor”

Os documentos públicos acima foram solicitados ou selecionados de sites institucionais para complementar as informações das entrevistas e para nortear as respostas com a documentação. A partir da reunião dos dados, a relação do programa Cidades com o município de Birigui se fundamentou no procedimento denominado “análise de conteúdo” de Bardin (2009).

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. (BARDIN, 2009, p.42).

Nesse sentido, vale mencionar o procedimento da análise de conteúdo detalhado por GIL (2009), que descreve a utilidade relevante deste procedimento desde que os documentos a serem analisados sejam devidamente transcritos.

Trata-se, portanto, de um procedimento analítico aplicável a qualquer comunicação escrita. Pode ser utilizada, por exemplo, na análise de material publicado em jornais e revistas, poemas, discursos, cartas e material disponível em sites institucionais. Pode ser utilizada também para análise de conteúdo de entrevistas e depoimentos, desde que devidamente transcritos. (GIL, 2009, p. 98).

Nesse sentido, a análise de conteúdo se mostrou como o procedimento mais apropriado, em razão dos dados serem disponíveis por triangulação de métodos na realização da pesquisa: as entrevistas, devidamente transcritas; a observação, com as respectivas notas por escrito; os sites institucionais e os documentos públicos. A análise foi dividida em três etapas: redução, exibição e conclusão/verificação (MILES; HUBERMAN, 1994 apud GIL, 2009). Na redução o que se pretende com esse procedimento é que o grande acúmulo de dados brutos seja reduzido ao essencial para proporcionar sua análise e interpretação (MILES; HUBERMAN, 1994 apud GIL, 2009). De outro lado, na exibição, Gil (2009), menciona:

Consiste na organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento. Esta apresentação pode ser constituída por textos, diagramas, mapas ou matrizes que permitam uma nova maneira de organizar e analisar as informações. (GIL, 2009, p. 100).

A partir das semelhanças entre o conteúdo das respostas das entrevistas, correspondente à observação das notas por escrito e as informações constantes dos sites

institucionais e documentos públicos foi possível a verificação dos dados e o norteamento para uma forma de conclusão. A maneira de explicar as informações buscou estruturar os resultados a partir de categorizações, seguidas de inferências e interpretações dos dados amparados à luz da literatura explorada, em linha com os procedimentos analíticos bardinianos. A análise inicia-se com a identificação e organização de categorias por “fases” evidenciando três fases periódicas distintas da relação do programa Cidades com o município de Birigui. É importante registrar que as nomenclaturas das fases foram extraídas, a partir dos dados da pesquisa.

- Fase 1 - Inserção internacional e visibilidade (2016);
- Fase 2 - Parcerias, práticas sustentáveis e comprometimento do Município (2017-2018);
- Fase 3 - Limitações do Programa Cidades e uso de nova metodologia para implementação dos ODS (2019-2020).

4.3.2 Fase 1 – Inserção internacional e visibilidade (2016)

Na Fase 1 constata-se a criação do vínculo com o programa Cidades, ocasião em que o ex-Prefeito Municipal Pedro Felício Estrada Bernabé enviou o Ofício nº 363/2016 endereçado ao Secretário – Geral da ONU firmando o compromisso com a iniciativa global e demonstrou seu engajamento com a elaboração e publicação do Decreto nº 5.678/2016, que dispõe sobre a institucionalização, o apoio e a divulgação dos princípios do Pacto Global da ONU, no âmbito do município de Birigui, incluindo a assinatura de todos os secretários municipais.

Logo em seguida, a partir do conteúdo da entrevista do ex-prefeito é revelada, que é realizada a visita ao Escritório da Rede Brasil do Pacto Global em São Paulo. Em agosto de 2016 há o encaminhamento do COE constando algumas ações praticadas pela municipalidade em sinergia com os princípios pactuados, onde se inicia também o relacionamento com a diretora regional do programa Cidades, atualmente lotada na Região Sul.

Os fundamentos das iniciativas do município de Birigui nesta Fase 1 são relatados na resposta do entrevistado, o ex-Prefeito Pedro Felício Estrada Bernabé, ao afirmar sobre a motivação para tornar a cidade signatária do programa Cidades, a qual vai ao encontro com o entendimento quanto à ocupação do espaço nas agendas internacionais pelos órgãos subnacionais gerando novas conexões e alterando a estrutura do sistema internacional de acordo com o conteúdo teórico de Keohane e Nye (2012).

[...] É... nosso governo, Tadeu, teve uma preocupação com a implementação de ações voltadas para essa área da sustentabilidade. Eu vejo que a motivação principal foi a perspectiva de conectar novos parceiros nacionais e internacionais, por meio do Pacto Global da ONU, para a geração de novas oportunidades para a cidade. Eu penso que isso poderia gerar estímulos internos na Prefeitura, mobilização em vários setores da sociedade local e prestígio também com a inclusão do município numa rede internacional. É... Tadeu, infelizmente, eu tomei conhecimento dessa iniciativa já no final do meu mandato. Eu me lembro que eu fiz o ofício firmando o compromisso com esse propósito, ou seja, o compromisso com os dez princípios do Pacto Global da ONU. É... lembrando que fomos o segundo município do Estado de São Paulo a se tornar signatário. É... a tornar signatário desse projeto. É... esse ofício nós endereçamos para os Secretário Geral da ONU, em maio de 2016.

De se observar que, neste primeiro momento, a integração do município junto ao programa Cidades proporcionou uma visibilidade nacional positiva para a cidade, ainda mais com a informação revelada pela diretora executiva da Rede Brasil do Pacto Global ao ex-prefeito, de que Birigui foi a segunda municipalidade do Estado de São Paulo a se tornar signatária do Pacto Global, tanto que o McDonald's (Arcos Dorados Comércio de Alimentos LTDA), que na mesma época se instalava na cidade, após várias reuniões com sua Gerência de Sustentabilidade, o município foi escolhido para um projeto piloto, firmado em 2017.

Tudo isso se constata, a partir do teor da outra resposta do entrevistado, Sr. Pedro Felício Estrada Bernabé, ao responder sobre o principal impacto percebido na participação de Birigui no programa Cidades, quando menciona sua visão referente à definição da multinacional para implementação do referido projeto. Todo esse cenário demonstra a conexão do relato do entrevistado com a atuação em rede fundamentada por Castells (2005).

[...] É... a participação de Birigui no programa Cidades do Pacto Global da ONU... É ele gerou uma grande visibilidade positiva. É, a partir da divulgação desse fato nos meios de comunicação e também a inclusão de nossas ações no site do Pacto Global. É...foi muito importante. E, também, fomos muito bem recebidos pela Diretora Executiva, senhora Beatriz Carneiro, na sede do escritório do Pacto Global em São Paulo. Onde, eu reforcei o nosso compromisso pessoalmente e também fomos informados que éramos o segundo município do Estado de São Paulo a se tornar signatário. É... logo em seguida, publicamos um decreto que dispunha sobre a institucionalização, o apoio e divulgação dos princípios do Pacto Global da ONU, aqui no Município de Birigui, assinado por mim e todos os secretários municipais da época. É...nós fomos procurados pelo Gerente de Sustentabilidade do McDonald's, Arcos Dourados, para a realização de uma parceira, um projeto piloto na área de sustentabilidade aqui em nosso município, que se concretizou no governo sucessor e foi replicado em outros municípios, os quais também se tornaram signatários do Pacto Global da ONU. É... com certeza, Tadeu, o fato de sermos um dos primeiros municípios ao Pacto, ao programa do Pacto Global foi fundamental para McDonald's nos procurar para tratar desse projeto piloto na área da sustentabilidade.

Em 2016, logo após o município firmar o compromisso, uma empresa biriguiense, a ITB Equipamentos Elétricos LTDA, também se torna signatária do Pacto Global, onde o Diretor Executivo, Sr. Luiz Carlos Vitoretti, apresenta em sua entrevista a argumentação quanto à motivação da empresa. O que se revela é o ideal dos proprietários, bem como a exigência do mercado para atuação em redes interempresariais em parcerias conforme apresenta Cândido (2001) na seção 3, pois, os signatários comerciais realizam, preferencialmente, negócios com àquelas empresas comprometidas com a sustentabilidade.

Veja bem, Tadeu! É... A ITB, ela tem negócios com várias empresas multinacionais italianas, espanholas e americanas. Nas reuniões, que a gente vinha participando, nós percebemos essa tendência e exigência do mercado, então devido a isso a gente, é...optou por ser signatário do Pacto Global porque isso também é... faz parte aqui do ideal dos donos da empresa de cooperar com as próximas gerações. E, também ir de encontro com exigência e necessidade dos nossos principais parceiros no mundo.

A Fase 1 se caracteriza pela divulgação positiva do município, atração de uma multinacional para um projeto na área de sustentabilidade e reconhecimento da rede apontando como destaque a institucionalização normativa no “Relatório de Destaques 2016 do Programa Cidades”, tudo, decorrente desta participação na agenda internacional.

Quadro 4 – Informações e dados da Fase 1 – Inserção internacional e visibilidade (2016)

Fase 1	
Documentos públicos analisados:	<ul style="list-style-type: none"> - Ofício nº 363/2016 da Prefeitura Municipal de Birigui; - Decreto nº 5.678/2016, que dispõe sobre a institucionalização, o apoio e a divulgação dos princípios do Pacto Global da ONU, no âmbito do município de Birigui; - COE (2016); - Relatório de Destaques 2016 do programa Cidades.
Principais ações constantes do COE (2016)	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto ECO Birigui para instalação de lixeiras ecológicas; - Projeto de Educação Ambiental “Sementes do Bem”; - Realização do JORI/2015 – Jogos Regionais dos Idosos; - Projeto de Agricultura Urbana (Hortas Comunitárias); - Construção do Novo Pronto Socorro Municipal; - Construção do Centro Dia do Idoso.
Relação com o Programa Cidades:	<ul style="list-style-type: none"> - Visita do ex-Prefeito Pedro Felício Estrada Bernabé à Sra. Beatriz Carneiro, diretora executiva da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, no Escritório em São Paulo. - Relacionamento com a Sra. Rosane de Souza, diretora regional do programa Cidades; - Indicação do Decreto nº 5.678/2016 no Relatório de Destaques 2016 do programa Cidades.
Principais características:	<ul style="list-style-type: none"> - Boa receptividade junto à diretoria executiva da Rede Brasil do Pacto Global e à diretora regional do programa Cidades; - Visibilidade positiva com atração de investimentos.

“Fonte: autor”.

4.3.3 Fase 2 – Parcerias, práticas sustentáveis e comprometimento do Município (2017-2018)

Na sequência, após as eleições de 2016, o Prefeito Cristiano Salmeirão inicia o mandato 2017-2020, no mesmo propósito voltado para a ampliação de ações na área da sustentabilidade e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, inaugurando a intitulada Fase 2. Nesta fase observa-se que o município de Birigui demonstra ao programa Cidades a continuidade do seu comprometimento com o Pacto Global. É o que se constata no conteúdo do COE (2018), o Sr. Cristiano Salmeirão no segundo dia de mandato assina a carta-compromisso com o programa Cidades Sustentáveis apontando a proposta de expansão do propósito do desenvolvimento sustentável no município, obtendo também a certificação do CDP *Cities* pelos esforços nesta meta (COE, 2018).

Da mesma forma, o Sr. Cristiano Salmeirão elabora e publica o Decreto nº 5.768 de 14 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a institucionalização da Agenda 2.030 com os 17 ODS da ONU, o apoio e a divulgação no âmbito do município de Birigui, incluindo a assinatura de todos os secretários municipais. Além de uma série de ações desenvolvidas por iniciativa da própria municipalidade nesta Fase 2, destaca-se, logo no início de 2017, após alguns meses de tratativas, uma parceria inédita firmada entre o município de Birigui e o McDonald's assinado no formato de protocolo de intenções, onde a multinacional se compromete a apoiar a cidade em ações voltadas para a área da sustentabilidade, se estendendo para um alinhamento de cumprimento do compromisso assumido pelo município perante o Pacto Global¹³, sendo o referido projeto considerado referência para replicabilidade em outras cidades: Araçatuba, Barueri e Ribeirão Preto¹⁴.

Como consta no COE (2018), a primeira fase da referida parceria foi a implantação do módulo 1, um projeto piloto na área da educação ambiental (ODS4) com duração de seis meses. Nesta iniciativa, o McDonald's incluiu parceiros estratégicos de sua rede relacionamento (ODS17), pois, envolveu o programa Impacta ODS da Aldeia Infantis SOS Brasil juntamente com o Instituto Maurício de Sousa para uso de uma série de gibis da Turma da Mônica, que dissemina os ODS. A partir deste material didático, os alunos de duas escolas da cidade aprenderam de maneira lúdica sobre as metas globais da Agenda 2.030. Em comemoração ao Dia do Meio Ambiente, os alunos do Colégio Zeta e da Escola Municipal "Lucinda Giampetro" apresentaram trabalhos sobre o assunto estudado, culminando com o

¹³ BRACIOLI, Márcio. Birigui vai estreitar programa de sustentabilidade do McDonald's. **Folha da Região**. Ano 44, nº 14054, ISSN 1676-1898. Araçatuba, 3 de jun. de 2017. Economia, p. A8.

¹⁴ ARCOS DORADOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. Programa de Desenvolvimento Sustentável - Birigui. Arcos Dorados. Barueri. 2020. Disponível em <https://sustentabilidade.info/pds-birigui>. Acesso em: 10 nov. 2020.

plântio de mudas de árvores pelos próprios estudantes fornecidas pelo município numa praça próxima ao McDonald's. É relevante registrar também que o evento foi acompanhado por graduandos de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), numa pesquisa de campo sobre o projeto piloto de Birigui referente à disciplina de diplomacia corporativa, também decorrente do relacionamento da multinacional, numa certa similaridade com o modelo Melbourne. O projeto envolveu o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil. Nos anos seguintes, todos os alunos da rede municipal de ensino de Birigui utilizaram os gibis como metodologia de aprendizado dos ODS (ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL, 2020).

Desta parceria, teve como resultado também a elaboração conjunta e união de esforços com outras empresas locais, entre o poder público e a iniciativa privada para a reformulação conceitual e temática dos 17 ODS, no espaço público urbano, a Praça Vergínia R. Archila Galdeano, intitulada a “Praça dos ODS”, com o objetivo de divulgação junto à população local (LOTTO, 2018). O Prefeito Cristiano Salmeirão destaca a “Praça dos ODS” ao relatar a implementação de uma série de ações voltadas para a sustentabilidade.

Nós conseguimos a nossa licença do aterro sanitário através da CETESB, a construção do Parque Ecológico Valdemar Salmeirão, a construção da Praça das ODS, eu não sei, eu acho que vai ser a primeira do mundo, certo, projetos de compensação ambiental com a iniciativa privada. Em âmbito social: ampliação e construção de aproximadamente cinco UBS's novas aqui na cidade de Birigui; apoio aos CRAS, CREAS e escolas municipais. Quando assumimos as escolas municipais não tinham se quer equipamentos de segurança de Corpo de Bombeiros; estamos transformando Birigui numa cidade bilíngue, nós estamos dando oportunidade para as pessoas que não tem condições de pagar o curso de inglês para o filho, que hoje o filho dele que está no primeiro ano letivo, ele tem aula de inglês. Então, nosso objetivo é preparar essa criança, depois esse adolescente para um futuro melhor e nós sabemos que quem vai ganhar é a cidade de Birigui.

De outro lado, na Fase 2, muito embora a falta de contato e interação na cooperação com o programa Cidades, o município implantou uma série de ações sinérgicas com os ODS e os princípios do Pacto Global, manteve seu comprometimento e encaminhou o COE, no prazo determinado. Dessa forma, como signatário do programa Cidades, o município de Birigui buscou ampliar suas ações na área de sustentabilidade, honrar seu comprometimento e cumprir as regras e padrões de comportamento em rede, por meio do envio tempestivo do COE (2018) visando à criação de um ambiente apto à a atuação interdependente como entende Keohane e Nye (2012). É o que se extrai da fala do Prefeito Cristiano Salmeirão sobre a motivação para renovação do COE (2018).

A principal motivação é melhorar a qualidade de vida das pessoas. Nós sabemos que a qualidade de vida, ela é algo difícil de se buscar e nós temos que ter os melhores parâmetros e acredito que, com certeza, as ODS são os melhores parâmetros que o Administrador Público, ele pode ter. Na realidade, é uma “receita de bolo”, que todo o Administrador Público ele deve se utilizar. Nós estamos vendo o Tribunal de Contas já está utilizando, o Tribunal de Justiça já está utilizando e em Birigui, quer sim, quer não, nós estamos fazendo diversas metas, diversas ações que tudo a ver com os preceitos das ODS. Mas também, eu também acredito na Agenda 2030, ou seja, 2030, que é uma estratégia de gestão pública, que foca o desenvolvimento social, humano, ambiental e institucional, sob a ótica da sustentabilidade. Ter a Prefeitura de Birigui como engajada no Programa Cidades e atendendo as pactuações do CNM traz a município uma série de efetivação de políticas públicas voltadas às áreas de intervenção dos ODS, que permite a mim, correto, que permite a mim como Prefeito estar conectado com as melhores práticas mundiais de desenvolvimento sustentável.

O que se retrata nesta fase é a confirmação da parceria com uma multinacional, ações estratégicas na área da sustentabilidade e a renovação do compromisso com o programa Cidades, em consonância com o referencial teórico Keohane e Nye (2012), Castells (2005) e Portugal (2007).

Quadro 5 – Informações e dados da Fase 2 – Parcerias, práticas sustentáveis e comprometimento do Município (2017-2018)

Fase 2	
Documentos públicos analisados:	<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 5.768 de 14 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a institucionalização da Agenda 2.030 com os 17 ODS da ONU, o apoio e a divulgação no âmbito do município de Birigui; - COE (2018).
Principais ações constantes do COE (2018)	<ul style="list-style-type: none"> - Assinatura de Protocolo de Intenções com o McDonald’s (Arcos Dorados), parceria inédita na América Latina concebido como projeto piloto na área de sustentabilidade; - Declaração de Utilidade Pública da maior mata urbana do município com o objetivo de proteção ao meio ambiente; - Implantação da coleta seletiva no município; - O município colabora na reativação da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Birigui (COOPERTRABI); - Criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Birigui (Lei nº 6.405/2017); - Obtenção da licença ambiental do Aterro Sanitário junto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB); - Contratação de Escola particular de Inglês para os alunos de toda a rede municipal, com o objetivo de tornar Birigui, uma cidade bilíngue. - Construção do Parque Ecológico “Valdemar Salmeirão”; - Construção da Praça dos ODS; - Prêmio de Saneamento recebido da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); - Prêmio Selo Verde Azul do Estado de São Paulo;

	- Certificação do CDP <i>Cities</i> pelos esforços e iniciativas em ações de sustentabilidade do ano de 2017.
Relação com o Programa Cidades:	- Aprofundamento crítico da estrutura do programa Cidades; - Renovação do comprometimento.
Principais características:	- Divulgação na grande mídia referente à parceria com o McDonald's; - Ampliação de ações de sustentabilidade promovidas pelo próprio município e reconhecimento público; - Ausência de apoio do programa Cidades para utilização de metodologia para implantação dos 17 ODS, no âmbito do executivo municipal.

“Fonte: autor”.

4.3.4 Fase 3 – Limitações do Programa Cidades e uso de nova metodologia para implementação dos ODS (2019-2020)

Na sequência, é na Fase 3 que o município de Birigui constata as características do *modus operandi* da rede de CTI do programa Cidades, confirmando nesta relação lacunas e uma certa falta de estrutura técnica, tecnológica e de pessoal da organização para colaborar na implementação dos ODS junto aos municípios brasileiros, ocasião em que a municipalidade busca alternativas e uma nova metodologia para o avanço das metas globais.

Em 2017, o TCE-SP e o PNUD firmaram um memorando de entendimento, onde o Tribunal percebeu a convergência entre os quesitos do Índice de Eficiência da Gestão Municipal (IEG-M) criado pela Corte de Contas para avaliação dos gestores públicos com os objetivos globais da Agenda 2030, ocasião em que o Tribunal constitui o “Observatório do Futuro” para auxiliar o Estado e as prefeituras paulistas na implementação dos ODS. Nesse sentido, foram elaborados manuais para apresentar os objetivos globais aos gestores públicos e auxiliá-los na implementação, sendo certo que o citado órgão de controle externo incluiu os ODS na lista de itens a serem fiscalizados por seus auditores. Dos 17 ODS, 9 estão no IEG-M integrando o monitoramento da evolução da Agenda 2030 em todo o Estado de São Paulo. Daí porque, as respostas aos quesitos do IEG-M impactam muitas metas dos ODS e interferem na avaliação da eficiência da gestão do agente político (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

Note-se que mesmo com a ampliação de ações na área de sustentabilidade, bem-estar e busca da melhoria da qualidade de vida da população biriguiense apontadas pelo Prefeito Cristiano Salmeirão, em outubro de 2019, a Segunda Câmara do TCE-SP proferiu acórdão referente às primeiras contas anuais da Prefeitura Municipal de Birigui - exercício 2017. aplicando a média geral de resultado “C+”, considerando em fase de adequação perante os

critérios de avaliação do IEG-M, resultado obtido na média dos municípios paulistas como consta na decisão TC-006825.989.16-3. O referido IEG-M do TCE-SP mede a eficiência das Prefeituras, a partir da fiscalização e análise nas áreas de educação, saúde, gestão fiscal, defesa civil, planejamento, meio ambiente, tecnologia da informação e segurança pública. O índice do TCE-SP qualifica a gestão municipal nas categorias: “A” – Altamente Efetivo, “B+” – Muito Efetiva, “B” – Efetiva, “C+” – Em fase de adequação e “C” – Baixo nível de adequação (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

A partir desse critério de categorização, Birigui foi avaliado pelo TCE-SP, em 2017:

Tabela 1 – Categorias atribuídas ao município de Birigui no IEG-M do TCE-SP de 2017

Município	Ano	I-Educ	I-Saúde	I-Planejamento	I-Fiscal	I-Amb	I-Cidade	I-Gov-TI	IEGM
Birigui	2017	B	B	C	B	B	B+	B+	C+

Fonte: Tabela criada pelo autor a partir dos dados constantes do TC-006825.989.16-3do TCE-SP.

Deve-se observar conforme teor do COE (2020) conjugado com as entrevistas do Prefeito Cristiano Salmeirão e do Presidente da Comissão Municipal, Sr. Eliel Ribeiro, que o Executivo busca justapor todas as ações praticadas pela municipalidade convergentes aos ODS com os respectivos critérios de fiscalização do TCE-SP, para tanto o Prefeito elaborou o Decreto nº 6.472 de 14 de novembro de 2019, criando a Comissão Municipal Executiva, as Coordenações Específicas de Diagnóstico, de Indicadores, de Relatório ou Report e de Engajamento e de Grupos de Trabalho visando à implementação dos ODS da Agenda 2.030.

A Comissão Municipal, por sua vez, visando à implementação dos ODS foi devidamente empossada para início dos seus trabalhos, apresentando ao Alcaide, um parecer quanto ao parceiro estratégico do município e a metodologia a ser aplicada. Desta forma, a Comissão entendeu que, por dificuldades na interação e desafios estruturais técnicos, tecnológicos e de pessoal do programa Cidades, Birigui deveria buscar outra alternativa e vislumbrou na CNM, o apoio, metodologia e tecnologia para avançar nos indicadores e alcançar seus objetivos. O Prefeito Municipal Cristiano Salmeirão acompanhou o entendimento da Comissão para associar-se à CNM para a implementação dos ODS utilizando da metodologia intitulada mandala ODS ou mandala de desempenho (COE, 2020).

Na resposta da entrevista do Prefeito Municipal Cristiano Salmeirão, quando perguntado se o programa Cidades estimulou o desenvolvimento e implementação dos ODS na sua gestão municipal, percebe-se que a informação recebida da Equipe Gestora da Prefeitura referente à série de desafios estruturais da rede de CTI, que impossibilitam a implementação dos ODS, tal relato é determinante para à decisão de associar-se à CNM.

Na verdade, a Equipe Gestora da ODS municipal tem realizado uma estratégia diferente dentro da Agenda 2030, sendo vinculada à CNM e o uso da ferramenta mandala de desempenho de diagnóstico institucional. A Equipe tem reportado a mim, que o programa Cidades tem uma série de desafios estruturais, que impossibilita a condição dos trabalhos e, nesse caso, eu autorizei a Equipe Gestora que criasse outros acessos e Birigui se vinculou à CNM. Isso foi muito importante. Isso foi um passo importante para que pudéssemos expandir toda a nossa experiência de 2018, de 2019 e agora 2020. Então, nós precisaríamos de um órgão que estivesse nos amparando.

O Presidente da Comissão Municipal Executiva, Sr. Eliel Robson Leme Ribeiro, também ratifica este ponto da inexistência de disponibilidade e estrutura do programa Cidades quando questionado de que forma a participação de Birigui nesta rede de CTI, por meio do modelo Melbourne, pode favorecer o Plano de Trabalho desenvolvido pelo órgão colegiado na implementação dos ODS. Tal constatação não se coaduna com o comportamento em rede que deveria ser colaborativo ou cooperativo, como mencionado por Portugal (2007).

[...] Hoje, eu estou como responsável por esta Comissão, fazem parte mais cinco integrantes e quando a gente fala deste modelo Melbourne, que é o da Austrália, a cidade lá que, né, que construiu esse tipo de modelo. É, nós não estamos na Austrália, eu costumo brincar, mas Birigui caminhou muito para o lado das parcerias também. Nós acreditamos que o ODS número 17, ele está dentro da nossa matriz de intervenção. Ele é extremamente essencial para que a gente consiga a consolidação da Agenda. Percebemos também, que quando a gente fala do programa Cidades existe uma série de desafios estruturais relacionados a dar para os municípios o suporte que os municípios precisam. Então, muitas vezes, a gente aciona as pessoas vinculadas ao programa Cidades e, por questões de infraestrutura ou disponibilização de RH, acaba dificultando uma interação maior. Diante desses desafios, continuamos fazendo os report's lá para o programa Cidades, porque é o braço do Pacto Global que se vincula com o governo, porém, a gente criou uma estratégia nova de apoio, que é junto com o CNM, que é a Confederação Nacional dos Municípios, que tem sede em Brasília e tem uma equipe técnica e tem uma estrutura bem segmentada voltada para fazer este apoio para quem está nos municípios. É muito bacana porque além já ter o RH formado, o CNM disponibilizou para nós a mandala dos municípios como uma estratégia de gestão colocada aí em quatro pilares: o institucional, o ambiental, o social e o econômico.

Nesse contexto todo, o Sr. Eliel Ribeiro, de forma profissional, ética e imparcial é assertivo quanto ao relato sobre os desafios de estrutura a serem enfrentados pelo programa Cidades decorrentes de suas limitações para uma melhor relação com o município de Birigui.

É isso mesmo, Tadeu! Devido à falta de recursos aí administrativos, por parte do programa Cidades. Também, eu acho legal mencionar rapidamente, que o programa Cidades está sob a gestão de uma pessoa a nível Brasil, o que dificulta o acesso sempre e dentro da CNM é uma estratégia bacana porque

tem várias pessoas que estão imbuídas com a Agenda. Então, o engajamento é maior.

Diante desta realidade, a Comissão Municipal Executiva realizou reuniões ordinárias, utilizou os manuais referentes aos ODS oferecidos pela CNM, elaborou um planejamento para implementação dos objetivos globais no executivo municipal, incluindo diagnóstico em todas as secretarias municipais, tudo, constituído no Plano de Trabalho PC ODS 01/2020, sendo disponibilizado como instrumento de gestão, a metodologia da mandala ODS (COE, 2020).

Para um melhor entendimento desta metodologia da mandala ODS, vale transcrever trecho do “Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros”, um material elaborado pela equipe técnica da CNM para explicar os objetivos e critérios da mandala ODS, para que os municípios entendam todo o método.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) por meio da iniciativa Articulação de Redes Territoriais (ART) – Pnud-ART, assim como outras entidades nacionais e internacionais, reforçam a necessidade de investir na construção de novas ferramentas de análise que reflitam os grandes temas e permitam monitorar a evolução do desenvolvimento sustentável. Após a Conferência Rio+20, realizada em 2012 no Brasil, 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) construíram coletivamente uma nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável, também chamada Agenda Pós-2015 ou Agenda 2030, cujas metas deverão ser alcançadas pelos países até 2030. Composta por 17 Objetivos e 169 metas, a Agenda 2030 representa uma evolução em relação à Agenda do Milênio, pela sua abrangência e por incorporar os meios de implementação como um objetivo estratégico, transversal. Os objetivos e metas da agenda abordam quatro dimensões: social, econômica, ambiental e institucional. Um dos desafios da Agenda 2030, da qual o Brasil é também signatário, é localizar os seus Objetivos (ODS), o que não implica em simplesmente traduzir as práticas e políticas globais, e sim incentivar e divulgar as boas práticas aplicadas para os Municípios brasileiros. Diante disso, uma força-tarefa da área técnica da CNM selecionou, para as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável, um conjunto de indicadores e está apresentando aos Municípios a sua medida inicial em um gráfico do tipo radar, que foi denominado Mandala. Os critérios de seleção levaram em conta: ter dados disponíveis de bases oficiais por Município com periodicidade de aferição inferior a dois anos. Apesar de não ter sido possível selecionar indicadores para os 17 ODS, a Mandala objetiva demonstrar, de forma simplificada e de fácil visualização, qual o grau de desenvolvimento do Município. As mandalas serão disponibilizadas em plataforma on-line onde será possível comparar a situação do Município com os seguintes parâmetros: média do país, do Estado e de um grupo de Municípios similares. Com isso, a CNM espera apresentar aos gestores no início de seus mandatos a realidade de seus Municípios, e motivá-los a promover ações em áreas “deficientes”. O gráfico está separado em três áreas, representadas por cores. VERMELHO (abaixo do parâmetro), AMARELO (mediano) e VERDE (acima do parâmetro). É importante lembrar que os indicadores estão associados a grandes questões de cada uma das dimensões e devem levar os gestores a um

raciocínio analítico. Assim, essa ferramenta permitirá aos novos gestores incorporarem conceitos modernos e alinhados com os outros países sobre desenvolvimento sustentável e a prática do monitoramento. Os gestores são convidados a fazer uma reflexão sobre o significado desses conceitos e medidas e fazer com que contribuam para influenciar decisões que serão determinantes, tanto para os resultados da gestão que se inicia, como para as futuras gerações do Município. A Agenda 2030 torna-se assim poderosa ferramenta de planejamento, monitoramento e avaliação para os Municípios. Sua estrutura permite a localização de qual ODS a dimensão trabalha, quais os indicadores selecionados, os métodos de cálculos aplicados e fornece um conjunto de perguntas relevantes que nortearão o trabalho dos líderes municipais. (CNM, 2017, p. 126-127).

Em síntese, a mandala ODS da CNM foi constituída por sua área técnica integrando a sua plataforma tecnológica intitulada CiDados. A mandala ODS é um aplicativo útil aos gestores públicos municipais e à sociedade para diagnosticar, monitorar e avaliar o desempenho dos municípios quanto ao alcance dos ODS e da Agenda 2030. A mandala demonstra o nível de desenvolvimento de um município, a partir de 28 indicadores em quatro dimensões: institucional (ODS 17), econômica (ODS8, ODS9, ODS10 e ODS12), social (ODS1, ODS2, ODS3, ODS4, ODS5, ODS7, ODS11 e ODS16) e ambiental (ODS6, ODS13, ODS14 e ODS15).

Na metodologia da mandala há análises estatísticas, que indicam seis grupos de municípios (clusters): Capitais – cluster 0, formado pelas capitais; Grupo 1 – formado por municípios do cluster 1; Grupo 2 – formado pelos municípios do cluster 4; Grupo 3 – formado por municípios dos cluster 2 e 3 com baixo IDH e menos de 50 mil habitantes; Grupo 4 – formado por municípios dos clusters 2 e 3 com baixo IDH e mais de 50 mil habitantes; Grupo 5 – formado por municípios dos clusters 5 com alto IDH e menos de 50 mil habitantes e Grupo 6 – formado por municípios do cluster 5 com alto IDH e mais de 50 mil habitantes. A mandala ODS do município de Birigui, que integra o Grupo 6, referente aos anos 2017, 2018 e 2019 podem ser consultadas de forma completa (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2020).

De se observar que, consta do COE (2020), que a Comissão Municipal Executiva utilizou a referida matriz metodológica e realizou o diagnóstico nas secretarias municipais em 2019 apontando metas para 2020, o qual conforme relato do Sr. Eliel Ribeiro, foi prejudicada em razão da pandemia da Covid-19. Porém, o município de Birigui evoluiu na implementação dos ODS ao se comparar o seu Relatório da mandala ODS de 2019¹⁵ da CNM com o

¹⁵CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Relatório Consolidado da Mandala 2019 de Birigui-SP. Assessoria Internacional da CNM, Brasília, 2020. Disponível em: <https://cidados.cnm.org.br/mandala/exportar/ano/2019>. Acesso em: 6 out. 2020.

Relatório de 2017¹⁶.

Em 2020, o propósito do município de Birigui voltado para os ODS se evidencia também na articulação com o setor privado junto à ACIB e o SINBI, divulgando os objetivos globais e estimulando as empresas biriguienses a assumirem o compromisso e se tornarem novas signatárias do Pacto Global, a fim de que a implementação dos ODS se irradie pelo setor produtivo da cidade¹⁷.

No mesmo passo, a municipalidade também assume o papel de protagonista em plena pandemia da Covid-19 ao formar um grupo multissetorial (iniciativa privada, instituições de ensino e sociedade civil) que lança o projeto “União à Saúde” com a finalidade de arrecadação de cestas básicas para pessoas em vulnerabilidade, doações de equipamentos de proteção individual (viseiras acrílicas) destinadas aos profissionais da saúde e campanha do agasalho. Neste projeto, a iniciativa envolve aproximadamente 60 corporações, as quais elegem as metas dos ODS1, ODS3, ODS10 e ODS17, irradiando o comportamento cooperativo por toda a cidade visando minimizar os efeitos sociais danosos causados pelo coronavírus¹⁸.

Portanto, a Fase 3 se constitui pela constatação de ausência de estrutura do programa Cidades para cooperar com eficácia com o município, mesmo com a busca reiterada de contato pela municipalidade; criação de uma Comissão Municipal Executiva para implementação dos ODS; parceria com a CNM para aplicação da metodologia da mandala ODS; protagonismo na liderança da articulação local para ampliação de signatários e reunião dos segmentos da cidade para lidar com os reflexos da pandemia.

Quadro 6 – Informações e dados da Fase 3 – Limitações do programa Cidades e uso de nova metodologia para implementação dos ODS (2019-2020)

Fase 3	
Documentos públicos analisados:	- Acórdão do TCE-SP (TC-006825.989.16-3) referente às contas anuais do exercício de 2017; - Decreto nº 6.472 de 14 de novembro de 2019, que cria a Comissão Municipal Executiva, as Coordenações Específicas de Diagnóstico, de Indicadores, de Relatório ou Report e de Engajamento e de Grupos de Trabalho visando à

¹⁶ Idem. Relatório Consolidado da Mandala 2017 de Birigui-SP. Assessoria Internacional da CNM, Brasília, 2020. Disponível em: <https://cidados.cnm.org.br/mandala/exportar/ano/2017/uf/SP/codIbge/3506508/codMunicipio/3633>. Acesso em: 6 out. 2020.

¹⁷ BIRIGUI. Cinco empresas de Birigui se tornam oficialmente signatárias do Pacto Global da ONU. Assessoria de Imprensa. Birigui, SP: Prefeitura Municipal de Birigui, 20 mar. 2020. Disponível em: http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/noticias/noticias_detalhes.php?id_noticia=7367. Acesso em: 7 ago 2020.

¹⁸ Idem. “União à Saúde” segue o Pacto Global da ONU e ajuda a construir um município (e mundo) melhor. Assessoria de Imprensa. Birigui, SP: Prefeitura Municipal de Birigui, 16 abr. 2020. [2020]. Disponível em: http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/noticias/noticias_detalhes.php?id_noticia=7441. Acesso em: 7 ago 2020.

	implementação dos ODS da Agenda 2.030; - COE (2020).
Principais ações constantes do COE (2020)	<ul style="list-style-type: none"> - Em 2019, o município de Birigui torna-se associado à CNM e utiliza a metodologia da mandala ODS para a implementação no âmbito do executivo municipal; - Participação ativa, por meio de reuniões, da Comissão Municipal Executiva para implementação dos ODS; - Elaboração do Plano de Trabalho PC ODS 01/2020; - Coordenação do diagnóstico e implantação da metodologia junto às Secretarias Municipais; - Desfile do aniversário do município em 8 de dezembro com o tema: “Birigui: Uma cidade sustentável”, destacando os 17 ODS e divulgado no site da CNM¹⁹; - Realização no município de Birigui de Seminário sobre os 17 ODS com a participação de uma representante da Rede Brasil do Pacto Global da ONU²⁰.
Relação com o Programa Cidades:	<ul style="list-style-type: none"> - Definição da ausência de estrutura do programa Cidades do Pacto Global da ONU para atendimento do município na implementação dos 17 ODS; - Renovação do comprometimento.
Principais características:	<ul style="list-style-type: none"> - Várias ações de sustentabilidade promovidas pela própria Prefeitura; - Julgamento das Contas da Prefeitura Municipal de Birigui referente ao Exercício de 2017 pelo TCE-SP, obtendo a média geral de resultado “C+” no IEG-M; - Associação com a CNM, que oferece apoio e estrutura para a implementação dos 17 ODS, no âmbito do executivo municipal; - Articulação local para ampliação de signatários; - Liderança do município no projeto “União à Saúde” para lidar com os efeitos da pandemia da Covid-19.

“Fonte: autor”.

Como se observa, o cerne da questão cinge-se à constatação da dificuldade de Birigui no atendimento e disponibilização à municipalidade das ferramentas, minuciosamente detalhadas na seção anterior, relatada pela ausência de estrutura técnica e tecnológica de apoio do programa Cidades. Por consequência, conforme informações colhidas, independentemente desta realidade, o município manteve o propósito de implementação dos ODS no âmbito do executivo. Isso levou à associação de Birigui à CNM e uso da metodologia da mandala ODS, por meio da plataforma tecnológica CiDados.

O que se descortina na relação constituída entre o município de Birigui com o

¹⁹ Idem. Ao comemorar 108 anos, Birigui (SP) se reforça como cidade sustentável. Agência CNM de Notícias com informações da Prefeitura de Birigui. Brasília, 11 dez. 2019. [2019]. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/parana-e-onu-firmam-acordo-para-projetos-sustentaveis>. Acesso em: 6 out. 2020.

²⁰ Idem. Seminário discutiu sobre “Os diferentes atores na construção da agenda 2030 da ONU. **Assessoria de Imprensa**. Birigui, SP: Prefeitura Municipal de Birigui, 20 dez. 2020. [2020]. Disponível em: http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/noticias/noticias_detalhes.php?id_noticia=7188. Acesso em: 7 ago 2020.

programa Cidades, de acordo com o conjunto do material coletado, é que muito embora tenha sido realizada a instalação de dois escritórios regionais no Brasil, o alcance e a efetividade desta cooperação em rede de CTI não foi satisfatória, pois, inexistente uma estrutura apta ainda, para oferecer as ferramentas para implementação dos ODS numa escala maior para o grande número de governos municipais brasileiros. Contudo, tal fato comparado com a participação ativa, pontual e decisiva do escritório regional do programa Cidades de Curitiba junto às cidades do sul do Brasil, contrasta com a seleção de onze municípios paranaenses no City Partnerships Challenge 2018, como mencionado na sub-seção anterior. Daí porque, embora a conquista para essas cidades do Paraná, esse resultado ainda é muito incipiente num universo de mais de cinco mil municípios brasileiros, ou seja, a cooperação em rede deve ocorrer com os signatários de todo o país, não só com as cidades sulistas.

Neste passo, Neves (2010) argumenta que na sociedade do conhecimento deve haver a produção, distribuição e uso eficaz do conhecimento para a produção do desenvolvimento, tal procedimento poderia ter sido melhor aplicado pelo programa Cidades junto ao município de Birigui, considerando o conteúdo constituído pelo modelo Melbourne, City Scan e City Partnerships Challenge.

O aspecto mais valioso na produção do conhecimento não é o investimento em capital físico, mas, acima de tudo, o investimento em ativos incorpóreos: capital humano, capital de conhecimento e capital social. Na sociedade do conhecimento, as atividades sociais são particularmente orientadas para a produção, distribuição e uso eficaz do conhecimento, o que permite criar e produzir novas ideias, conceitos, processos e produtos, e traduzi-los em valor econômico e riqueza. Por outro lado, a sociedade do conhecimento é também uma sociedade de aprendizagem, onde existe uma forte prioridade associada à aprendizagem e ao “aprender a aprender”, o que condiciona a sustentabilidade do processo. (NEVES, 2010, p. 14).

Dessa maneira, o que se revela é que diante da tecnologia existente, onde há pelo menos uma década se trata do tema “Cidades Inteligentes”, e atualmente já se avança para “Cidades Mais Inteligentes”; o programa Cidades, no cumprimento de seu objetivo, poderia implantar sistemas tecnológicos modernos a serviço da sustentabilidade para oferecer as ferramentas e conhecimento que possui na implementação dos ODS junto aos municípios brasileiros, tal qual a CNM fez com a mandala ODS, por meio da plataforma tecnológica CiDADOS. Nesse sentido, destaca Castro (2019) quanto à relevância de sistemas inteligentes e uso da tecnologia para impulsionar os ODS nas cidades.

Quando analisados como um todo, os ODS são um chamado universal para a

ação contra a pobreza, proteção do planeta, paz e prosperidade. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são impulsionados pelas *SmartCities*, uma vez que uma Cidade Mais Inteligente tem como principal missão a melhoria da qualidade de vida da população. (CASTRO, 2019, p. 11).

Da mesma forma, há a necessidade de que a disrupção tecnológica integre a agenda política para que seja capaz de auxiliar as redes de CTI, na reconfiguração de todo o sistema ambiental do planeta e implementação dos ODS, por meio da biotecnologia e da tecnologia da informação (HARARI, 2018).

De outro lado, a perspectiva sob a ótica do programa Cidades quanto aos fatos relatados pelos representantes do município de Birigui sobre a limitação de estrutura da organização internacional, restou prejudicada. De fato, a ausência de entrevistados pertencentes ao programa Cidades, impossibilitou a confrontação de argumentos, onde as seguintes perguntas ficaram sem respostas: a) como o programa Cidades pretende ampliar sua atuação junto aos municípios brasileiros? e b) como os municípios brasileiros podem obter maiores ganhos (parcerias, recursos financeiros, capacitações, etc), por meio do programa Cidades do Pacto Global da ONU?

4.3.5 Análise de conteúdo

Diante de tudo que foi relatado, o aporte do conteúdo que foi discutido teoricamente quanto à cooperação técnica internacional com relação ao papel das redes de cidades, a lógica de funcionamento da ordem mundial globalizada e à dinâmica da interdependência complexa. Adicionalmente, conjugado com a análise das entrevistas, das notas por escrito, dos sites institucionais e dos documentos públicos verificou-se as características pontuais da relação de um município brasileiro numa rede de CTI, o programa Cidades, quanto aos dois seguintes objetivos específicos abaixo:

- i) Detalhar os mecanismos e as etapas do modelo Melbourne aplicadas no município de Birigui, na implementação dos princípios do programa Cidades do Pacto Global da ONU e dos 17 ODS e;
- ii) Identificar os efeitos da cooperação internacional entre o programa Cidades do Pacto Global da ONU e o município de Birigui na dimensão institucional e ambiental, de modo a poder abalzar a hipótese levantada no presente trabalho.

Em relação ao item i), o que se observa é uma formação incipiente de parcerias (ODS17) do município de Birigui no início da referida cooperação, que durante o mandato 2017-2020 se amplia com os segmentos locais com foco nos ODS. De fato, a municipalidade acaba por desenvolver algumas práticas convergentes de articulação, mas, não incorpora de forma institucional o conceito e a metodologia do modelo Melbourne com o apoio do programa Cidades para a implementação dos 17 ODS. Isto se reflete nas características distintas de cada fase analisada. Na Fase 1, a partir da entrevista do Sr. Pedro Felício Estrada Bernabé, o que se destaca é a visibilidade positiva decorrente do compromisso assumido com o programa Cidades, o qual atrai uma parceria com uma grande multinacional, o McDonald's. Na Fase 2, o município publica um decreto visando à institucionalização dos ODS no âmbito do executivo e firma um protocolo de intenções com a referida multinacional, realizando conjuntamente algumas práticas sustentáveis. Já na Fase 3, conforme o teor das três técnicas de coletas de dados, o município se aproxima de parceiros locais, os quais se tornam novos signatários do Pacto Global e colaboram com a cidade durante a pandemia da Covid-19, no ano de 2020.

Quanto ao item ii), na identificação dos efeitos da cooperação internacional entre o programa Cidades e o município de Birigui na dimensão institucional e ambiental, o que se constata é que analisando o teor de todo o material coletado, na Fase 1 há uma expectativa institucional ampliada para uma articulação e projeção internacional decorrente das ações já desenvolvidas na área da sustentabilidade com o início de uma atuação em uma rede de CTI de forma paradiplomática. Na Fase 2, há um aprofundamento crítico quanto à real estrutura desta rede – programa Cidades, o qual inibe um maior relacionamento institucional do programa com o município. Independente desta circunstância, Birigui mantém seu comportamento cooperativo e seu propósito nas ações voltadas para a implementação dos ODS. Na Fase 3, o município cumpre seu compromisso institucional tal qual na fase anterior e envia o COE (2020) para se manter vinculado ao programa com ações concretas em sustentabilidade, porém, ante a estrutura técnica e o comportamento da rede de CTI, se associa à CNM como parceiro estratégico.

Finalmente, é possível considerar que no recorte do período delimitado da pesquisa (2016-2020), Birigui buscou aplicar e oferecer uma boa governança, pois está avançando no alcance das metas dos objetivos globais. No entanto, a participação do programa Cidades não foi a razão determinante para a conquista do município no propósito da implementação dos ODS. A cooperação internacional com o programa Cidades proporcionou, sim, parcerias com

a iniciativa privada (ODS17) e o senso de comprometimento do município para o envio do COE, no prazo determinado pela rede de CTI, constando as ações de boas práticas sustentáveis. No entanto, Birigui não institucionalizou o modelo Melbourne e tão pouco se utiliza do City Scan ou participa do City Partnership Challenge, seja pela eventual customização dos serviços das ferramentas ou pela relatada falta de estrutura do programa Cidades. Por conseguinte, ao não encontrar o apoio necessário na rede de CTI, o município manteve seu comportamento cooperativo em rede para alcançar suas metas junto aos ODS, por meio da CNM, o que caminha em sentido contrário à hipótese levantada neste trabalho.

5 CONCLUSÃO

Neste presente trabalho buscamos avaliar em que medida a maior implementação de ações e práticas sustentáveis em governos locais relaciona-se com a expansão de cooperações internacionais a partir de estratégias de presença local de instituições promotoras globais. Mais especificamente, como foi a relação da rede de CTI, o programa Cidades do Pacto Global da ONU, da qual Birigui é signatário, na implementação dos 17 ODS no âmbito da municipalidade. Este objetivo é consequência da verificação de que os governos subnacionais, notadamente, os municípios estão ampliando suas participações em redes de CTI nas últimas décadas visando ao desenvolvimento sustentável e a busca de recursos para suas localidades, fato que não passa despercebido como novos atores no sistema internacional.

Inicialmente, procuramos contextualizar o tema desta pesquisa com o aporte teórico que fundamenta e estimula a inserção dos governos locais na atuação em redes de CTI. Nesse sentido, posicionamos o debate quanto ao fenômeno da globalização nas mudanças das funções dos Estados-nacionais, descentralizando e possibilitando a atuação dos governos locais na esfera internacional, juntamente registramos a relevância do conceito de interdependência complexa de Keoane e Nye (2012). Adicionalmente, resgatamos a importância dos regimes internacionais para o regramento e previsibilidade dos comportamentos nas relações desses atores internacionais.

Posteriormente, apresentamos o conceito de paradiplomacia e como se processa a inserção internacional dos governos subnacionais com seus motivos pelo quais eles buscam a internacionalização. O que se revelou foi que conforme a agenda internacional escolhida, vários entes municipais brasileiros adentram no cenário internacional buscando geralmente interesses voltados para o desenvolvimento sustentável, investimentos estrangeiros, integração regional, transferência de tecnologia, entre outros. Ao mesmo tempo, demonstramos o avanço da interpretação jurídica quanto à legitimidade da atividade paradiplomática. O Direito Internacional Público possui uma tendência pela definição expressa no texto constitucional quanto à inserção internacional dos entes subnacionais. Porém, a Constituição Federal de 1988 conferiu o *status* federativo aos municípios e apoiada na rejeição da PEC da Paradiplomacia, evidenciou-se a interpretação que permite a atuação internacional dos governos locais, no limite das respectivas competências, sem a necessidade de se emendar expressamente o texto constitucional para esse fim.

Ainda na terceira seção, discorremos em relação às redes de CTI, uma das estruturas mais utilizadas pelas cidades para atuarem conjuntamente na resolução de problemas urbanos locais. Num primeiro plano, debatemos o conceito de redes apresentado por Castells (2005) e examinamos a qualificação do comportamento em rede como colaborativo ou cooperativo apresentado por Portugal (2007). Neste momento, indicamos a relevância dos pontos citados para a melhor compreensão do mecanismo do programa Cidades, braço governamental do Pacto Global, pois a iniciativa se apresenta como uma organização que atua em rede. Na sequência, mencionamos como as redes de CTI são estruturadas, com essa meta citamos a rede CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos), que é considerada a maior rede global de cidades. Por derradeiro, descrevemos o princípio constitucional e os tipos conceituais de CTI, examinando também sua natureza no sistema ONU.

Em seguida, na quarta seção, descrevemos o programa Cidades do Pacto Global da ONU com sua origem, finalidade, área de atuação, métodos e ferramentas; para tanto, apresentamos a constituição do Pacto Global e destacamos no programa Cidades, o modelo Melbourne, o City Scan e o City Partnerships Challenge. O objetivo desse detalhamento da plataforma desta rede de CTI foi demonstrar a sua aplicabilidade em outras cidades ao redor do mundo e as possibilidades de atuação dos municípios brasileiros, notadamente, na implementação dos 17 ODS. Registramos as evidências reveladas no “Relatório Anual do Progresso do Pacto Global 2020”, as quais descortinam a realidade crítica do cumprimento das metas globais pelo setor corporativo e a necessidade de maior mobilização de todos os segmentos para alcance desse compromisso até 2030. Essa informação se apresenta como um norte de engajamento aos governantes, “CEO’s” dos governos locais brasileiros para a concretização deste propósito, que pode ser numa atuação cooperativa em rede.

Na quarta seção realizamos também a conexão e avaliação da relação do programa Cidades com o município de Birigui na implementação dos 17 ODS no governo local. A partir da análise de conteúdo de Bardin (2009) foi possível aferir, no período pesquisado, que o município de forma comprometida ampliou suas ações e práticas sustentáveis e buscou a implementação dos ODS. Contudo, esse comprometimento de Birigui com os objetivos globais não decorre da participação ativa da rede de CTI do programa Cidades, pois, o município não encontrando a estrutura e amparo junto à referida instituição, buscou associar-se à CNM, que possui um departamento técnico e tecnológico consolidado nesta área, utilizando a metodologia da mandala ODS, para a continuidade efetiva do seu propósito.

Devemos registrar que a participação de Birigui no programa Cidades, principalmente através da percepção de credibilidade da referida rede de CTI gerou uma projeção nacional e

internacional do governo local, conforme apresentado pelo ex-prefeito municipal, especificamente na parceria firmada de um projeto piloto na área de sustentabilidade com uma grande multinacional, o McDonald's; o que atraiu investimentos de outras empresas, movimentou a economia local e tornou-se referência para replicabilidade em outras cidades. No entanto, o objetivo central da pesquisa não foi alcançado, pois, o programa Cidades não teve atuação como razão determinante para a implementação dos ODS no âmbito municipal.

A partir deste exame, não se pode deixar de mencionar a constatação de que as redes de CTI por si só não possuem a capacidade e atribuição legal de resolução dos problemas complexos urbanos dos governos locais. Porém, podemos admitir que a ação em rede e de forma cooperativa são as principais características de uma organização desta natureza para colaborar nas políticas públicas que o governo local deve executar.

Da mesma forma, o município de Birigui não possui uma estrutura organizacional própria para as relações internacionais. Diante disso, propomos à municipalidade uma avaliação administrativa da experiência com o programa Cidades para análise dos pontos de expansão e retração visando futuros estudos para criação de uma secretaria ou assessoria para um melhor aproveitamento da atuação em rede, como também buscar a ampliação capacitada da área de influência do município em redes de CTI e auxílio na obtenção de recursos internacionais, ainda mais considerando o cenário de escassez de recursos decorrentes da pandemia da Covid-19 para o próximo mandato.

Por fim, com fundamento na análise de conteúdo do presente trabalho é possível aferir que as redes necessitam realizar algumas mudanças estratégicas, metodológicas e tecnológicas para realizar um recorte de atuação, a fim de que sejam efetivas em seu domínio e se tenha uma real democratização de acesso e oportunidades no âmbito das redes. Há alguns elementos que devem ser alterados e repensados para que as redes tenham maior eficácia em suas atividades e, principalmente, àquelas que possuem o compromisso com a Agenda 2030 possam cooperar na implementação dos ODS nos municípios, nesta próxima década, com o uso inteligente da tecnologia da informação, tornando-se o catalizador deste processo. Isto é muito relevante, a fim de que esse propósito, o cumprimento das metas até 2030, não venha a se tornar uma falácia com a criação de novas metas a cada 15 anos (ODM-2000) e (ODS-2015). Ao contrário, a pandemia da Covid-19 demonstrou a todos os setores da sociedade local e global, que os ODS devem fazer parte do novo normal para a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos nas cidades e do nosso planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira**. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília. 2012. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/>. Acesso em: 4 ago. 2020.

ARRIGHI, Giovanni. Globalização e macrossociologia histórica. **Revista de Sociologia e Política**. Vol. 20. jun. de 2003. Curitiba, p. 13-23.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Mundo Globalizado: Política, Sociedade e Economia**. 2ª ed. Contexto. São Paulo. 2011. p. 34.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, LDA. Lisboa, Portugal. 2009.

BIDERMAN, Rachel. Mudanças Climáticas Globais e Políticas Públicas no Nível Subnacional. **Cadernos Adenauer XIII**, n. 1. Rio de Janeiro. 2012.

BIRIGUI. **Decreto nº 5.678 de 13 de setembro de 2016**. Dispõe sobre a institucionalização, o apoio e a divulgação dos princípios do Pacto Global da ONU, no âmbito do município de Birigui. Birigui: Prefeitura Municipal, [2016]. Disponível em: http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/control/arquivo/decreto_5.678.pdf. Acesso em: 6 nov. 2019.

_____. **Decreto nº 5.768 de 14 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre a institucionalização da Agenda 2030 com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas, o apoio e divulgação, no âmbito do município de Birigui. Birigui: Prefeitura Municipal, [2017]. Disponível em: http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/control/arquivo/decreto_5.768.pdf. Acesso em: 7 set. 2020.

_____. **Lei nº 6.405 de 4 de agosto de 2017**. Institui o Fundo Municipal de Meio Ambiente do Município de Birigui e dá outras providências. Birigui: Câmara Municipal, [2017]. Disponível em: http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/control/arquivo/lei_6.405.pdf. Acesso em 3 fev. 2020.

_____. **Decreto nº 6.472 de 14 de novembro de 2019**. Cria a Comissão Executiva, as Coordenações de diagnóstico, de indicadores, de relatório ou report e de engajamento e dos Grupos de Trabalho visando à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Birigui: Prefeitura Municipal, [2019]. Disponível em: https://dosp.com.br/exibe_do.php?i=ODQzMTQ=. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Secretaria Municipal de Gabinete. **Ofício nº 363 de 9 de maio de 2016**. Birigui, SP: Prefeitura Municipal de Birigui, 9 mai. 2016. [2016]. Disponível em: https://s3-us-west-2.amazonaws.com/ungc-production/commitment_letters/84951/original/of%C3%ADcio_363-2016_-_ONU.PDF?1462823482. Acesso em: 5 dez. 2019.

_____. Secretaria Municipal de Gabinete. **Comunicado de Engajamento (2016)**. Birigui, SP: Prefeitura Municipal de Birigui, ago. 2016. [2016]. Disponível em:

<https://citiesprogramme.org/wp-content/uploads/2019/10/birigui-projects.pdf>. Acesso em: 5 out 2020.

_____. Secretaria Municipal de Gabinete. **Comunicado de Engajamento (2018)**. Birigui, SP: Prefeitura Municipal de Birigui, 22 fev. 2018. [2018]. Disponível em: https://s3-us-west-2.amazonaws.com/ungc-production/attachments/cop_2018/461337/original/Comunica%C3%A7%C3%A3o_de_Comprometimento-Birigui.pdf?1519773199. Acesso em: 5 mai. 2020.

_____. Secretaria Municipal de Gabinete. **Comunicado de Engajamento (2020)**. Birigui, SP: Prefeitura Municipal de Birigui, jan. 2020. [2020]. Disponível em: https://ungc-production.s3.us-west-2.amazonaws.com/attachments/cop_2020/482247/original/COE_2017_-_2019.pdf?1578925767. Acesso em: 13 jun. 2020.

_____. Seminário discutiu sobre “Os diferentes atores na construção da agenda 2030 da ONU. **Assessoria de Imprensa**. Birigui, SP: Prefeitura Municipal de Birigui, 20 dez. 2019. [2019]. Disponível em: http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/noticias/noticias_detalhes.php?id_noticia=7188. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Cinco empresas de Birigui se tornam oficialmente signatárias do Pacto Global da ONU. **Assessoria de Imprensa**. Birigui, SP: Prefeitura Municipal de Birigui, 20 mar. 2020. [2020]. Disponível em: http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/noticias/noticias_detalhes.php?id_noticia=7367. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. “União à Saúde” segue o Pacto Global da ONU e ajuda a construir um município (e mundo) melhor. **Assessoria de Imprensa**. Birigui, SP: Prefeitura Municipal de Birigui, 16 abr. 2020. [2020]. Disponível em: http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/noticias/noticias_detalhes.php?id_noticia=7441. Acesso em: 14 mai. 2020.

BONATO, Heitor. **The United Global Compact: Estudo de Caso na Ericsson do Brasil**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós – Graduação de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27502/000765023.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 mar. 2020.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y Global: La gestión de las ciudades em la era de la información**. Taurus. Buenos Aires, Argentina. 1997.

BRACIOLI, Márcio. Birigui vai estreitar programa de sustentabilidade do McDonald’s. **Folha da Região**. Ano 44, nº 14054, ISSN 1676-1898. Araçatuba, 3 de jun. de 2017. Economia, p. A8.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. **Lei nº 13.291 de 4 de dezembro de 2019.** Institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13921.htm. Acesso em: 15 mai. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **Parecer da Proposta de Emenda à Constituição nº 475 de 2005.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2006]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D0D042BBB8FD5F292396482DE3FA8A0C.proposicoesWebExterno2?codteor=388392&filename=Tramitacao-PEC+475/2005. Acesso em: 5 jun. 2020.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Presidência da República. **Programa de Cooperação Descentralizada Sul-Sul.** Brasília, [2012]. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/saf-projetos/publicadas-novas-diretrizes-do-programa-de-cooperacao-tecnica-descentralizada-sul-sul>. Acesso em: 5 jun. 2020

CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Fatores críticos de sucesso no processo de formação, desenvolvimento e manutenção de redes interempresariais do tipo agrupamento industrial entre pequenas e médias empresas:** Um estudo comparativo de experiências brasileiras. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001. 328p

CAPELLO, Roberta. **The city network paradigm: measuring urban network externalities.** Urban Studies, vol. 37, n. 11, 2000, p. 1925-1945.

CARDARELLO, Antonio; RODRIGUES, Jorge. **Las redes de ciudades como herramienta privilegiada para la gestión de cooperación descentralizada.** Analisis de la Cooperación Descentralizada Local. Observatório de la Cooperación Descentralizada Unión-Europea-América Latina. [s;i].

CARRINO, Luciano. **Cooperación descentralizada, participación y desarrollo humano.** Proyecto Solaria. Curso de Actualización, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. vol. 1. 7ª ed. Editora Paz e Terra. São Paulo, 2005.

CASTRO JÚNIOR, Renato de. **A Cidade Startup:** uma nova era de cidades mais inteligentes. Lura Editoração Eletrônica LTDA, São Caetano do Sul, 2019, 207p.

COMMITTEE FOR MELBOURNE. **UtilityDebitSpiral.** Committee for Melbourne. Melbourne, Austrália. 2004. 254p. Disponível em: https://citiesprogramme.org/wp-content/uploads/2019/10/2004_11_01-Committee-For-Melbourne_Utility-debt-spiral.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Mandala ODS da CNM auxilia Birigui (SP) no planejamento de ações. **Agência CNM de Notícias,** Brasília, 25 nov. 2018. [2018]. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mandala-ods-da-cnm->

auxilia-birigui-sp-no-planejamento-de-acoes-sustentaveis. Acesso em: 6 out. 2020.

_____. Paraná e ONU firmam acordo para projetos sustentáveis. **Agência CNM de Notícias**, Brasília, 13 nov. 2018. [2018]. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/parana-e-onu-firmam-acordo-para-projetos-sustentaveis>. Acesso em: 6 out. 2020.

_____. Ao comemorar 108 anos, Birigui (SP) se reforça como cidade sustentável. **Agência CNM de Notícias com informações da Prefeitura de Birigui**. Brasília, 11 dez. 2019. [2019]. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/parana-e-onu-firmam-acordo-para-projetos-sustentaveis>. Acesso em: 6 out. 2020.

_____. Relatório Consolidado da Mandala 2017 de Birigui-SP. **Assessoria Internacional da CNM**, Brasília, 2020. Disponível em <https://cidados.cnm.org.br/mandala/exportar/ano/2017/uf/SP/codIbge/3506508/codMunicipio/3633>. Acesso em: 06 out. 2020.

_____. Relatório Consolidado da Mandala 2019 de Birigui-SP. **Assessoria Internacional da CNM**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://cidados.cnm.org.br/mandala/exportar/ano/2019>. Acesso em: 6 out. 2020.

CONTI, D. M.; VIEIRA, V. L. R. (Org.). **O futuro das cidades: sustentabilidade, inteligência urbana e modelos de viabilidade utilizando PPPs e concessões**. 1 ed. São Paulo: CD.G: 2020. v.500, p. 338. *E-book*.

CRUZ, Adriana. USP inaugura Escritório da ONU no campus de São Paulo. **Jornal da USP**. São Paulo, 25 out. 2017. [2017]. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/usp-inaugura-escritorio-da-onu-no-campus-de-sao-paulo/>. Acessado em 05.10.2020.

DESSOTI, F. R. **Rede Mercocidades na Cooperação Descentralizada: Limites e Potencialidades**. Tese de Doutorado, Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3326/1/Fabiana%20Rita%20Dessotti%20Pinto.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2020.

DI SENA JUNIOR, Roberto. **Poder e Interdependência: Perspectivas de Análise das Relações Internacionais na Ótica de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye**. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI, Arno Jr. (org.). **Relações Internacionais: Interdependência e Sociedade Global**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí. 2003, p. 179-210.

DOMÈNECH, Rafael B. **Redes de ciudades y externalidades**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia Aplicada da Universidade Autônoma de Barcelona. Barcelona, Espanha. 2003.

DUCHACEK, Ivo D. **Perforated Sovereignities: Towards a typology of new actors in international relations**. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and International Relations: the role of subnational units**. Oxford University Press, Nova Iorque, Estados Unidos da América, 1990.

ESTIGARRIBIA, Juliana. O que muda com as novas metas de sustentabilidade para remuneração na Vale. **Revista Exame**, 14 mai. 2020. [2020]. Disponível em: <https://exame.com/negocios/o-que-muda-com-as-novas-metas-de-sustentabilidade-para-remuneracao-na-vale/>. Acesso em: 5 out. 2020.

ESTRE, Felipe Bernardo. Governança Global para quem? Discussões a partir da obra de Robert Keohane. **6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais**. 25 a 28 de julho. [2017]. Instituições e Regimes Internacionais. Belo Horizonte. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/37266798/Governan%C3%A7a_global_para_quem_Discuss%C3%B5es_a_partir_da_obra_de_Robert_Keohane. Acesso em: 29 out. 2020.

GALDINO, Carolina Ferreira. **Nasce um Estado: a construção do Timor Leste**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós -Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). São Paulo, 2005. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96020/galdino_cf_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 3 set. 2020.

GAMBINI, Priscila T. H. **Municípios Brasileiros na Rede Mercocidades: Segurança Jurídica às Ações Internacionais**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Santos. Santos, 2008.

GAYARD, Nicole A. **Paradiplomacia na cidade de São Paulo: uma análise empírica da inserção internacional do município**. Relatório Científico Projeto: Gestão Pública e Inserção Internacional das Cidades. CEDEC, PUC e UNESP. São Paulo, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. Editora Unesp. São Paulo. 1991, p. 69-70.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas, 4 ed., São Paulo. 1994. p. 207.

_____. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **About GRI**. Global Reporting Initiative. Amsterdã, Holanda. 2020. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/>. Acesso em: 6 out. 2020.

HARARI, Yuval Noah. O antídoto para a epidemia não é a segregação, mas a cooperação. **Revista Time**, Nova York. 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5264386/mod_resource/content/1/Texto-Harari.pdf. Acesso em: 9 nov. 2020.

_____. **21 Lições para o Século XXI**. 1ª ed. Companhia das Letras. São Paulo. 2018, p. 26.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2001, p. 34-35.

HOCKING, Brian. **Regionalismo: Uma perspectiva das relações internacionais**. In:

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; (orgs.). A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; EDUSP, 2004, p. 77-108.

HOFMEISTER, Wilhelm. **40 Anos - 1969-2009: Política, Sociedade, Cooperação Internacional**. Rio De Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. Print.

IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 8, n. 21, FapUNIFESP (SciELO) São Paulo, ago. 1994, p.147-163. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141994000200009>.https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 18 de dez. 2019.

_____. **Teorias da globalização**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1998.

_____. **A Sociedade Global**. Civilização. Rio de Janeiro. 1999, p. 85-87.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama. Birigui. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2020. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/birigui/panorama>. Acesso em: 28 abr. 2020.

KEATING, Michael. **Regiones y asuntos internacionales: motives**, oportunidades y estratégia sin: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo (orgs.). A dimensão subnacional e as relações internacionais. Editora PUC/Editora UNESP/CEDEC/FAPESP. São Paulo. 2004, p. 49-75.

KEOHANE, Robert. O.; NYE, Joseph. S. **Power and Interdependence**. 4. ed. Longman. Nova Iorque, Estados Unidos da América. 2012.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony**. Princeton University Press. Princeton, Estados Unidos da América. 1984.

KEOHANE, Robert O. **International Institutions: Two Approaches**, International Studies. Quartely 32, dezembro 1988, p.383.

_____. **International Institutions: Two Approaches**. In: International Institutions and State Power: Essays in International Relations. Westview Press, 1989. Cap. 7. Boulder, Estados Unidos da América. 1989. p. 158-179.

_____. **International Institutions: Can Interdependence Work?**, Foreign Policy, nº 110, Special Edition: Frontiers of Knowledge, pp. 82-96, 1998.

KRASNER, Stephen D. **International Regimes**. Cornell University Press, Nova Iorque, Estados Unidos da América. 1983.

_____. Compromising Westphalia in HELD, David and McGREW, Anthony. **The Global Transformation Reader**. Polity Press. Cambridge, Estados Unidos da América. 2000.

_____. **Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais:** regimes como variáveis intervenientes, revista de sociologia e política. Tradução de Dalton Guimarães, Feliciano Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda. v. 20, nº 42: 93-110. Cambridge, Estados Unidos da América. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n42/08.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

LAFFERTY, Helene. **Corporate Social responsibility in the telecommunication industry.** University of Oslo. Oslo, Noruega, 2006.

LOTTO, Tiago. Prefeitura de Birigui e McDonald's reformarão praça que vai destacar os 17 ODS da ONU. **Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Birigui.** Birigui, 30 out. 2017. [2017]. Disponível em: http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/noticias/noticias_detalhes.php?id_noticia=4684. Acesso em: 30 mai. 2020.

MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karina Pasquariello. As teorias de integração regional e os Estados subnacionais. **Revista Impulso**, vol 13, n. 31. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba. 2002, p. 47-69.

MARTELETO, Regina M.; SILVA, Antonio B. de O. Rede e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, v. 30, n. 1, jan./abr. 2001. Brasília, 2001, p. 71-81.

MARTELETO, Regina M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferências de informações. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, set./dez. 2004. Brasília, 2004, p. 41-49.

MARX, Vanessa. **Las ciudades como actores políticos em las relaciones internacionales.** Tese de Doutorado em Ciências Políticas e Direito Público, Universidade Autônoma de Barcelona. Barcelona, Espanha. 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro.** Malheiros Editores. São Paulo 2006.

MESSING, Gabriela; LLORENTE, Maria Del Huerto. **La nueva diplomacia de las ciudades. Oportunidades y amenazas.** Municipalidade de Pergamino, Argentina. 2003.

MIGUELETO, Daniele C. R. **Organizações em rede.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- Graduação da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro. [2001]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3566/DanielleMiguelletto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 3 jul. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.** Birigui. Data Viva Plataforma de Dados Abertos Sócioeconômicos Brasileiros. 2020. Disponível em: http://dataviva.info/pt/location/4sp000204/trade-partner?menu=new-api-exports-products-tree_map&url=secex%2Fproduct%2Fvalue%3Fyear%3D2018%26type%3Dexport%26id_ibge%3D3506508. Acesso em: 30 jun. 2020.

MIRANDA, Jorge. **Curso de Direito Internacional Público.** 2ª ed. Editora Principia. Cascais, Portugal. 2004, p.190.

MIZUCA, Humberto Dantas de. **Cidades: Para entender melhor o lugar onde vivemos.** Konrad Adenauer Stiftung, 1ª ed., Rio de Janeiro. 2019, p. 09-10.

MOLINA, Elaine. **Direitos Humanos e Multinacionais no Brasil: Uma leitura crítica em face do Pacto Global da ONU.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós -Graduação em Direito Internacional da Universidade Católica de Santos. Santos.[2011]. Disponível em: <http://biblioteca.unisantos.br:8181/bitstream/tede/82/1/elaine%20molina.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz.** Tradução de Oswaldo Biato. Editora Universidade de Brasília. Brasília. Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. 2003.

NYE, Jr. J. A globalização. UNESP, in: **O paradoxo do poder americano.** São Paulo, 2002.

NYE, Joseph S. **Soft Power.** Public Affairs. Nova Iorque, Estados Unidos., 2004.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** 2020. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 5 out. 2020.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LUVIZOTTO, Caroline Klaus. **Cooperação técnica internacional: aportes teóricos.** Revista Brasileira de Política Internacional [online]. 2011, vol. 54, n.2, pp. 05-21. ISSN 0034-7329. Brasília, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292011000200001>. Acesso em: 8 abr. 2020.

O'TOOLE, Laurence. **Treating network seriously: practical and research-based agendas in public administration.** Public Administration Review, v. 57, nº 1, jan/feb, 1997.

PAQUIN, Stéphane. **Paradiplomatie et relations internationales: théorie des strategies internationales desrégions face à la mondialisation.** Presses Interuniversitaires Européennes. Bruxelas, Bélgica. 2004.

PARANÁ (Estado). Programa Cidades do Pacto Global inaugura escritório no Paraná. **Agência de Notícias do Paraná.** 30 out. 2017. Curitiba. [2017]. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=96081&tit=Programa-Cidades-do-Pacto-Global-inaugura-escritorio-no-Parana->. Acesso em: 5 set. 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais – Temas, atores e visões.** Editora Vozes, Coleção Relações Internacionais. Petrópolis, 2004.

PEREIRA, Carlo. O ESG é uma preocupação que está tirando seu sono? Calma, nada mudou. **Revista Exame,** 8 out. 2020. [2020]. Disponível em: <https://exame.com/blog/carlo-pereira/esg-o-que-e-como-adotar-e-qual-e-a-relacao-com-a-sustentabilidade/>. Acesso em: 15 out. 2020.

PODOLNY, Joel M; PAGE, Karen L. **Network Formas of Organization.** Annual Review of Sociology. v. 24, 1998, p. 57-76. Palo Alto, Estados Unidos da América. Disponível em:

<http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.24.1.57>. Acesso em: 10 jun. 2014.

PORTUGAL, Silvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES, n. 271, mar. 2007. Coimbra, Portugal. 2007. Disponível em: <http://www.cesc.uc.pt/publicações/oficial/271/271.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras. In: VIGEVANI, T.; et al (Orgs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. EDUC Fundação Editora da UNESP. São Paulo, 2004.

PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo Pós-Soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; (orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. EDUC: Fundação Editora da UNESP, EDUSP, 2004, p. 251-282.

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. A Iniciativa. **Rede Brasil do Pacto Global**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>. Acesso em: 5 out. 2020.

_____. ESG. **Rede Brasil do Pacto Global**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em: 15 out. 2020.

_____. No Brasil. **Rede Brasil do Pacto Global**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/no-brasil>. Acesso em: 15 out. 2020.

_____. Os 10 Princípios. **Rede Brasil do Pacto Global**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>. Acesso em: 5 out. 2020.

_____. Perguntas Frequentes. **Rede Brasil do Pacto Global**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://pactoglobal.org.br/pg/perguntas-frequentes>. Acesso em: 10 out. 2020.

ROSENAU, James N. Studying Structures - The Two Worlds of World Politics. In: ROSENAU, James N. **TURBULENCE IN WORLD POLITICS: A THEORY OF CHANGE AND CONTINUITY**. Princeton University Press. Pinceton, Estados Unidos da América. 1990.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas do Estado (2ª Câmara). **Processo nº TC-006825.989.16-3**. Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Birigui. Ano 2017. Aprovação com recomendações. Fiscalização: Unidade Regional de Araçatuba (UR-1). Prefeitura Municipal: Birigui. Relator: Cons. Renato Martins da Costa, 8 de outubro de 2019. Disponível em: http://www2.tce.sp.gov.br/arqs_juri/pdf/781538.pdf. Acesso em: 5 out. 2020.

_____. Tribunal de Contas do Estado (2ª Câmara). **Processo nº TC-006825.989.16-3**. Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Birigui. Ano 2017. Aprovação com recomendações. Fiscalização: Unidade Regional de Araçatuba (UR-1). Prefeitura Municipal: Birigui. Voto do Relator: Cons. Renato Martins da Costa, 10 de setembro de 2019. Disponível em: http://www2.tce.sp.gov.br/arqs_juri/pdf/757290.pdf. Acesso em: 5 out. 2020.

SARAVALLI, Tadeu Luciano S. **Convite para a entrevista**. Destinatário: Rosane de Souza. Curitiba, 11 set. 2020. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#sent/QgrcJHsBnjVsGtLhZLMLQznxvRQIGQMZkxV>. Acesso em: 5 out. 2020. 1 mensagem eletrônica

_____. **Convite para a entrevista**. Destinatário: Marisa Paz Barbosa Santos. São Paulo, 25 set. 2020. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#sent/FMfcgxwJXxvNzJfRPtvvfdHSTwHrXFTn>. Acesso em: 11 out. 2020. 1 mensagem eletrônica

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. Ed. Saraiva. São Paulo. 2005, p.169.

SASSEN, Saskia. El Estado y la nueva geografía de poder. in: BARRETO, M. I., VIGEVANI, T., MARIANO, M. **A Dimensão subnacional e as relações internacionais**. Educ. São Paulo. 2004, p. 373-402.

_____. **As cidades na economia mundial**. Studio Nobel. São Paulo, 1998.

_____. **Sociologia da globalização**. Artmed. Porto Alegre. 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e espaços virtuais: uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação. UFSC/PPGSP, **Cadernos de Pesquisa**, n. 11, jul. 1997. Florianópolis, 1997.

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMANN, Hans J. and SOLDATOS, **Panayotis. Federalism and international relations: the role of subnational units**. Oxford University Press. Nova Iorque, Estados Unidos da América. 1990.

TELLER, David. **The Melbourne Model: Solving Hard Urban Issues Together**. United Nations Global Compact Cities Programme, Greenleaf Publishing, JCC 11, Autumn. Melbourne, Austrália. 2003, p. 133-142.

TOMAÉL, Maria Inês. Redes de Conhecimento. Data Grama Zero, **Revista de Ciência da Informação**, Artigo 04, vol. 9, nº 2, abr. 2008. [2008]. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_a03744a038_0007581.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS. Who we are. **United Cities and Local Governaments**. Barcelona, Espanha. 2018. Disponível em: <https://www.uclg.org/en/organisation/about>. Acesso em: 2 set. 2020.

UNITED NATIONS. **Carta da ONU de 1945**. United Nations. Nova Iorque, Estados Unidos da América, 2020. Disponível em: <http://dag.un.org/bitstream/handle/11176/387353/PORTUGUESE-1976.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 mar. 2020.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION. **The World's Cities in 2018**. Data Booklet

(ST/ESA/SER.A/417). United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Nova Iorque, Estados Unidos da América. 2018. Disponível em: https://www.un.org/en/events/citiesday/assets/pdf/the_worlds_cities_in_2018_data_booklet.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **Progress Report 2019**. United Global Compact. Nova Iorque, Estados Unidos da América. 2019. Disponível em: <https://d306pr3pise04h.cloudfront.net/docs/publications%2F2019-UNGC-Progress-Report.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. **Progress Report 2020**. United Global Compact. Nova Iorque, Estados Unidos da América. 2020. Disponível em: <https://ungc-communications-assets.s3.amazonaws.com/docs/publications/UN-Global-Compact-Progress-Report-2020.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

_____. Our Governance. **United Global Compact**. Nova Iorque, Estados Unidos da América. 2019. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/about/governance>. Acesso em: 9 out. 2019.

UNITED GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME. **Brazil 2016 Highlights Report**. United Global Compact Cities. Melbourne, Austrália. 2016. Disponível em: <https://citiesprogramme.org/wp-content/uploads/2019/10/brazil-2016-highlights-report.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2019.

_____. City Partnerships. **United Global Compact Cities**. Melbourne, Austrália. 2019. Disponível em: <https://citiesprogramme.org/participate/the-city-partnerships-challenge/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

_____. City Partnerships Challenge. **United Global Compact Cities**. Melbourne, Austrália. 2018. Disponível em https://citiesprogramme.org/wp-content/uploads/2019/10/city-partnerships-challenge-eoi_v2.pdf. Acesso em: 9 out. 2019.

_____. **City of Barcelona, Spain – City Scan Report 2015**. United Global Compact Cities. Melbourne, Austrália. 2015. Disponível em: https://citiesprogramme.org/wp-content/uploads/2019/10/Barcelona_Global_Compact_City_Scan_2015_Report.pdf. Acesso em: 6 mai.. 2020.

_____. **City of Milwaukee, United States – City Scan Report 2015**. United Global Compact Cities. Melbourne, Austrália. 2015. Disponível em https://citiesprogramme.org/wp-content/uploads/2019/10/Milwaukee_Global_Compact_City_Scan_2015_Report.pdf. Acesso em: 6 out. 2020.

_____. Our People. **United Global Compact Cities**. Melbourne, Austrália. 2019. Disponível em <https://citiesprogramme.org/people/>. Acesso em: 7 out. 2020.

_____. Our City Network. **United Global Compact Cities**. Melbourne, Austrália. 2019. Disponível em <https://citiesprogramme.org/participate/our-city-network/>. Acesso em: 10 nov. 2020

_____. Join us. **United Global Compact Cities**. Melbourne, Austrália. 2019. Disponível em <https://citiesprogramme.org/participate/join-us/>. Acesso em: 10 nov. 2020

UNITED NATIONS HABITAT. **Multi-Partner Implementation Facility for Sustainable Urban Development** – A global programme to achieve sustainable human settlements. United Nations Habitat. Nairóbi, Quênia. 2017. Disponível em: https://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/13344_1_596141.pdf. Acesso em: 5 mai. 2020.

UNITED NATIONS PRINCIPLES FOR RESPONSIBLE MANAGEMENT EDUCATION. **What is PRME?** Principles for Responsible Management Education. Nova Iorque, Estados Unidos da América. 2020. Disponível em: <https://www.unprme.org/about>. Acesso em: 9 set. 2020.

APÊNDICE A – ENTREVISTA PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ

Entrevistado: PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ

Entrevistador: TADEU LUCIANO SECO SARAVALLI

Entrevistador-Tadeu: Boa tarde, Senhor Pedro Bernabé! Tudo bem? Como o Senhor tem passado nesta pandemia? Espero que esteja bem de saúde.

Entrevistado-Pedro: Tudo bem, Tadeu! Estamos aqui à disposição! Estamos sim, Tadeu! Estamos aqui em quarentena, nos resguardando, né, desse vírus. É porque estamos numa zona, numa situação de risco também, né, de saúde. Então, estamos assim nos resguardando de todos os problemas.

Entrevistador-Tadeu: Que bom! Eu torço para que todos fiquem bem! Inicialmente, senhor Pedro, eu gostaria de agradecê-lo pela disponibilidade e colaboração com a pesquisa. E, por uma questão forma, eu preciso constar um procedimento. É nesse...nessa entrevista: O senhor leu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autoriza sua identificação pessoal e o uso da sua fala nessa entrevista para a pesquisa “Redes de Cooperação Técnica Internacional: O programa Cidades do Pacto Global da ONU EM Birigui/SP”, parar fins exclusivamente acadêmico e científico?

Entrevistado-Pedro: Sim, o Tadeu! Eu li e já assinei e autorizei conforme consta no termo.

Entrevistador-Tadeu: Ah! Que bom! Eu agradeço e a proposta dessa conversa, senhor Pedro, pra fins de esclarecimento, é o compartilhamento de algumas experiências do senhor à época em que era prefeito municipal de Birigui. A partir disso, eu gostaria de fazer uma primeira indagação:

1. Senhor Pedro, o que motivou o senhor a tornar o município de Birigui signatário do programa Cidades do Pacto Global da ONU, no ano de 2016?

Entrevistado-Pedro: É...nosso governo, Tadeu, teve uma preocupação com a implementação de ações voltadas para essa área da sustentabilidade. Eu vejo que a motivação principal foi a perspectiva de conectar novos parceiros nacionais e internacionais, por meio do Pacto Global da ONU, para a geração de novas oportunidades para a cidade. Eu penso que isso poderia gerar estímulos internos na Prefeitura, mobilização em vários setores da sociedade local e prestígio também com a inclusão do município numa rede internacional. É..Tadeu, infelizmente, eu tomei conhecimento dessa iniciativa já no final do meu mandato. Eu me lembro que eu fiz o ofício firmando o compromisso com esse propósito, ou seja, o compromisso com os dez princípios do Pacto Global da ONU. É...lembrando que fomos o segundo município do Estado de São Paulo a se tornar signatário. É...a tornar signatário desse projeto. É...esse ofício nós endereçamos para os Secretário Geral da ONU, em maio de 2016.

Entrevistador-Tadeu:

2. Senhor Pedro, qual o principal impacto percebido pelo senhor em face da participação de Birigui no programa Cidades do Pacto Global da ONU?

Entrevistado-Pedro: É...a participação de Birigui no programa Cidades do Pacto Global da ONU...É ele gerou uma grande visibilidade positiva. É, a partir da divulgação desse fato nos meios de comunicação e também a inclusão de nossas ações no site do Pacto Global. É...foi muito importante. E, também, fomos muito bem recebidos pela Diretora Executiva, senhora Beatriz Carneiro, na sede do escritório do Pacto Global em São Paulo.

Entrevistador-Tadeu: Entendi.

Entrevistado-Pedro: Onde, eu reforcei o nosso compromisso pessoalmente e também fomos informados que éramos o segundo município do Estado de São Paulo a se tornar signatário. É...logo em seguida, publicamos um decreto que dispunha sobre a institucionalização, o apoio e divulgação dos princípios do Pacto Global da ONU, aqui no Município de Birigui, assinado por mim e todos os secretários municipais da época. É...nós fomos procurados pelo Gerente de Sustentabilidade do McDonald's, Arcos Dourados, para a realização de uma parceira, um projeto piloto na área de sustentabilidade aqui em nosso município, que se concretizou no governo sucessor e foi replicado em outros municípios, os quais também se tornaram signatários do Pacto Global da ONU. É... com certeza, Tadeu, o fato de sermos um dos primeiros municípios ao Pacto, ao Programa do Pacto Global foi fundamental para McDonald's nos procurar para tratar desse projeto piloto na área da sustentabilidade. É...lembrando também, Tadeu, que nossa administração sempre tivemos a preocupação com a sustentabilidade. E, vale lembrar também, Tadeu, que essa mesma preocupação eu já tinha desde os tempos em que eu fui Diretor do Campus da UNESP de Araçatuba. É...em que eué...fui Diretor dos Cursos de Odontologia e Medicina Veterinária. Agora, enquanto, gestor da Prefeitura Municipal foram inúmeros os projetos, que desenvolvemos. Recordando de alguns, por exemplo: a Prefeitura Municipal de Birigui, ela desenvolveu, a partir do Plano Municipal de Resíduos Sólidos em 2015, o Projeto ECO Birigui em parceria com a Associação Comercial de Birigui para a instalação de mais de 500 lixeiras ecológicas, que não existiam no município. Como também, vale destacar, o projeto de educação ambiental nas escolas chamado "Sementes do Bem". É um projeto É um projeto socioambiental destinado a adolescentes de treze a dezesseis anos, oferecendo a esses jovens uma capacitação de artesanato ecológico, de reciclagem, paisagismo, produção de mudas e de marketing pessoal.

Entrevistador-Tadeu: Muito bom!

Entrevistado-Pedro: Na agricultura urbana, na agricultura urbana, uma ação importante, é...tem permitido a produção de alimentos, Tadeu, de forma comunitária em espaços urbanos não utilizados, coma a contribuição da comunidade, em especial, com a atuação da Prefeitura. São implantadas hortas, lavouras, viveiros, pomares, canteiros de árvores medicinais, criação de pequenos animais, unidades.

Entrevistador-Tadeu: Tudo isso com a participação popular?

Entrevistado-Pedro: Unidades de processamento e beneficiamento, feiras e mercados públicos populares. É...os alimentos produzidos eles são destinados para o consumo e abastecimento de restaurantes populares, um restaurante popular que nós implantamos aqui na cidade. Todos com a participação popular, do povo. E, cozinhas comunitárias e a venda das sobras ao mercado local. Foi muito interessante. Foi uma ação social. É...muito bonita que nós fizemos aqui na cidade.

Entrevistador-Tadeu: Entendi.

Entrevistado-Pedro: Ao mesmo tempo na área ambiental, a Prefeitura de Birigui foi pioneira na criação.

Entrevistador-Tadeu: Muito bom!

Entrevistado-Pedro: De uma Lei Municipal para a produção de energia fotovoltaica nos prédios públicos municipais, sabe o porquê, o Tadeu? A nossa região tem uma alta ensolação e contribuiria para economizar gastos de energia elétrica.

Entrevistador-Tadeu: Muito bom!

Entrevistado-Pedro: Uma de nossas preocupações também dentre essas ações foi quanto à sustentabilidade das pessoas mirando sua inclusão integral. Sediou o décimo, o décimo nono Jogos Regionais dos Idosos, o JORI, com a participação de mais de oitocentos e cinquenta atletas, de trinta e sete municípios da região, tudo isso contando com quatorze modalidades adaptadas ao público, a partir de sessenta anos.

Entrevistador-Tadeu: Entendi.

Entrevistado-Pedro: Ainda preocupado com a sustentabilidade das pessoas, no sentido de valorizar a pessoa idosa, nós construímos e inauguramos o Centro Dia, mais conhecido como Creche do Idoso, onde as pessoas idosas tem um local digno de convivência e assistência, ou seja, essas pessoas idosas tem um local digno de convivência e assistência, ou seja, essas pessoas, esses idosos são levados de manhã, passam o dia todo na Creche do Idoso, ali recebem alimentação, educação, jogos...é...instrução de higiene, de saúde e depois eles retornam para suas casas à tarde, no final da tarde e dormem em suas residências em convívio com seus familiares. Um projeto fantástico!

Entrevistador-Tadeu: Isso é muito bom para a população!

Entrevistado-Pedro: Nós tivemos....com certeza, com certeza! No quesito da saúde pública tivemos como prioridade a melhoria da educa, da saúde e a condição de vida da população. Educando cidadãos independentes, né, que se preocupam com a coisa pública, sejam empreendedores públicos e privados. E que irradiem princípios do Pacto Global para qualquer lugar do mundo. Nesse sentido, Tadeu, inauguramos em 2016, a maior obra civil estrutural da cidade, o Novo Pronto Socorro Municipal. É..nós fizemos a finalização, terminamos todo esse complexo e que conta com serviços de tomografia, ultrasson, raio-x digital e emergência. Também é uma das maiores obras de nossa gestão. A gente poderia se alongar quanto aos inúmeros programas neste sentido. No entanto, Tadeu, exemplificamos alguns deles, como você pode observar. Apenas para lembrar que nós deixamos um legado de ações quanto à sustentabilidade pra que todos pudessem ver a importância desse trabalho. Ainda mais, se avançarmos é... para a atual época que estamos vivendo, ou seja, nós estamos vivendo uma vida de incerteza quanto à pandemia. A nossa meta naquela época sempre foi a busca de um modelo sustentável, tecnológico e ético, que visasse o bem comum, sempre preocupado com as futuras gerações como você bem sabe, Tadeu, eu tenho filho, tenho netos e sei da grande importância e da nossa responsabilidade quanto ao tema ao tema ora que nós estamos avaliando.

Entrevistador-Tadeu: Muito bom tudo isso, senhor Pedro!

3. Senhor Pedro, qual o maior benefício gerado para o município nesta cooperação internacional com o programa Cidades do Pacto Global da ONU?

Entrevistado-Pedro: Como eu te disse anteriormente, Tadeu, é... nós nos tornamos signatários em maio de 2016. Já no final do mandato. Desta forma, entendo que o maior benefício foi o legado de várias ações e a perspectiva de que tudo isso tenha continuidade nos futuros governos. É...determinei que um representante da Prefeitura fosse o ponto focal com o Programa Cidades e fizesse parte do Grupo de Trabalho do Pacto Global para ampliarmos nossas ações aqui no município. Eu publiquei também um decreto municipal buscando institucionalizar esse propósito voltado para a implementação dos dez princípios do Pacto Global da ONU na nossa Administração, onde todos os secretários municipais assinaram juntos o referido documento. Portanto, Tadeu, eu fico muito feliz em poder participar de todas essas ações e ter promovido o Município de Birigui e na esperança também, que essas ações tenha tido continuidade porque quem sai ganhando são as pessoas que moram aqui, todos ganham! Eu também gostaria nesta oportunidade, Tadeu, de agradecer o convite que você nos fez, né, de participar deste evento e aproveitando a oportunidade também para cumprimentar o seu Orientador, o Professor Doutor Marcelo Fernandes de Oliveira.

Entrevistador-Tadeu: Senhor Pedro, o senhor tem algo mais que gostaria de acrescentar e mencionar? Fique à vontade para suas considerações finais.

Entrevistado-Pedro: Não, Tadeu. Eu acho que foi um resumo do tema que nós estamos aqui discutindo. É lógico, que haveria muito mais coisas como eu já disse para se comentar, para se falar da Administração neste setor. Mas, a gente sabe que o tempo é exíguo. Mas, essa é a oportunidade que você deu, o seu Orientador, para que a gente pudesse estar aqui presente nessa arguição, neste questionário, eu fico extremamente honrado por estar presente nesse evento, mesmo sabendo que a gente participou de inúmeros eventos científicos na minha carreira de quarenta e dois anos, né, em pesquisa, ensino e extensão e agora participando, né, refazendo uma parte da estória da nossa carreira estar aqui fazendo essa avaliação, esse questionamento, me deixa muito satisfeito e muito honrado, por isso, eu agradeço mais uma vez a você, a oportunidade, também ao seu Orientador, Professor Dr. Marcelo.

Entrevistador-Tadeu: Eu agradeço pela entrevista, pela colaboração, senhor Pedro. Desejo que o senhor fique bem. Um grande abraço. E, muito obrigado!

APÊNDICE B – ENTREVISTA CRISTIANO SALMEIRÃO

Entrevistado: CRISTIANO SALMEIRÃO

Entrevistador: TADEU LUCIANO SECO SARAVALLI

Entrevistador-Tadeu: Boa tarde, senhor Cristiano Salmeirão! Tudo bem?

Entrevistado-Cristiano: Boa tarde, Tadeu! É um prazer estar aqui falando com você, com você, discutindo ODS! Muito importante!

Entrevistador-Tadeu: Como o senhor tem passado nesta pandemia? Espero que esteja bem de saúde!

Entrevistado-Cristiano: Saúde, Graças a Deus! Em relação à Administração Pública Municipal encontramos muita dificuldade, mas a maior dificuldade é a conscientização das pessoas porque as pessoas, elas não deixaram de fazer as mesmas coisas que faziam antes da pandemia. Este foi o maior problema. Todos os prefeitos, governador, todos se esforçaram para tentar evitar o máximo a pandemia no município, porém, as pessoas não conseguiram deixar de fazer aquilo que elas sempre faziam. E, agora, Graças a Deus, Birigui está numa situação melhor. Para que você possa entender, hoje o nosso gripário, que é um local específico para cuidar das pessoas que tem sintomas de Covid, hoje nós não temos ninguém.

Entrevistador-Tadeu: Que bom! Que bom, prefeito!

Entrevistado-Cristiano: Então, Birigui zerou! Então, estamos bem de saúde! Não pegamos Covid porque tomamos todos os cuidados e deixamos de fazer as coisas que sempre fazíamos e torcer para que a economia volte porque a economia voltando, com certeza, as políticas públicas, elas vão voltar a ser mais efetivas no município.

Entrevistador-Tadeu: Parabéns, então prefeito por suas ações e pelos resultados!

Entrevistado-Cristiano: Muito obrigado!

Entrevistador-Tadeu: Inicialmente, eu gostaria de agradecê-lo pela disponibilidade e colaboração com a pesquisa! Por uma questão formal, preciso constar um procedimento e fazer uma indagação: O senhor leu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autoriza sua identificação pessoal e o uso da sua fala nesta entrevista para a pesquisa “Redes de Cooperação Internacional: O Programa Cidades do Pacto Global da ONU em Birigui/SP”, para fins exclusivamente acadêmicos e científicos?

Entrevistado-Cristiano: Li todo o Termo e concordo com a divulgação de qualquer matéria referente a tudo àquilo que nós estamos falando, todo material disponível aqui na cidade de Birigui que precisar você utilizar.

Entrevistador-Tadeu: Eu agradeço! Muito obrigado! A proposta desta conversa, para fins de esclarecimento, é o compartilhamento de algumas experiências do senhor como Prefeito Municipal de Birigui em assuntos pertinentes ao tema da pesquisa. Senhor Cristiano:

1.O que motivou o senhor a renovar o compromisso de engajamento com o programa Cidades do Pacto Global da ONU, nos anos de 2018 e 2020?

Entrevistado-Cristiano: A principal motivação é melhorar a qualidade de vida das pessoas. Nós sabemos que a qualidade de vida, ela é algo difícil de se buscar e nós temos que ter os melhores parâmetros e acredito que, com certeza, as ODS são os melhores parâmetros que o Administrador Público, ele pode ter. Na realidade, é uma “receita de bolo”, que todo o Administrador Público ele deve se utilizar. Nós estamos vendo o Tribunal de Contas já está utilizando, o Tribunal de Justiça já está utilizando e em Birigui, quer sim, quer não, nós estamos fazendo diversas metas, diversas ações que tudo a ver com os preceitos das ODS. Mas também, eu também acredito na Agenda 2030, ou seja, 2030, que é uma estratégia de gestão pública, que foca o desenvolvimento social, humano, ambiental e institucional, sob a ótica da sustentabilidade. Ter a Prefeitura de Birigui como engajada no Programa Cidades e atendendo as pactuações do CNM traz ao município uma série de efetivação de políticas públicas voltadas às áreas de intervenção dos ODS, que permite a mim, corretamente, que permite a mim como Prefeito estar conectado com as melhores práticas mundiais de desenvolvimento sustentável.

Entrevistador-Tadeu: Isso é muito bom para a cidade, Prefeito!

Entrevistado-Cristiano: Exatamente! Eu vou ter um material e seguir esse material. Eu não vou precisar inovar, eu não vou precisar criar. É simplesmente eu seguir esse material. Eu tenho certeza, que eu vou conseguir melhorar a vida de muitas pessoas aqui da cidade de Birigui. E, nós estamos percebendo, que Birigui tem um movimento voltado para as ODS, que inclusive nós já estamos fazendo reuniões com os setores produtivos como: o SINBI; a própria ITB, que é uma empresa de transformadores aqui de Birigui, ela já trabalha muito com a questão das ODS e só faltava o município. Eu falei, nós não podemos ficar por fora dessa atuação. E, é por isso que eu digo, então, eu pretendo seguir as melhores tendências de desenvolvimento sustentável.

Entrevistador-Tadeu: E, seguir renovando o compromisso?

Entrevistado-Cristiano: Exatamente. Quero ressaltar, que através do Índice de Efetividade de Gestão Municipal mensurado pelo TCE, Tribunal de Contas, motiva e condiciona os municípios no cumprimento das 169 metas, 231 indicadores dos 17 ODS do Pacto Global. Porque as pessoas acham que só existe as 17 mandalas, né! Mas não, dentro das 17 mandalas, nós temos 16 metas e 231 indicadores, então é algo burocrático, que o Administrador Público ele não pode desistir no primeiro momento, Tadeu, que ele olha todo esse material e tentar distribuir aos secretários e dizer: Nós somos perfeitamente aptos a cumprir essas metas ou chegar perto do seu cumprimento.

Entrevistador-Tadeu: E por isso, que o senhor está sempre renovando o compromisso com o Programa Cidades?

Entrevistado-Cristiano: Exatamente. Temos que estar renovando porque é o melhor que temos. Quero ressaltar também, que essa parceria com a CNM é muito importante, até mesmo porque nós já estamos trabalhando, perdão, nós já estamos trabalhando na Mandala 2.0 e Birigui, talvez, possa ser o *case* e esse exemplo de Birigui pode ser replicado para os outros municípios, talvez, de esfera mundial.

Entrevistador-Tadeu: Prefeito, eu vou fazer a segunda pergunta.

Entrevistado-Cristiano: Sim.

Entrevistador-Tadeu:

2. Por quê nos últimos quatro anos houve uma ampliação de políticas públicas sustentáveis na Administração Municipal de Birigui?

Entrevistado-Cristiano: O principal fator nesta ampliação está condicionada a atender os princípios da administração pública, as mensurações dos órgãos de controle de fiscalização, ao direcionamento mundial das estratégias globais de sustentabilidade e, por acreditar, Tadeu, enquanto cidadão do município que amo e pertencço, tenho um compromisso em deixar um legado na Prefeitura.

Entrevistador-Tadeu: Entendi.

Entrevistado-Cristiano: Vários exemplos podem ser citados. No âmbito institucional, perdão, em âmbito institucional eu determinei a reforma administrativa, que está em vigor e proporcionou uma equidade salarial, redução de cargos e valorização para quem estuda. Hoje, nós temos uma progressão vertical.

Entrevistador-Tadeu: Muito bom!

Entrevistado-Cristiano: Mestrado, Doutorado, Especialização, todos os nossos funcionários públicos vão ter direito, certo? No âmbito ambiental temos o município engajado dentro do Programa Estadual Verde Azul e já fomos premiados várias vezes por cumprir as metas, inclusive nós estamos na, nós estávamos na posição número 69, quando assumimos a posição era 594, ou seja, estamos dentro dos 100 municípios que tem o Selo Verde Azul porque sempre estamos atentos ao desenvolvimento sustentável.

Entrevistador-Tadeu: Excelente, Prefeito!

Entrevistado-Cristiano: Não só em relação ao meio ambiente, Tadeu! Mas, também em relação a todas as outras áreas. Temos um programa de Agrofloresta Urbana, olha que interessante! Nós não retiramos árvores, nós estamos fazendo plantio de hortaliças, certo, dentro das próprias, dentro do espaço que as árvores deixam, fazendo com que é possível. Por exemplo, nós estamos vendo o que acontece na Amazônia, queimadas, etc, mas nós temos uma outra ideia, acreditamos que aquilo lá não funciona. Poderíamos utilizar àquilo lá como um celeiro de produção de hortaliças ou outras culturas, que conseguem se desenvolver num ambiente úmido e num ambiente que talvez não tenha tanta iluminação. Nós temos essa possibilidade.

Entrevistador-Tadeu: Entendi.

Entrevistado-Cristiano: Nós conseguimos a nossa licença do aterro sanitário através da CETESB, a construção do Parque Ecológico Valdemar Salmeirão, a construção da Praça das ODS, eu não sei, eu acho que vai ser a primeira do mundo, certo, projetos de compensação ambiental com a iniciativa privada. Em âmbito social: ampliação e construção de aproximadamente cinco UBS's novas aqui na cidade de Birigui; apoio aos CRA's, CREA's e escolas municipais. Quando assumimos as escolas municipais não tinham se quer equipamentos de segurança de Corpo de Bombeiros; estamos transformando Birigui numa

cidade bilíngue, nós estamos dando oportunidade para as pessoas que não tem condições de pagar o curso de inglês para o filho, que hoje o filho dele que está no primeiro ano letivo, ele tem aula de inglês. Então, nosso objetivo é preparar essa criança, depois esse adolescente para um futuro melhor e nós sabemos que quem vai ganhar é a cidade de Birigui.

Entrevistador-Tadeu: Isso é qualidade de vida, né Prefeito!

Entrevistado-Cristiano: Qualidade de vida! Em âmbito econômico: estímulo à economia e a arranjos locais como distritos industriais também, efetivação do plano de retomada pós-pandemia, acesso ao crédito através do Banco do Povo, reunião com a Diretoria do BNDES procurando fomento para as nossas indústrias. Essa ampliação de políticas públicas setoriais incorporadas a Agenda 2030 colocou Birigui 3ª cidade de Efetivação de Gestão no Conselho de Administração de São Paulo. O que acontece, a Confederação, o Conselho Federal de Administração disse o seguinte: “Birigui está em terceiro lugar em 2019 como a cidade com o melhor índice administrativo dos municípios com mais de 100 mil habitantes, cuja renda per capita não ultrapasse R\$ 29.000,00 por habitante”, ou seja, ficamos à frente de diversas capitais. Em 2018, fomos considerado a melhor administração do país em relação à Confederação, Conselho Federal de Administração e na realidade seria a Ordem dos Advogados para o Advogados e seria o CRECI para, a gente fala o CRECI para os Engenheiros.

Entrevistador-Tadeu: Os Corretores de Imóveis.

Entrevistado-Cristiano: Perdão, para o CREA para os Engenheiros e o CRECI para os Corretores de Imóveis. Então, é um órgão federal que avaliou a gestão da cidade daqui de Birigui, em que ficamos em primeiro em 2018 e em 2019 ficamos em terceiro. Ficando entre os cinco está bom!

Entrevistador-Tadeu: Excelente!

Entrevistado-Cristiano: Ficando entre os cinco está bom!

Entrevistador-Tadeu: Muito bom!

Entrevistado-Cristiano: E, além disso para finalizar, eu tenho só a acrescentar que para os próximos meses, Birigui junto com a CNM, como eu já disse, farão em conjunto a Mandala 2.0, que une a prática e a teoria porque o maior problema é a efetivação, como eu disse, não são apenas 17 “princípios”, correto, mas tem todo o seu conteúdo. Então, nós vamos tentar efetivar. Birigui de alguma forma tem efetivado através de suas ações diárias aqui na Prefeitura, só que nós precisamos ter ferramentas mais simples, que faça com que os Administradores Públicos, que no caso eu me incluo como Prefeito, ele tenha condição, condições de ter uma ferramenta que consiga disponibilizar todos os preceitos das ODS.

Entrevistador-Tadeu: Nesse ponto, Prefeito, eu ia fazer a terceira pergunta:

3. Como o programa Cidades do Pacto Global da ONU estimulou o desenvolvimento e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, na sua gestão municipal?

Entrevistado-Cristiano: Na verdade, a Equipe Gestora da ODS municipal tem realizado uma estratégia diferente dentro da Agenda 2030, sendo vinculada à CNM e o uso da ferramenta Mandala de Desempenho de diagnóstico institucional. A Equipe tem reportado a mim, que o Programa Cidades tem uma série de desafios estruturais, que impossibilita a condição dos trabalhos e, nesse caso, eu autorizei a Equipe Gestora que criasse outros acessos e Birigui se vinculou à CNM. Isso foi muito importante. Isso foi um passo importante para que pudessemos expandir toda a nossa experiência de 2018, de 2019 e agora 2020. Então, nós precisaríamos de um órgão que estivesse nos amparando.

Entrevistador-Tadeu: Utilizando uma metodologia, né?

Entrevistado-Cristiano: Uma metodologia, exatamente! Agora nós temos uma metodologia, que nós estamos estudando e isso ficou bem claro no dia que nós fizemos a reunião, que o nosso objetivo, realmente é traçar um programa, traçar metas, traçar algo que seja efetivamente possível de ser cumprido. Mas, eu quero dizer a todos os gestores, que no dia-a-dia da administração, se eles observarem, eles estão cumprindo. É que a identificação do cumprimento dos preceitos eles se tornam um pouco dificultoso, haja vista não ter uma ferramenta mais simples, que é o nosso objetivo de criar.

Entrevistador-Tadeu: O senhor criou uma Comissão Municipal?

Entrevistado-Cristiano: Então, temos uma Comissão Municipal e essa Comissão Municipal ela acaba por me amparar, me auxiliar e estar junto ao CNM. Temos uma Comissão junto com a CNM. Criamos uma Comissão em conjunto para que possamos, né, ser *report* no COE (Comunicado de Engajamento) do Programa Cidades e a Equipe interage com a Rosane, que é a gestora, porém, o nosso vínculo estratégico é com o CNM em atender as condicionantes da mandala. Então, nós temos uma pessoa lá, que é a Rosana, Rosane, perdão, que é ela que nos dá essa dimensão, nos dá toda essa questão de orientação para que nós possamos executar. E, nós queremos fazer isso num espaço bem curto para que essas ideias sejam replicadas e se Deus nos abençoar no ano que vem nós vamos ter essa nova metodologia para que todos os municípios comecem a ter o melhor do melhor para que consigam trazer benefícios à população, que é o nosso objetivo.

Entrevistador-Tadeu: Excelente, Prefeito! O senhor tem algo mais que gostaria de acrescentar e mencionar? Fique à vontade para suas considerações finais.

Entrevistado-Cristiano: Eu quero ressaltar que essa parceria com a CNM, agora, ela foi muito importante, certo! E, eu participei com o Zanin do nosso CNM e que eu autorizei, realmente, a participação da cidade de Birigui com o propósito de criar a metodologia de gestão Mandala 2.0 para ser utilizada para todos os municípios. E, dizer para todos os Administradores Públicos, que apesar da dificuldade, nós praticamos, sim, as ODS no dia-a-dia da Administração. É só identificarmos. No momento em que nós começarmos a identificar, nós vamos verificar que existe, sim, a possibilidade de ampliação de tudo aquilo que possa tornar o desenvolvimento sustentável e igualitário para toda a comunidade, na qual cada uma administra.

Entrevistador-Tadeu: Eu o parabeno, Prefeito, por todo o seu trabalho! Agradeço imensamente pela entrevista! Desejo um forte abraço! Boa sorte para o senhor e muito obrigado!

Entrevistado-Cristiano: Eu que agradeço, Tadeu! Espero que eu tenha contribuído com essas informações. E, como eu disse, parabéns pela escolha do tema. Estou de portas abertas aqui para qualquer dúvida, qualquer chamamento. E, dizer que, com certeza, o mundo será um local mais sustentável! Você pode ter certeza que as mandalas, elas estão aí para isso e basta cada um de nós cumprirmos.

Entrevistador-Tadeu: Parabéns! Um grande abraço e muito obrigado!

Entrevistado-Cristiano: Um grande abraço e Deus abençoe você e a todos!

Entrevistador-Tadeu: Você também!

APÊNDICE C – ENTREVISTA ELIEL ROBSON LEMES RIBEIRO

Entrevistado: ELIEL ROBSON LEMES RIBEIRO

Entrevistador: TADEU LUCIANO SECO SARAVALLI

Entrevistador-Tadeu: Boa tarde, senhor Eliel Robson Lemes Ribeiro! Tudo bem?

Entrevistado-Eliel: Boa tarde, Tadeu! Tudo e você?

Entrevistador-Tadeu: Tudo bem, Graças a Deus! Como o senhor tem passado nesta pandemia? Espero que esteja bem de saúde e se recuperado totalmente da COVID, Eliel!

Entrevistado-Eliel: É, realmente, em meados de março, eu tive o privilégio de ser um dos primeiros biriguienses a ser positivado, devido à interlocução que eu tenho com a saúde, com as Unidades Básicas de Saúde e com Pronto Socorro. Mas, já estou bem, Graças a Deus! Já criei os anticorpos e vida que segue!

Entrevistador-Tadeu: Ah, que bom! Torço para que você fique bem, Eliel!

Entrevistado-Eliel: Bacana!

Entrevistador-Tadeu: Inicialmente, eu gostaria de agradecer-lo pela disponibilidade e colaboração com a pesquisa. E, por uma questão formal, eu preciso constar um procedimento aqui: O senhor leu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autoriza sua identificação pessoal e o uso da sua fala nessa pesquisa “Redes de Cooperação Técnica Internacional: O Programa Cidades do Pacto Global da ONU em Birigui/SP”, para fins exclusivamente acadêmicos e científicos?

Entrevistado-Eliel: Sim. O Termo foi lido, assinado e você pode utilizar as informações que eu irei passar para você dentro desta sua pesquisa.

Entrevistador-Tadeu: Muito obrigado, Eliel! A proposta dessa conversa, pra fins de esclarecimento, Eliel, é o compartilhamento de algumas experiências do senhor como Presidente da Comissão Municipal Executiva para a implementação dos ODS, em assuntos pertinentes ao tema da pesquisa. Senhor Eliel:

1. De que forma a participação do Município de Birigui no programa Cidades do Pacto Global da ONU, por meio do modelo Melbourne, pode favorecer o Plano de Trabalho desenvolvido pela Comissão Municipal Executiva para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS?

Entrevistado-Eliel: Bom! Eu acho que para responder a sua pergunta, Tadeu! A gente precisa fazer uma retrospectiva bem rápida para então, como você sabe o Município de Birigui, ele aderiu ao Pacto em 2016/2017 foi através de um decreto, então, a gente percebe que através do Prefeito como mandatário máximo, é ele quem faz o direcionamento deste projeto, o próprio Pacto, as próprias estratégias solicitam isso. Através disso, foi se criando junto através da sua pessoa exclusivamente foi feito uma série de ações muito bacanas, que deixaram como legado para essa, para essa Comissão. Hoje, eu estou como responsável por esta Comissão, fazem parte mais cinco integrantes e quando a gente fala deste modelo Melbourne, que é o da

Austrália, a cidade lá que, né, que construiu esse tipo de modelo. É, nós não estamos na Austrália, eu costumo brincar, mas Birigui caminhou muito para o lado das parcerias também. Nós acreditamos que o ODS número 17, ele está dentro da nossa matriz de intervenção. Ele é extremamente essencial para que a gente consiga a consolidação da Agenda. Percebemos também, que quando a gente fala do Programa Cidades existe uma série de desafios estruturais relacionados a dar para os municípios o suporte que os municípios precisam. Então, muitas vezes, a gente aciona as pessoas vinculadas ao Programa Cidades e, por questões de infraestrutura ou disponibilização de RH, acaba dificultando uma interação maior. Diante desses desafios, continuamos fazendo os repport's lá para o Programa Cidades, porque é o braço do Pacto Global que se vincula com o governo, porém, a gente criou uma estratégia nova de apoio, que é junto com o CNM, que é a Confederação Nacional dos Municípios, que tem sede em Brasília e tem uma equipe técnica e tem uma estrutura bem segmentada voltada para fazer este apoio para quem está nos municípios. É muito bacana porque além já ter o RH formado, o CNM disponibilizou para nós a mandala dos municípios como uma estratégia de gestão colocada aí em quatro pilares: o institucional, o ambiental, o social e o econômico.

Entrevistador-Tadeu: Eliel, se você me permite? Somente uma interrupção. Então, você está me dizendo, que a forma que o modelo Melbourne pode favorecer o Plano de Trabalho da Comissão é através dessas parcerias com outros entes da sociedade?

Entrevistado-Eliel: Isso. E aí, através disso, Tadeu! Quando a gente fala, trazendo essa estrutura, essa metodologia do modelo Melbourne, o que a gente percebe, que nós fomos atrás do SINBI, atrás da ACIB, que são os sindicatos fortes aqui na cidade hoje de Birigui. Também, fizemos parceria com empresas da iniciativa privada e aí com isso, a Comissão foi fazendo pactuações. Então, as metas que são condicionadas a atender a Agenda, nós fomos conseguindo traduzir tudo isso dentro do Plano de Trabalho, só que voltado nas parcerias. Também, bacana, de informar que o Município fez uma estruturação bem bacana também com essa metodologia de trabalho cooperativo e em parceria com o Tribunal de Contas, aqui de São Paulo. Então, hoje o Francisco, que é um dos Diretores do Tribunal está vinculado com o Município de Birigui, através dos índices de efetividade de gestão municipal e a gente consegue fazer a balização das metas do Pacto, a vinculação junto com o PPA, a vinculação junto com o SINBI, com a ACIB, com as empresas e com isso nós estamos nos estruturando para conseguir cumprir a responsabilidade social que a Agenda pede, a responsabilização sócio-ambiental, a parte institucional-administrativa da Prefeitura. Então, teve uma série de parcerias. Então, tudo caminhou para uma série de parcerias.

Entrevistador-Tadeu: Senhor Eliel, então, a partir do que você está falando, utilizando esse método do modelo Melbourne, vocês fizeram parcerias, seja para divulgação, seja para divulgação e novos signatários do Pacto Global. E, ao mesmo tempo buscando uma estruturação junto aos órgãos públicos como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que também estão cobrando dos municípios essa implementação dos ODS. Mas, ao mesmo tempo, você fala que existe aí algum desafios do Programa Cidades para oferecer uma estrutura de implementação e a partir disso, vocês utilizaram os métodos da Confederação Nacional dos Municípios. É isso, né?

Entrevistado-Eliel: É isso mesmo, Tadeu! Devido à falta de recursos aí administrativos, por parte do Programa Cidades. Também, eu acho legal mencionar rapidamente, que o Programa Cidades está sob a gestão de uma pessoa a nível Brasil, o que dificulta o acesso sempre e

dentro da CNM é uma estratégia bacana porque tem várias pessoas que estão imbuídas com a Agenda. Então, o engajamento é maior.

Entrevistador-Tadeu: E, ao mesmo tempo, o Programa Cidades ligado ao Pacto Global, então pelo que você está dizendo, você vê uma menor estrutura, bem menor em comparação com a Rede Brasil do Pacto Global?

Entrevistado-Eliei: Sim. É bem bacana falar, que eu também trabalho em um empresa, essa empresa já é signatária desde 2016 e lá nós temos o Pacto Global junto com várias estratégias que foram criadas em âmbito empresarial. E, a Rede Pacto Global junto com seus Escritórios, que estão centralizados em São Paulo, também tem uma equipe de engajamento, de coordenação que passa para as empresas, o que elas precisam fazer e os caminhos que essas empresas precisam percorrer para a sustentabilidade. Já dentro do Programa Cidades, a gente percebe desafios ainda a serem superados para conseguir essa mesma estruturação.

Entrevistador-Tadeu: Entendi. Muito bom, Eliei! Eu vou prosseguir agora com a segunda pergunta:

2. Como está a realização da implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do executivo municipal?

Entrevistado-Eliei: Bom, nós estamos hoje com uma equipe. Essa equipe tem um coordenador de engajamento, tem eu como presidente da Comissão, tem o respaldo jurídico através do Vice-Presidente, que é advogado, tem a coordenação de indicadores, a coordenação do diagnóstico e também a de report. Todas essas pessoas são técnicas na áreas afins e elas que fazem a interlocução tanto com o Programa Cidades como com o CNM. Hoje, ele participa enquanto Prefeito, enquanto gestor participa da estratégia maior da Agenda, então ele está sempre junto. Todas as coisas que estão no âmbito estratégico da administração é fechada junto com ele, então nós fazemos nossas reuniões pelo menos uma vez ao mês. Diante dessa pandemia, houve aí alguns, alguns atrasos relacionados ao diagnóstico. O diagnóstico a gente pegou as cento e sessenta e nove metas junto com a equipe e as cento e sessenta e nove metas foram destrinchadas entre todos os setores tanto da administração pública quanto daquele que fazem interface com as políticas públicas. A gente fez as perguntas para todos eles e com a pandemia houve um atraso. O prazo final era julho e eu terminei há pouco.

Entrevistador-Tadeu: Eliei, só para título de esclarecimento. Isso que você está falando, a partir da metodologia da mandala de ODS, mandala de desempenho de ODS da CNM?

Entrevistado-Eliei: Isso mesmo, Tadeu! A gente pegou, a gente pediu para a Isabela, que é a pessoa técnica de referência para Birigüi dentro do CNM. Nós solicitamos a ela quais são, quais eram os indicadores que o município precisava responder e ela mandou para nós duzentos e trinta e um indicadores dentro de cento e sessenta e nove metas. Então, tem desde taxa de mortalidade, taxa de pessoas que estão vinculadas às escolas, se tem projetos urbanos voltados para o meio ambiente ou não. Então, tem lá uma série de indicadores que eu vou disponibilizar para você e a gente usou ele. Paralelo a isso, Tadeu, a gente conseguiu também junto com o Francisco do Tribunal de Contas, ele mandou um indicador de gestão e efetividade municipal. Então, a gente procurou fazer o diagnóstico para atender tanto o Tribunal de Contas quanto o CNM.

Entrevistador-Tadeu: Entendi. Mas, pelo que você está falando, então, de uma maneira geral, a metodologia, a forma que vocês definiram para fazer a implantação e todo esse passo a passo foi através da mandala de desempenho ODS e outras ferramentas que vocês utilizaram. Você pode citar o passo a passo que vocês fizeram?

Entrevistado-Elie: É legal assim fazer alguns report's. O diagnóstico tem um instrumental dentro do CNM próprio para o diagnóstico. A mandala de desempenho é uma ferramenta de gestão, que você já vê os resultados. Como a gente não estava muito satisfeito com os resultados que estavam sendo apresentados na nossa mandala, a equipe decidiu fazer o diagnóstico porque a gente queria ver se os diagnósticos porque a gente queria ver se os indicadores estavam batendo. Diante disso, teve algumas ações. Quais ações que já foram realizadas? Foi potencializada a reforma administrativa porque uma do nosso desempenho institucional estava acima do teto de gastos com o funcionalismo público. Então, foi feita uma sugestão para o Senhor Prefeito, enquanto gestor da Agenda em âmbito municipal para que ele fizesse a potencialização mais rápido dessa reforma administrativa, no meio ambiente foi feito junto com a CPFL um inventário de gases de efeito estufa, diante dos resultados dos gases de efeito estufa, a Secretaria de Meio Ambiente direcionou uma série de estratégias como o Parque Valdemar Salmeirão, que está sendo construído, foi feita a implantação de cooperativa, nós estamos finalizando toda a parte legal, que também devido à pandemia houve atraso e nós estamos finalizando a parte de uma outra cooperativa de catadores para fazer a coleta seletiva, também trouxemos o workshop da ONU aqui para Birigui e conseguimos uma parceria bacana e aí foi através do Pacto Global que a gente conseguiu.

Entrevistador-Tadeu: A Rede Brasil do Pacto Global?

Entrevistado-Elie: Isso. Da Rede Brasileira, então, a gente conseguiu reunir todos os secretários, todas as pessoas de gestão do município, o Prefeito, empresas e os interessados e veio uma representante da Rede Brasileira do Pacto Global, que fez esse workshop em parceria com outras iniciativas que o município já tem.

Entrevistador-Tadeu: Elie, o conteúdo da publicação que vocês fizeram no report que está no site do Pacto Global, vocês fizeram um levantamento em várias secretarias fazendo um diagnóstico prévio ali da situação de cada uma com a situação de algumas metas já para 2020, a pandemia ela, de alguma forma, prejudicou o andamento deste trabalho?

Entrevistado-Elie: Sim, Tadeu! Porque todas as secretarias depois de março, independentemente, de seu âmbito de intervenção começou muito a focar a pandemia porque o foco era remédio, salvar vidas, equipar a UTI, trazer respirador, trazer pactuações via SUS, que dificultou sim, o andamento do trabalho, até porque nós estávamos com várias reuniões presenciais programadas, elas tiveram que ser adiadas ou feitas via ZOOM até a gente criar esses caminhos todos, demorou aí dois, três meses quase para a gente conseguir finalizar o cronograma que estava proposto inicialmente.

Entrevistador-Tadeu: Para 2020?

Entrevistado-Elie: Sim.

Entrevistador-Tadeu: E aí, possivelmente, vocês vão ter que fazer uma calibragem nesse trabalho todo no decorrer do próximo ano, por exemplo?

Entrevistado-Eliei: Isso. Então, hoje a gente já havia pactuado como o CNM, que em meados de julho nós estaríamos fechando o diagnóstico. Junto com o diagnóstico Mandala, que nós fizemos de forma prévia, como você relatou, junto com o diagnóstico dos duzentos e trinta e um indicadores dentro das cento e sessenta e nove metas, acabou que nós estamos finalizando isso agora, agora nós já estamos em setembro, então houve este atraso devido à pandemia. Todavia, nós estamos construindo juntos com o CNM, a partir de agora porque também houve atrasos lá, devido a pessoas que pegaram o vírus, então acabou que também, interferindo de forma negativa aqui para nós como município, mas a gente agora estamos na fase de construção de indicadores da Mandala 2.0. É uma Mandala um pouco mais turbinada digamos assim, ela tem uma série de estratégias mais práticas. Uma das minhas brigas com o CNM ou dos meus debates, melhor falando, foi sempre dizer que aquilo estava muito técnico e não foi observada as particularidades que o município tem. Então, a gente precisava ajustar melhor para uma forma prática. Teve várias reuniões lá com a diretoria e com o corpo institucional e a gente conseguiu agora a Mandala 2.0, que Birigui vai pilotar esse tipo de estratégia.

Entrevistador-Tadeu: Senhor Eliei, pelo que você está falando, então, a Prefeitura de Birigui, ela encontrou um parceiro, um grande parceiro Confederação Nacional de Municípios, a CNM, para ter esse compartilhamento e troca na busca de implementação dos ODS e, ao mesmo tempo, por uma questão de falta de estrutura e os desafios ainda a serem enfrentados pelo Programa Cidades não houve o mesmo, o mesmo.

Entrevistado-Eliei: O mesmo acesso.

Entrevistador-Tadeu: O mesmo acesso para que isso fosse desenvolvido, pois, os dois vamos dizer assim tem a mesma finalidade nesse ponto de implementar junto aos municípios os ODS. Então, só para a gente deixar claro que houve essa observação, né?

Entrevistado-Eliei: É. Quando nós, equipe, percebemos que nós não iríamos ter acessos de forma fácil com o Programa Cidades devido, né, a essas questões que a gente já abordou, eu fui e fiz um mapeamento de um novo parceiro e aí eu descobri que o CNM tinha uma equipe. Então, devido a isso, eu fiz primeiro uma solicitação ao Prefeito, ele foi informado sobre essa nossa estratégia. De prontidão, ele já nos deu a autorização, ele deferiu minha solicitação e a gente iniciou as tratativas com o CNM. Para você conseguir as facilidades que o CNM oferece relacionada à Agenda, o município tem que ter filiação e que também já foi feita. Então, a gente fez a filiação nossa, o que também, Tadeu, eu observo que é um ponto facilitador, quando você paga a mensalidade para o CNM, automaticamente, toda a equipe fica disponível para o município fazer as suas ações. Se eu puder, fazer rapidamente um paralelo com a iniciativa privada, é a mesma forma porque quando a gente faz a contribuição formal em dólares, em euros ou em reais da mensalidade para o Pacto Global, que é o caso da empresa, você consegue uma facilidade de informação, de gestão e de apoio, que contribui para que você consolide a Agenda de uma forma mais rápida e que também você vai ajustando muito mais rápido o planejamento estratégico que Birigui ou que a ITB tem.

Entrevistador-Tadeu: Entendi. Senhor Eliei, o senhor tem algo mais a que gostaria de acrescentar e mencionar? Fique à vontade para suas considerações finais.

Entrevistado-Eliei: Tadeu, eu acredito que para finalizar o nosso bate-papo, eu sempre falo que a Agenda, ela nunca é imposta, a própria metodologia dela foi construída em âmbito voluntário. Então, quando a gente faz a carta de signatário é uma coisa voluntária. Precisa ter pessoas que tenham comprometimento com a Agenda. Não adianta colocar pessoas que

queiram, simplesmente, fazer ajustes para “inglês ver”, mas Graças a Deus, tanto quem me antecedeu quanto agora teve esse comprometimento bacana e por isso, Birigui conseguiu os resultados que tem e que foram apresentados. Sempre falo que a Agenda, ela é construída a muitas mãos, nunca a gente faz nada sozinho e sempre que vem uma pessoa que tem o seu know-how, o seu legado, e faz essa interlocução com o poder público ou com a iniciativa privada como você fez nesses dias da semana passada, você consegue ter um olhar acadêmico que pode também contribuir para nós, que estamos operacionalizando e conseguindo aí fazer a consolidação desta estratégia, que a meu ver, é muito bacana e que traz resultados eficazes e duradouros.

Entrevistador-Tadeu: Pelo o que você está falando, então, senhor Eliel, apesar dessas dificuldades e dos desafios a serem enfrentados pela falta de estrutura ainda do Programa Cidades, mas vocês, independente disso, pretendem continuarem signatários e fazerem o report no prazo previsto para o Pacto Global?

Entrevistado-Eliel: Na verdade, Tadeu, eu até mudei isso, tá! Quando a gente fala de poder público o COE é apresentado de dois em dois anos, nosso COE hoje já está com quinhentas e poucas páginas, tanto de ação quanto de planejamento, quanto de medição dentro do ciclo PDCA. Então, eu vou apresentar ele todos os anos. Então, eu vou usar a mesma metodologia da empresa para que a gente consiga calibrando de um ano para o outro e ajustar de uma forma mais eficaz.

Entrevistador-Tadeu: Eu digo, independente de tudo que eu disse agora, vocês pretendem se manterem signatários do Pacto Global?

Entrevistado-Eliel: Sim.

Entrevistador-Tadeu: Como órgão público?

Entrevistado-Eliel: Com certeza!

Entrevistador-Tadeu: Muito bom! Eu agradeço pela entrevista! Agradeço pela sua disponibilidade, sempre muito nos tratando muito bem, dando a atenção que a gente precisa e eu sei que é com todas as pessoas que você é assim, Eliel! Não é à toa que você está à frente deste projeto, tem todo um alinhamento com esse propósito. É uma grande admiração nossa e eu deixo o meu abraço para você e muito obrigado pela atenção.

Entrevistado-Eliel: Agradeço em nome da Prefeitura e sempre que você precisar pode ser que eu não te atenda na hora, mas uma hora, mesmo que for um domingo, nós iremos conversar.

Entrevistador-Tadeu: Muito obrigado, Eliel! Um grande abraço.

Entrevistado-Eliel: Valeu! Brigadão, Tadeu!

APÊNDICE D – ENTREVISTA LUIZ CARLOS VITORETTI

Entrevistado: LUIZ CARLOS VITORETTI

Entrevistador: TADEU LUCIANO SECO SARAVALLI

Entrevistador-Tadeu: Bom dia, senhor Luiz Carlos Vitoretti! Tudo bem?

Entrevistado-Luiz: Tudo bem, Tadeu! E você?

Entrevistador-Tadeu: Tudo bem, Graças a Deus! Como o senhor tem passado nesta pandemia? Espero que esteja bem de saúde.

Entrevistado-Luiz: É. Sobrevivendo, Tadeu! Tomando todos os cuidados, mas estamos bem sim, Graças a Deus!

Entrevistador-Tadeu: É isso é importante! Nós temos que cuidar da saúde, senhor Luiz!

Entrevistado-Luiz: Verdade!

Entrevistador-Tadeu: Senhor Luiz, inicialmente, eu gostaria de agradecê-lo pela, pela oportunidade e colaboração com a nossa pesquisa. E, por uma questão de formalidade, eu preciso constar um procedimento. Eu vou fazer uma pergunta para o senhor: É...O senhor leu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autoriza sua identificação pessoal e o uso da sua fala nessa entrevista para a pesquisa “Redes de Cooperação Técnica Internacional: O programa Cidades do Pacto Global da ONU em Birigui-SP”, para fins exclusivamente acadêmico e científico?

Entrevistado-Luiz: Sim, Tadeu! Eu li e assinei e autorizou sim a minha fala para esta finalidade.

Entrevistador-Tadeu: Muito obrigado! Agradeço! Senhor Luiz, à título de esclarecimento, a propostas dessa nossa conversa é o compartilhamento de algumas experiências em assuntos pertinentes ao tema da pesquisa. A partir, disso, eu vou fazer uma primeira indagação:

1.Senhor Luiz, É...O que motivou a ITB EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA a se tornar signatária do Pacto Global da ONU, em junho de 2016?

Entrevistado-Luiz: Veja bem, Tadeu! É...A ITB, ela tem negócios com várias empresas multinacionais italianas, espanholas e americanas. Nas reuniões, que a gente vinha participando, nós percebemos essa tendência e exigência do mercado, então devido a isso a gente, é...optou por ser signatário do Pacto Global porque isso também é...faz parte aqui do ideal dos donos da empresa de cooperar com as próximas gerações. E, também ir de encontro com exigência e necessidade dos nossos principais parceiros no mundo.

Entrevistador-Tadeu: Então, foi a partir dessa percepção que a ITB?

Entrevistado-Luiz: É...aí nós decidimos. É.

Entrevistador-Tadeu: Entendi.

Entrevistado-Luiz: A percepção de que todas as empresas estavam aderindo, nos questionando, né, então, tivemos que optar por isso para não ficar excluídos do rol dos principais fornecedores.

Entrevistador-Tadeu: As empresas da área da ITB?

Entrevistado-Luiz: Da área da ITB. Os nossos principais clientes, que são: tem a ENEL, que é uma multinacional italiana, a Iberdrola e outras tantas.

Entrevistador-Tadeu:

2. Entendi. É...senhor Luiz, quais oportunidades e benefícios foram gerados na prática para a empresa, a partir da assinatura deste compromisso?

Entrevistado-Luiz: Oh! Os benefícios são vários e inumeráveis, né! O principal deles é a premiação. A ITB já foi premiada nacionalmente e internacionalmente por fazer parte do Pacto Global e por levar muito a sério todas as principais ODS. Então, essa premiação que a ITB teve, principalmente, àquelas que vieram a nível internacional, que já foi duas. Isso aí leva a um *status* diferente de empresa, né. Nacional também..é...então, esse eu vou dizer que seria um dos principais benefícios e o outro benefício seria a conscientização de todos os nossos seiscentos colaboradores com a responsabilidade social, a sustentabilidade, enfim, todas as ODS. A gente faz isso meio como meio de conscientização e preparar para as futuras gerações. Então, o outro benefício é a conscientização de todos os colaboradores, de estarem imbuídos no mesmo ideal. Isso acaba revertendo num acréscimo da cultura dos nossos colaborador e com esse acréscimo de cultura, de desenvolvimento, desperta eles para a leitura e muitas coisas, acaba dando um benefício muito grande aqui dentro no nosso setor produtivo.

Entrevistador-Tadeu: Entendi.

Entrevistado-Luiz: Depois disso aí, reflete no produto, reflete no relacionamento, nos nossos clientes, enfim, é um leque muito grande de benefícios.

Entrevistador-Tadeu: Isso pelo que o senhor está falando é porque a ITB... É implementou os ODS ou busca implementar os ODS na indústria, na empresa?

Entrevistado-Luiz: É. Ela, as ODS que a ITB implementa, não só na indústria, como tem alguns que envolvem a comunidade. E os que envolvem a comunidade não é feito através de terceiros. É feito através dos nossos colaboradores.

Entrevistador-Tadeu: Entendi.

Entrevistado-Luiz: Então, campanhas que são feitas, são todos envolvidos como nossos colaboradores, nossa equipe que aqui que desenvolve isso. Então, isso aí tem um efeito muito bacana. São vários benefícios que você tem.

Entrevistador-Tadeu: Entendi. É...senhor Luiz, o senhor tem algo mais que gostaria de acrescentar e mencionar? Fique à vontade para suas considerações finais.

Entrevistado-Luiz: Então, só finalizando aí. Elogiar essa atitude, né, que você está interessado buscando isso, eu acho que isso é um, um caminho sem volta para o futuro, que nós realmente vamos ter que se aplicar e eu sempre elogio todos que se dedicam a aprender, a conhecer essa área, tá bom! Qualquer coisa, estamos à disposição!

Entrevistador-Tadeu: Eu agradeço pela entrevista, Senhor Luiz! É...Desejo que o senhor fique bem! Um grande abraço e muito obrigado pela atenção!

Entrevistado-Luiz: Ok. Obrigado. Boa sorte! Cuida-te nessa pandemia.

Entrevistador-Tadeu: Todos nós!

Entrevistado-Luiz: Isso. Um abraço.

Entrevistador-Tadeu: Um abraço.